



PP GEO
PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

GEOGRAFICIDADE E ESPACIALIDADES URBANAS NA AMAZÔNIA:

O CASO DAS JUVENTUDES REASSENTADAS
EM ALTAMIRA-PA COM A CONSTRUÇÃO DA
UHE BELO MONTE.

RONICLEICI SANTOS DA CONCEIÇÃO

ORIENTADOR: PROF. DR. JOSE ANTONIO HERRERA
COORIENTADOR: PROF. DR. ASSIS DA COSTA OLIVEIRA

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

RONICLEICI SANTOS DA CONCEIÇÃO

**GEOGRAFICIDADE E ESPACIALIDADES URBANAS NA
AMAZÔNIA: O CASO DAS JUVENTUDES REASSENTADAS EM
ALTAMIRA-PA COM A CONSTRUÇÃO DA UHE BELO MONTE**

ALTAMIRA-PA

27/03/2024



RONICLEICI SANTOS DA CONCEIÇÃO

**GEOGRAFICIDADE E ESPACIALIDADES URBANAS NA
AMAZÔNIA: O CASO DAS JUVENTUDES REASSENTADAS EM
ALTAMIRA-PA COM A CONSTRUÇÃO DA UHE BELO MONTE**

Tese apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Jose Antonio Herrera
Coorientador: Prof. Dr. Assis da Costa Oliveira

ALTAMIRA-PA

27/03/2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C744g Conceição, Ronicleici Santos da.
GEÓGRAFICIDADE E ESPACIALIDADES URBANAS NA
AMAZÔNIA: O CASO DAS JUVENTUDES REASSENTADAS
EM ALTAMIRA-PA COM A CONSTRUÇÃO DA UHE BELO
MONTE / Ronicleici Santos da Conceição. — 2024.
156 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. José Antonio Herrera
Coorientador(a): Prof. Dr. Assis da Costa Oliveira
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Belém, 2024.

1. Amazônia. 2. Deslocamento compulsório. 3. Segregação
socioespacial. 4. Resiliência. 5. Espaço-tempo. I. Título.

CDD 910.130811



ATA DO EXAME DE DEFESA DE DOUTORADO

RONICLEICI SANTOS DA CONCEIÇÃO

Apresentado em 27/03/2024

Banca Avaliadora

Prof. Dr. José Antônio Herrera
(Orientador)

Prof. Dr. Assis da Costa Oliveira
(Coorientador)

Pof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto
(Avaliador interno)

Prof. Dr. Márcio Douglas Brito do Amaral
(Avaliador interno)

Prof^a. Dr^a. Clarice Cassab Torres
(Avaliadora externa)

Prof^a. Dr^a. Thais Tartalha do Nascimento Lombardi
(Avaliadora externa)

Altamira, Pará

2024



DEDICATÓRIA

Às juventudes, em especial às reassentadas em Altamira-PA.

A todas as juventudes, em especial às resilientes reassentadas em Altamira- PA, cujas vidas foram intrincadamente moldadas por adversidades socioespaciais, especialmente aquelas desencadeadas pelo objeto técnico – hidrelétrica de Belo Monte. Este trabalho é dedicado a vocês, que, apesar das sombras das desigualdades, persistem na crença de dias melhores e transformam o cotidiano em espaços de esperança por um mundo mais igualitário.

Àquelas que, mesmo imersas no complexo mundo da criminalidade, guardam no íntimo a esperança de dias mais luminosos; que a realidade da desigualdade se metamorfoseie em uma coletividade que usufrui do espaço social com qualidade e equidade. Vocês são os construtores de espacialidades, os artífices de uma realidade que transcende as barreiras impostas, e esta tese é uma reverência à sua resiliência e esperança.

Dedico este trabalho a mim mesma, que incansavelmente busquei e acreditei nas juventudes. Mesmo que a ciência geográfica, por vezes, negligencie seu estudo, eu sempre acreditei em vocês como sujeitos sociais. As juventudes, nos seus diversos espaços, sempre estiveram presentes, moldando e produzindo o ambiente à sua própria maneira, mesmo quando negligenciadas e invisibilizadas pelos sistemas, principalmente pelo olhar restrito da globalização – que muitas vezes as vê apenas como consumidores.

Que este trabalho possa ser uma pequena contribuição para ampliar a visibilidade das vozes e experiências dos jovens, almejando um futuro em que todos possam usufruir do espaço social com dignidade e justiça.



AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta jornada, é com imensa gratidão que expresso meu reconhecimento a todos aqueles que, mesmo diante de uma visão adultocêntrica predominante, generosamente se dispuseram a contribuir e auxiliaram ativamente em cada etapa deste processo, sobretudo a família LEDTAM.

Agradeço profundamente ao meu orientador e coorientador, que com coragem e disposição aceitaram o desafio de interpretar as juventudes no espaço. Juntos, exploramos, aprendemos e nos propusemos a ampliar constantemente nosso entendimento sobre esses sujeitos frequentemente falados, mas raramente analisados sob a perspectiva geográfica. A juventude, tão amplamente utilizada como terminologia, encontra-se, muitas vezes, desconsiderada como sujeito social na ciência, e é com profundo apreço que reconheço o esforço conjunto para trazer à luz essa importante dimensão.

Expresso minha sincera gratidão ainda aos amigos e familiares, que acreditaram nesta jornada de transformação, em especial àqueles que confiaram em uma doutora cuja trajetória se originou em uma realidade adversa do espaço, intrinsecamente ligada a um determinado extrato social. O apoio e a fé depositados em minha capacidade de transcender as barreiras do sistema são inestimáveis, e esta tese é, em parte, uma homenagem à crença de que o oprimido também pode romper a bolha do sistema.

Um agradecimento especial ao Lucas Lima, cujo apoio constante e os ensinamentos valiosos foram fundamentais ao longo deste percurso. Sua colaboração enriqueceu significativamente esta jornada acadêmica.

A todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho, meu profundo agradecimento. Que este esforço conjunto possa ser um pequeno passo em direção a uma compreensão mais abrangente das dinâmicas e potencialidades das juventudes no espaço social.



Em cada lugar do mundo, as juventudes cartografam seus sonhos, desafiando as fronteiras impostas na geograficidade das coisas e revelam o potencial transformador dos espaços que habitam.

(Ronicleici Conceição 2024)



RESUMO

Analisa-se com esta tese as espacialidades urbanas das juventudes reassentadas, afetadas pelo deslocamento compulsório causado pela Usina Hidrelétrica Belo Monte, na Região de Integração do Xingu, Pará, Amazônia a partir de 2011. Revela-se neste estudo a complexidade das mudanças e dos desafios enfrentados pelos jovens e oferece *insights*, caso outros projetos parecidos sejam projetados para e na região. O deslocamento compulsório resultou na ruptura de laços materiais e imateriais com seus antigos territórios, levando à reconfiguração das dinâmicas espaciais. No entanto, esses grupos têm demonstrado resiliência, construindo múltiplas identidades e subjetividades contornando as desigualdades socioespaciais. Embora os reassentamentos ofereçam instalações físicas melhores que as palafitas, a segregação socioespacial persiste, e os jovens continuam enfrentando uma nuance dessas desigualdades seu cotidiano. Logo, destaca-se a importância de se considerar não apenas a infraestrutura física do contexto habitacional, mas também as dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais – na concepção de projetos dessa natureza. Um aspecto crítico é a necessidade de considerar as múltiplas temporalidades envolvidas nesses processos, reconhecendo que cada reassentado possui trajetória e experiências únicas para e com o espaço geográfico. Aponta-se, então, para a importância de uma abordagem holística e interdisciplinar na análise dos impactos dos grandes projetos na região, com foco no bem-estar das comunidades locais, especialmente das juventudes que enfrentam desafios reais e significativos na (re)construção de suas espacialidades urbanas. O estudo revela diversos aspectos das juventudes nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) Jatobá e Laranjeiras, destacando que criar novas espacialidades requer tempo, por meio do espaço que condiciona as relações das juventudes, assim como as relações socioespaciais moldam o espaço, tais como a ruptura da fronteira entre RUC e os espaços públicos da cidade, das quais nova e velhas relações estão sendo (re)construídas, tais como, interações com o mercado de trabalho, uso dos espaços públicos, práticas de recreações com o rio Xingu, inserção em movimentos sociais, inserção na criminalização, bem como, a perpetuação de violações aos direitos humanos.

Palavras-chave: Amazônia; deslocamento compulsório; segregação socioespacial; resiliência; temporalidades.



ABSTRACT

This thesis analyzes the urban spatialities of resettled young people, affected by the compulsory displacement caused by the Belo Monte Hydroelectric Power Plant, in the Xingu Integration Region, Pará, Amazonia since 2011. This study reveals the complexity of the changes and challenges faced by young people and offers insights if other similar projects are planned for and in the region. Compulsory displacement has resulted in the severing of material and immaterial ties with their former territories, leading to the reconfiguration of spatial dynamics. In addition, these groups have been demonstrating resilience, constructing multiple identities and subjectivities and circumventing socio-spatial inequalities. Although the resettlements offer better physical facilities than the palafitas, socio-spatial segregation persists, and young people continue to face a nuance of these inequalities in their daily lives. This highlights the importance of considering not only the physical infrastructure of the housing context, but also the economic, social, political and cultural dimensions - when designing projects of this nature. A critical aspect is the need to consider the multiple temporalities involved in these processes, recognizing that each resettled person has a unique trajectory and experiences for and with the geographic space. This points to the importance of a holistic and interdisciplinary approach to analyzing the impacts of major projects in the region, with a focus on the well-being of local communities, especially young people who face real and significant challenges in (re)constructing their urban spatialities. The study reveals various aspects of youth in the Jatobá and Laranjeiras Collective Urban Resettlements (RUC), highlighting that creating new spatialities requires time, through the space that conditions youth relations, as well as socio-spatial relations that shape space, such as the rupture of the border between the RUC and the city's public spaces, from which new and old relationships are being (re)constructed, such as interactions with the job market, use of public spaces, recreational practices with the Xingu River, inclusion in social movements, insertion in criminalization, as well as the perpetuation of human rights violations.

Keywords: Amazonia; compulsory displacement; socio-spatial segregation; resilience; temporalities.



RESUMEN

Esta tesis analiza las espacialidades urbanas de los jóvenes reasentados, afectados por el desplazamiento forzado provocado por la Central Hidroeléctrica de Belo Monte, en la Región de Integración del Xingu, Pará, Amazonia, a partir de 2011. Este estudio revela la complejidad de los cambios y desafíos que enfrentan los jóvenes, y ofrecer perspectivas útiles si se planifican proyectos similares para la región. El desplazamiento forzado resultó en la ruptura de vínculos materiales e intangibles con sus antiguos territorios, lo que llevó a una reconfiguración de la dinámica espacial. Sin embargo, estos grupos demostraron resiliencia y construyeron múltiples identidades y subjetividades para superar las desigualdades socioespaciales. Aunque los reasentamientos ofrecen mejores instalaciones físicas que las viviendas piloto, la segregación socioespacial persiste y los jóvenes continúan enfrentándose a las matemáticas de estas desigualdades en su vida diaria. Por lo tanto, se destaca la importancia de considerar sólo la infraestructura física del contexto habitacional, pero también las dimensiones económica, social, política y cultural en el diseño de proyectos de esta naturaleza. Un aspecto crítico es la necesidad de tomar en cuenta las múltiples temporalidades involucradas en estos procesos, reconociendo que cada persona reasentada tiene trayectorias y experiencias únicas en el espacio geográfico. También se da cuenta de la importancia de un enfoque holístico e interdisciplinario para analizar los impactos de los grandes proyectos en la región, con un enfoque en el bienestar de las comunidades locales, especialmente los jóvenes que enfrentan desafíos reales e innovadores en la (re)construcción de sus espacialidades urbanas. El estudio revela diferentes aspectos de la juventud en los Reasentamientos Urbanos Colectivos (RUC) Jatobá y Laranjeiras, destacando que la creación de nuevas espacialidades requiere tiempo, a través del espacio que condiciona las relaciones juveniles, al mismo tiempo que las relaciones socioespaciales transforman el espacio. Esto incluye la ruptura de la frontera entre la RUC y los espacios públicos de la ciudad, donde se (re)construyen nuevas y viejas relaciones, como las interacciones con el mercado laboral, el uso de los espacios públicos, las prácticas recreativas en el río Xingu, la inserción en movimientos sociales, la participación en procesos de criminalización, así como la perpetuación de violaciones de derechos humanos.

Palabras clave: Amazonía; desplazamiento forzado; segregación socioespacial; resiliencia; temporalidades.



LISTA DE SIGLAS

ADA	Área Diretamente Afetada
CLT	Consolidação das leis do trabalho
CMDCA	Conselho Municipal da Criança e do Adolescentes
CTDA	Conselho Tutelar de Altamira
HGA	Hospital Geral de Altamira
IBAMA	Intituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LEDTAM	Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia Universidade Federal do Pará
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MCMV	Minha Casa, Minha Vida
NESA	Norte Energia
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
RUC	Reassentamentos Urbanos Coletivos
SEPLAN	Secretária do Estado do Planejamento
UBS	Unidade Básica de Saúde
UHE	Usina Hidrelétrica
UFPA	Universidade Federal do Pará
VANT	Veículo Aéreo Não Tripulável



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização dos RUC Jatobá e Laranjeiras.....	10
Figura 2 - Configuração espacial dos RUC Jatobá e Laranjeiras.....	11
Figura 3 - <i>Dashboard</i> Juventudes.....	20
Figura 4 - Síntese do procedimento metodológico.....	21
Figura 5 - Localização do município de Altamira-PA.....	24
Figura 6 - O passado e o presente coexistindo.....	29
Figura 7 - Arquiteturas coloniais <i>versus</i> arquiteturas modernas na paisagem urbana.....	30
Figura 8 - A interação social e o papel cultural do igarapé às juventudes.....	32
Figura 9 - 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu.....	42
Figura 10 - A configuração espacial da UHE Belo Monte na Volta Grande do Xingu.....	44
Figura 11 - Mapa das áreas de afetação direta na malha urbana de Altamira.....	50
Figura 12 - O espaço vivido pelas juventudes antes dos RUC.....	51
Figura 13 - Habitações nas ADAS, destruídas em detrimento da UHE Belo Monte.....	52
Figura 14 - Habitação padrão dos RUC em Altamira.....	54
Figura 15 - A imagem idealizada do setor privado e as condições socioambientais de moradia.....	55
Figura 16 - RUC Jatobá e Laranjeiras na malha urbana de Altamira.....	56
Figura 17 - Mapa de localização dos seis RUC na cidade.....	57
Figura 18 - <i>Print</i> do quadro de Registro de Frequência referente das perguntas extraídas do Relatório Anexo III – Base de consulta – Relatórios de Reuniões registrados pela E-Labore.....	58
Figura 19 - O espelho e o reflexo da terminologia “juventudes”.....	65
Figura 20 - Deslocamento compulsório para os Reassentamentos Urbanos Coletivos.....	67
Figura 21 - Autodeclaração racial e étnica das juventudes.....	68
Figura 22 - Gráfico da naturalidade das juventudes.....	69
Figura 23 - Gráfico de porcentagem de entrevistas e pessoas geradoras de renda.....	71
Figura 24 - Gráfico de porcentagens de recebimento de benefício governamental.....	72
Figura 25 - Percepção das condições da escola nos RUC.....	74
Figura 26 - Meios de mobilidade espacial para ir à escola.....	75
Figura 27 - Detalhes relacionados à escolarização dos jovens.....	76
Figura 28 - Gráfico sobre a percepção de violência e crimes.....	78
Figura 29 - Gráfico de relatos de violência e crimes.....	79
Figura 30 - Percepção de incidências criminais nos RUC pelas juventudes.....	80
Figura 31 - Percepção e vivência da saúde pública nos RUC.....	81
Figura 32 - Tratamento fora do domicílio.....	82
Figura 33 - Necessidades especiais nos RUC.....	83
Figura 34 - Sentimentos de pertencimento territorial das juventudes.....	85
Figura 35 - Elementos de pertença e saudade no território pretérito.....	88
Figura 36 - O concebido em contraste com as relações do vivido.....	90
Figura 37 - Gráfico de frequência de recarga de dados moveis.....	92
Figura 38 - Gráfico de uso de aparelhos eletrônicos.....	93
Figura 39 - Gráfico sobre a percepção do bairro.....	94
Figura 40 - Gráfico sobre o status civil das juventudes.....	95
Figura 41 - Gráfico de percepção sobre as residências e habitações.....	96
Figura 42 - Nuvem de palavras sobre a percepção dos aspectos residenciais.....	97
Figura 43 - Gráfico de frequência percentual sobre gostar ou não do bairro.....	98
Figura 44 - Justificativas sobre gostar ou não do bairro.....	98
Figura 45 – Vantagens e desvantagens de morar nos RUC.....	99
Figura 46 - Elementos que podem ser melhorados nos RUC.....	101
Figura 47 - Palavras que expressam percepções das juventudes sobre a cidade.....	102
Figura 48 - Nuvem de palavras sobre aspectos a serem melhorados.....	103
Figura 49 - Gráficos com perspectivas futuras das juventudes.....	104



Figura 50 - Cursos almejados pelas juventudes reassentadas.....	104
Figura 51 - Brincadeiras de soltar pipas no parque Ambiental do Igarapé Altamira.....	107
Figura 52 - Jovem produzindo espacialidades – brincando de soltar pipa.....	108
Figura 53 - Criança adentrando o igarapé em busca de pipas caídas.....	109
Figura 54 - Marcas de expressão dos jovens na pista de skate.....	110
Figura 55 - Atividades de lazer das juventudes reassentadas.....	111
Figura 56 - Localidades para práticas de lazer das juventudes reassentadas.....	111
Figura 57 - Quadra de basquete improvisada na rua.....	113
Figura 58 - Gráfico das áreas de lazer utilizadas.....	114
Figura 59. Quadra esportiva dos RUC Laranjeiras e Jatobá.....	115
Figura 60 - Campo de futebol improvisado no meio fio dos RUC.....	116
Figura 61 - Espaços de lazer frequentados na cidade.....	118
Figura 62 - Registro aéreo da praia artificial da Orla de Altamira.....	119
Figura 63 - Igarapé Panelas e relação entre reassentado e pescador.....	120
Figura 64 - Igarapé Panelas no RUC Laranjeiras.....	121
Figura 65 - Entreposto comercial do RUC Jatobá.....	124
Figura 66 - Pontos comerciais do RUC Laranjeiras.....	125
Figura 67 - Pontos comerciais do RUC Jatobá.....	126
Figura 68 - Pontos comerciais no RUC Laranjeiras.....	127
Figura 69 - Parte da formação de comércios no RUC Laranjeiras.....	129



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 APRESENTAÇÃO DA PROBLEMATICA E LOCUS DE PESQUISA.....	9
1.2 METODOLOGIA.....	12
1.3 REVISÃO DE LITERATURA.....	16
1.4 PESQUISA DE CAMPO.....	17
CAPÍTULO I: A CONCEPÇÃO DE ESPAÇO E A ANÁLISE GEO-HISTÓRICA DE ALTAMIRA-PA.....	22
2 INTRODUÇÃO AO CAPÍTULO.....	23
2.1 ALTAMIRA: ENTRE AS RAÍZES HISTÓRICAS E AS DIMENSÕES ESPACIAIS CONTEMPORÂNEAS.....	23
2.2 A CONCEPÇÃO DE “JUVENTUDES” NA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA	34
CAPÍTULO II: ANÁLISE HISTÓRICA DA HIDRELÉTRICA BELO MONTE E SUAS IMPLICAÇÕES NO ESPAÇO URBANO JUVENIL.....	39
3 INTRODUÇÃO AO CAPÍTULO.....	40
3.1 AS ORIGENS E A MATERIALIZAÇÃO DA HIDRELÉTRICA NO ESPAÇO. 40	
3.2 AS ESPACIALIDADES PRETÉRITAS DAS JUVENTUDES E A REESTRUTURAÇÃO PARA OS RUC.....	49
CAPÍTULO III: RETRATOS URBANOS DAS JUVENTUDES: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DAS VIVÊNCIAS ENTRE O RUC E A CIDADE.....	63
4 INTRODUÇÃO AO CAPÍTULO.....	64
4.1 A HETEROGENEIDADE DAS JUVENTUDES REASSENTADAS.....	64
4.2 RUPTURAS E RESISTÊNCIAS NAS ESPACIALIDADES URBANAS DAS JUVENTUDES.....	84
4.3 AS PRÁTICAS COTIDIANAS DAS JUVENTUDES E A CIDADE.....	105
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS.....	134
APÊNDICE A – ENTREVISTA COM O JOVEM REASSENTADO A.....	142
APÊNDICE B – ENTREVISTA COM O JOVEM REASSENTADO B	144

1 INTRODUÇÃO

A materialização da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em 2011, na Volta Grande do Xingu, parte do planejamento energético brasileiro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) desencadeou uma série de transformações socioespaciais na região de Altamira, no Pará por intermédio dos interesses da economia globalizada. Das quais, o reassentamento compulsório urbano das famílias residentes nas Áreas de Afetação Direta (ADA), promovido pelo “objeto técnico” Santos (1996) - a UHE, gerou rupturas significativas nas relações sociais, culturais e ambientais dessas famílias, especialmente ao que diz respeito aos modos de vida das juventudes. Ao serem deslocados de seus territórios, os jovens perderam não apenas suas casas, mas também seus laços comunitários, seus conhecimentos tradicionais e suas formas de interação com o rio Xingu – principal relação de territorialidade na região.

Nesse mote, analisou-se como as juventudes reassentadas no RUC Jatobá e RUC Laranjeiras em Altamira têm vivenciado e ressignificado o espaço urbano dos RUC e da cidade após o deslocamento. Em tal análise, identificou-se as estratégias de enfrentamento adotadas por essas juventudes para lidar com as novas espacialidades, como o retorno do uso e adaptação de forma mais constante dos espaços públicos, tanto dos RUC como nos demais espaços da cidade, através das brincadeiras de ruas, das manifestações culturais – skate, bike, empinar pipas, jogos diversos, grafismos dentre outros que estão representando o movimento dialético do espaço e suas desigualdades de acesso na sua (re)produção, esta, marcada pela fragmentação socioespacial, pela precarização dos serviços públicos e pela perda de referências identitárias, as quais aqui são analisadas teórico e metodologicamente pela categoria espaço-tempo.

Em tal contexto, tem-se como cenário socioespacial um universo de 44 entrevistas qualitativas, de juventudes que sofreram com o processo de desterritorialização e foram reassentadas com afetações em seus modos de vida em diferentes esferas, que não se remete apenas ao tempo presente, mas sim, em uma conjuntura histórica-política que é já estrutural, com invisibilizações e violações de direitos humanos desta categoria de sujeitos sociais, na qual a visão adultocêntrica predomina, sobremaneira no contexto de grandes obras na Amazônia, que são marcadas não só pela rupturas do território e as relações de poder, mas por um conjunto de relações imateriais invisibilizadas no processo de compensação, que cada vez mais impulsiona e desencadeia problemas socioespaciais inerentes às lógicas do

desenvolvimento geográfico desigual (Harvey, 2006). Essa dinâmica socioespacial se acentuou, especialmente, quando a produção do espaço visou atender aos interesses do objeto técnico capitalista e não considerou as relações imateriais do território da forma como deveria ser.

Desse modo, a estrutura da tese está organizada em quatro capítulos que se complementam, abordando a análise das juventudes nos reassentamentos urbanos coletivos em Altamira, tendo o espaço como categoria-chave.

No capítulo um “A concepção de espaço e a análise Geo-histórica de Altamira-PA, examina-se como o conceito de espaço se liga intrinsecamente às experiências humanas, com foco nas vivências das juventudes urbanas em Altamira-PA e sob a perspectiva de Santos (2014). Explora-se, então, como as dimensões sociais, culturais e históricas do local moldam a vida desses jovens, conectando os fundamentos teóricos do autor com a realidade da cidade média do Sudoeste Paraense, parte da Região de Integração do Xingu. Ao considerar a terminologia “juventudes” e sua concepção sócio-histórica, há visível enriquecimento da compreensão das interações entre espaço e sociedade, indo além do físico para abranger as camadas sociais e históricas que influenciam as perspectivas desses jovens.

No capítulo dois “Análise histórica da hidrelétrica Belo Monte e suas implicações no espaço urbano juvenil” tem como objetivo explorar o impacto da Usina Hidrelétrica Belo Monte no espaço urbano das juventudes, entendendo-o como objeto técnico do meio técnico-científico- informacional. Esta fase da pesquisa levanta a discussão sobre a “instantaneidade” espacial, em que as situações parecem ser alcançáveis com certa facilidade, representando, assim, a fábula da globalização – que marcou rapidamente a Região de Integração do Xingu, incluindo o Altamira. Destaca-se que a realocação desses grupos, anteriormente residentes em áreas de palafitas, não só trouxe mudanças na paisagem urbana como também alterou as espacialidades das juventudes. Essa realocação, portanto, intensificou a segregação outrora existente, resultando na criação dos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC), transformando não apenas a estrutura física da cidade, mas também as dinâmicas sociais e a experiência vivenciada pelos jovens.

Já no terceiro e último capítulo “Retratos urbanos das juventudes: uma análise multidimensional das vivências entre os RUC e a cidade” interpreta-se as condições de vida das juventudes nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC), explorando as múltiplas dimensões espaciais que influenciam em suas vivências urbanas. Para tanto, além de abordar os desafios enfrentados por eles, busca-se identificar as práticas emergentes e subestimadas no contexto do reassentamento. A análise se concentra, então, na compreensão das dinâmicas

cotidianas desses grupos, considerando a influência das espacialidades na construção de suas identidades e práticas diárias – cuja interação complexa entre os RUC e a cidade proporciona um cenário multifacetado, em que fatores sociais, culturais e individuais moldam as narrativas e experiências dessas comunidades juvenis.

1.1 APRESENTAÇÃO DA PROBLEMATICA E LOCUS DE PESQUISA

A produção desta tese surgiu a partir da inquietação em relação às condições de vida das crianças e dos adolescentes diretamente afetados pela construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, na região amazônica. Esta pesquisa iniciou-se por uma bolsa de Iniciação Científica concedida pela Universidade Federal do Pará, sob orientação do Prof. Dr. Assis Oliveira, e posteriormente evoluiu para um projeto de análise do Trabalho de Conclusão de Curso, defendido em 2016.

A pesquisa continuou em 2019 como dissertação, com foco na compreensão dos processos de desterritorialização de crianças e adolescentes reassentados no Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) Jatobá. Nesse ponto, a análise passou a integrar as preocupações mais amplas sobre as dinâmicas territoriais na Amazônia, dentro do âmbito do Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia (LEDTAM/UFPA), coordenado pelo então orientador desta tese. O laboratório executa projetos de ensino, pesquisa e extensão, inicialmente centrados nos impactos da Usina Hidrelétrica Belo Monte na Região de Integração do Xingu (RIX).

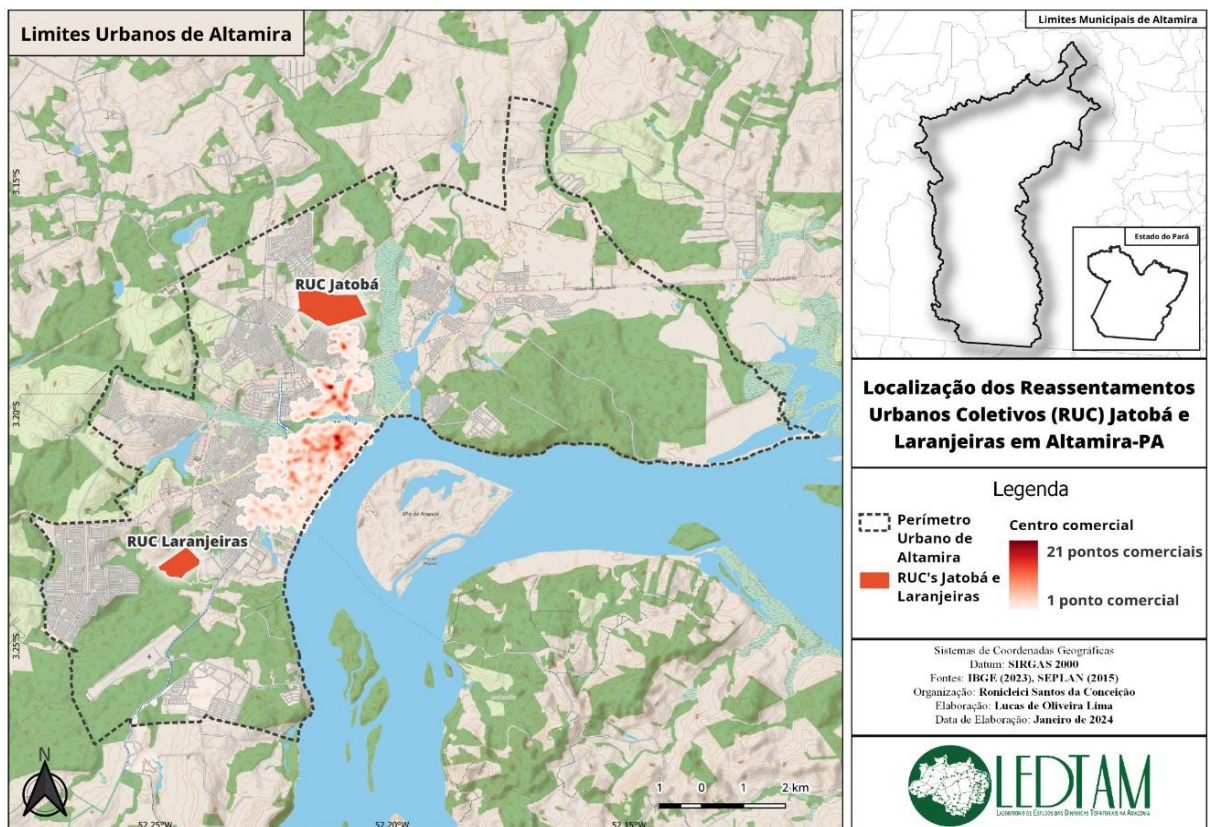
Um dos primeiros questionamentos desta pesquisa diz respeito à identidade socioeconômica das juventudes reassentadas, que foram compulsoriamente deslocadas pela UHE Belo Monte. Com base em dados coletados entre 2016 e 2018 pelo LEDTAM, identificou-se que os jovens têm origem em famílias de baixa renda, historicamente marginalizadas em áreas não aptas a moradias no perímetro urbano de Altamira. Das quais, seus familiares ocuparam ou compraram terrenos nas margens ou acima dos igarapés Ambé, Panelas e Altamira, que cortam a região central da cidade, resultando na formação de aglomerações de palafitas ao longo do tempo e que foram rapidamente demolidas na objetivação da criação de UHE Belo Monte.

Diante desse cenário, a problemática central desta pesquisa visou compreender e explicitar a dinâmica socioespacial recente, de modo que essa só pode ser compreendida ao entender as temporalidades e espacialidades que coexistem e decorrem ao longo do tempo, entendendo não só a forma, mas a forma-conteúdo do espaço (Santos, 1985). Portanto, este estudo busca responder às seguintes perguntas: quais foram as mudanças e as permanências

nas experiências espaciais das juventudes reassentadas devido ao processo de deslocamento compulsório? Quais são as novas espacialidades juvenis produzidas em função do deslocamento compulsório?

A pesquisa concentra-se em duas áreas espaciais específicas: o RUC Jatobá e o RUC Laranjeiras, em destaque na Figura 1. Seu objetivo geral foi analisar a produção das espacialidades das juventudes que residem nesses reassentamentos, considerando as decorrências do deslocamento compulsório ocasionado pela construção da UHE Belo Monte.

Figura 1 - Mapa de localização dos RUC Jatobá e Laranjeiras



Fonte: IBGE (c2023) e SEPLAN (2015)

A hipótese central afirma que o deslocamento compulsório imposto aos jovens resultou em rupturas tanto nas relações materiais (físicas) quanto nas imateriais (simbólicas) desses grupos. Além disso, argumenta-se que o processo de ressignificação do espaço social não foi capaz de mitigar essas quebras, uma vez que os reassentamentos não proporcionaram condições favoráveis para a melhoria da situação de vida dos jovens. Em vez disso, esses intensificaram a luta desse grupo pelo espaço, mesmo que tenham instalações físicas melhores do que suas habitações anteriores e estejam localizados fora da ADA da hidrelétrica, sob uma nova configuração espacial de tecido urbano, na qual se apresenta uma paisagem padronizada espacialmente, conforme pode ser observado na Figura 2 abaixo.

Figura 2 - Configuração espacial dos RUC Jatobá e Laranjeiras



Fonte: Google Earth (2023), organização da autora (2023).

Essa padronização paisagística ocasiona a sensação de melhor qualidade de vida das famílias reassentadas, se comparada a forma dos territórios anteriores conforme pode ser observado a partir das Figuras 11, 12 e 13. Os RUC apresentam ruas alinhadas e casas padronizadas, ofertas de serviços básicos – saúde, educação, lazer, saneamento embora, apresentam-se ineficiência as demandas locais, impulsionando e desencadeando a segregação socioespacial na cidade.

Sob a égide de um desenvolvimento local, os RUC dão continuidade às formas de exclusão social, que afetam especialmente aqueles que já são desfavorecidos no espaço concebido e hierarquizado do capital – as juventudes. Este, contudo, em uma perspectiva de fluidez entre as suas dimensões, absorve o espaço vivido, possibilitando a transformação e a construção de um lugar diferente, atendendo minimamente às necessidades e aos usos específicos, conforme tem demonstra as ações dos sujeitos na relação espaço-temporal.

Conforme Camargo (2009) argumenta, a concepção capitalista de ordem tende a impor uma única verdade e reproduzir, no espaço geográfico, suas perspectivas de mais-valia. O planejamento e a gestão do espaço tornam-se, portanto, instrumentos do capital, criando um panóptico espacial no qual novas formas geográficas ditam o teor das conexões econômicas das economias periféricas com modelos criados para grandes organizações.

A concepção capitalista de ordem traça assim uma única verdade e reproduz no espaço geográfico suas perspectivas de mais-valia. Nesse contexto, o planejamento-gestão torna-se um instrumento do capital, criando e recriando no espaço um panóptico [...], em que a emergência de novas formas

geográficas dita o teor dos laços que integram as economias periféricas a modelos criados para as grandes organizações. E, como consequência, as formas reproduzem-se em conteúdos diferenciados do seu passado e que, [...] em geral, não atendem as demandas das populações locais (Camargo, 2009, p. 22).

Como resultado, as formas reproduzem-se em conteúdos diferenciados do seu passado, muitas vezes não atendendo às demandas das populações locais. Nesse contexto, a tese se sustenta na afirmação de que existe uma heterogeneidade de jovens, e, portanto, formas desiguais de acesso à reprodução das juventudes e suas espacialidades.

As juventudes analisadas nesta pesquisa vivem em condições habitacionais de coletividade urbana, nos RUC, onde circulam e constroem múltiplas identidades. Esses grupos enfrentam e resistem às desigualdades socioespaciais, especialmente à segregação socioespacial impulsionada pelo objeto técnico, a Usina Hidrelétrica. Suas experiências demonstram que tal circulação e suas múltiplas facetas são construídas como estratégia de enfrentamento das adversidades espaciais, adaptando-se e resistindo diante da complexidade de sua realidade.

1.2 METODOLOGIA

1.2.1 Método – Abordagem dialética

O método adotado para esta pesquisa parte da abordagem dialética, em que esta tem origem grega e significa “discursar”, “debater”. Desde o início, a dialética esteve intrinsecamente ligada ao processo de diálogo e de debate entre posições contrárias. Neste estudo, tal abordagem é empregada como ferramenta essencial para compreender a complexidade das questões sociais relacionadas às juventudes no contexto habitacional dos reassentamentos urbanos coletivos.

A dialética, como método de pesquisa social, permite a análise crítica e a síntese de diferentes perspectivas, contribuindo para uma compreensão mais profunda das condições socioespaciais das juventudes no contexto dos RUC. Esta abordagem qualitativa e quantitativa permite ainda explorar as nuances e as contradições inerentes a essa realidade, ajudando a identificar padrões e tendências emergentes.

Dessa forma, adota-se o método dialético proposto por Hegel (1812-1816) na premissa de pensar o mundo integrando as diferentes esferas, contraditórias do real, pois, assim, permite compreender o sujeito e/ou fenômeno não por si só – haja visto que esse seria um

caminho arriscado e empobrecedor, visto que pensar sob uma lógica dialética significa considerar as contradições da realidade. Com isso, os elementos que marcam a forma de ser dos objetos devem ser vistos através da totalidade; conforme afirma Mezaros (2005, p. 43), o sistema do capital afeta todos os elementos da sociedade e os integra em uma ordem maior.

Com base em Kosik (1976, p. 12), “captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno e como ao mesmo tempo ele se esconde?”, reflexão a ser feita com as juventudes reassentadas em virtude do objeto técnico – UHE Belo Monte.

Desse modo, o conceito-chave que norteia esta pesquisa é o “espaço geográfico” e seus elementos formadores. Através da análise dialética, busca-se interpretar a complexa interação entre as juventudes e o espaço no contexto dos reassentamentos urbanos coletivos. Isso inclui a investigação dos elementos físicos, sociais e simbólicos que modelam o ambiente habitacional desses grupos e como estes influenciam suas experiências e identidades.

Entretanto, abordar o conceito de espaço como instância social das juventudes no século XXI é tarefa árdua do pesquisador, haja visto que a geografia, desde os anos de 1970, perpassa por uma renovação nas formas de estudar e interpretar os fenômenos sociais. Para tal, as obras do autor Milton Santos “Por Uma Geografia Nova” (1978, p. 145), “Espaço e Método” (2014), “A Natureza do Espaço” (2009), dentre outras, são fundamentais e basilares para uma compreensão a partir do espaço geográfico – bem como propôs a principal referência nesta tese, em que o espaço é visto como um conjunto de formas indissociáveis de sistemas de objetos e de ações.

Além da análise do espaço geográfico, este estudo se dedicou à proposição de geografar, saindo da visão adultocêntrica acerca dos fenômenos em busca da interpretação e fundamentação da terminologia “juventudes”, além das implicações do objeto técnico (Belo Monte) sobre os modos de vida dos jovens nos reassentamentos urbanos coletivos. Para tanto, o Estatuto da Juventude é considerado como um referencial legal importante, fornecendo diretrizes para a compreensão e promoção dos direitos desses grupos neste contexto específico.

Incorpora-se também a análise das vivências ordinárias das juventudes na inter-relação entre os reassentamentos urbanos coletivos e a cidade. Através da abordagem dialética, examina-se como eles ressignificam suas espacialidades urbanas em Altamira, tendo em vista as mudanças ocasionadas pela construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Essa análise prima pelo entendimento sobre como as transformações socioespaciais afetam as práticas, as identidades e as perspectivas dos jovens no contexto estudado.

Além disso, essa estrutura metodológica oferece uma visão geral e sólida de como a dialética é aplicada na pesquisa e como são realizadas as investigações relacionadas às juventudes nos RUC em Altamira.

Assim, utiliza-se das diferentes ferramentas metodológicas, considerando que o espaço deve ser analisado em sua totalidade – embora seja necessário fragmentá-lo analiticamente para, então, compreender a sua totalidade, partindo dos seguintes princípios:

- **Análise espacial:** utiliza técnicas e métodos para mapear e visualizar padrões espaciais, identificando relações e reflexões entre diferentes elementos do espaço. Inclui-se, aqui, a utilização de sistemas de informação geográfica (SIG), modelagem espacial, e análise de redes;
- **Abordagem histórica:** através da análise da história do espaço e das transformações presentes ao longo do tempo, é possível compreender as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que moldaram (e continuam moldando) o espaço. Ademais, uma abordagem histórica permite investigar as raízes e as causas das desigualdades espaciais, além de identificar as mudanças ocorridas e seus impactos na sociedade;
- **Abordagem socioespacial:** essa abordagem enfatiza a relação entre a sociedade e o espaço, considerando como as práticas sociais e as relações de poder se manifestam e se materializam no espaço geográfico. Além disso, ela investiga como as estruturas sociais – como classe, gênero e etnia – influenciam sua organização e produção;
- **Abordagem crítica:** busca questionar as estruturas e relações de poder presentes no espaço geográfico, destacando as contradições e desigualdades sociais. Além disso, visa compreender as dinâmicas de dominação e resistência, identificar grupos marginalizados e analisar como a apropriação e o uso do espaço são influenciados por interesses diversos;
- **Abordagem cultural:** analisa como significados e representações culturais são atribuídos e produzidos no espaço, influenciando as práticas e relações sociais. Ela investiga como as identidades, as narrativas e as práticas culturais moldam o espaço para a construção da totalidade social.

1.2.2 Procedimentos metodológicos

A pesquisa em questão baseia-se em variáveis metodológicas que orientaram a coleta e o tratamento dos dados. É importante ressaltar que, ao longo do processo, ocorreu a necessidade de readequação e do uso de novos procedimentos metodológicos pelo fato de não existir uma fórmula pronta para investigar os sujeitos e suas relações em sociedade – em

particular, as juventudes nos RUC.

O cerne da pesquisa reside na abordagem da problemática espacial, que envolve as rupturas de relações materiais – antigo território – e imateriais – ligadas ao subjetivo – experienciadas pelos jovens devido à presença do objeto técnico, a Usina Hidrelétrica Belo Monte. Além disso, concentraram-se esforços para entender como os jovens se reinventam no contexto dos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) em Altamira, Pará. Portanto, o objetivo foi compreender as espacialidades urbanas destes sujeitos no RUC e sua inter-relação com a cidade – considerando as mazelas sociais impulsionadas com o aporte do objeto técnico, como a ampliação e reprodução do capitalismo, historicamente estabelecido na região amazônica.

Ademais, a abordagem da pesquisa vai além das simples descrições das espacialidades das juventudes ou da visão que se tem deles – objetos de investigação. Contrariamente, busca-se integrá-los como sujeitos sociais ativos, participantes diretos em todas as etapas do processo de construção da tese. Para isso, a pesquisa foi conduzida em colaboração com o Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia (LEDTAM), vinculado à Faculdade de Geografia do Campus Universitário de Altamira. O foco da pesquisa se concentra na análise das dinâmicas territoriais na Amazônia, com um recorte geográfico específico para a Região de Integração do Xingu (RIX). Destaca-se aqui o município de Altamira-PA, cidade média dessa região e lócus do presente estudo, tendo a Usina Hidrelétrica Belo Monte como o objeto técnico que redefine o espaço sob diferentes aspectos, garantindo a reprodução da lógica hegemônica nos territórios.

Nesse contexto, tem-se as juventudes em plano principal – grupo particular de interesse tanto do estudo quanto da agenda de pesquisa do laboratório –, adotando, assim, a abordagem quali-quantitativa, com procedimentos metodológicos importantes para a realização das atividades. Para tanto, analisou-se os dados adquiridos para além do formulário semiestruturado, partindo de observações e coleta de depoimentos em rodas de conversas ou via entrevista *online*. Por essa razão, a produção e aplicação de formulários semiestruturados foram planejados com o apoio dos pesquisadores do laboratório e devidamente aplicados com a autorização dos participantes da pesquisa.

Além da colaboração com o LEDTAM, faz-se relevante destacar que a pesquisa recebeu apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e que a combinação desses recursos, tanto financeiros quanto científicos, permitiu a realização de um estudo de qualidade, garantindo o comprometimento com a produção de conhecimento sobre as dinâmicas territoriais, as experiências das juventudes reassentadas e

as implicações da Usina Hidrelétrica Belo Monte na região.

Os procedimentos metodológicos apresentados a seguir serviram como guia condutor na execução da pesquisa, mantendo a flexibilidade necessária para se adaptar às particularidades e as nuances que surgiram ao longo do caminho.

1.3 REVISÃO DE LITERATURA

Com base em Marconi e Lakatos (2003), a revisão de literatura é um ponto fundamental para a compreensão dos sujeitos sociais em questão. Inicialmente, procurou-se referências teóricas na área da geografia que abordassem o espaço geográfico e os jovens como categorias centrais, contudo, pouco foi encontrado. O objetivo era analisar outras realidades em diferentes escalas, especialmente na região amazônica, e examinar como essas pesquisas têm sido conduzidas a fim de contextualizar o problema de pesquisa, identificar as lacunas de conhecimento e embasar a análise dos dados.

Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma extensa revisão bibliográfica, abrangendo tanto trabalhos brasileiros quanto internacionais. Destacam-se, entre essas obras, a contribuição de Maira et al (2013) em '*Youthscapes: The Popular, the National, the Global*', cuja abordagem interdisciplinar oferece *insights* valiosos para os estudos sobre cultura jovem, cultura popular, globalização, movimentos sociais, educação e mídia. Da mesma forma, '*Youth and the City in the Global South*', de Karen Tranberg Hansen (2008), oferece uma perspectiva geográfica sobre como esse grupo vivencia e interage com os espaços urbanos em diferentes regiões do mundo.

Além disso, a literatura brasileira, representada por autores como Cassab (2016), Dayrell (2003), Cavalcanti (2011), Groppo (2004), Levi e Schimtt (1996), Sposito (2014) e os autores amazonenses Pereira e Cordeiro (2016) – embora alguns deles não sejam especialistas em geografia –, desempenha um papel crucial na interpretação das experiências e do papel dos jovens na produção do espaço. Essas obras são essenciais e indicam um campo em crescimento na disciplina da geografia, ainda que o estudo das juventudes esteja mais consolidado nas áreas da Sociologia e da Psicologia.

Portanto, a revisão da literatura, particularmente os debates desenvolvidos por Santos (2014) sobre o espaço, proporcionou uma compreensão mais profunda da historicidade da organização espacial e de como as juventudes se articulam, produzem e são influenciadas pelas dinâmicas socioespaciais da cidade e além dela. No entanto, a dificuldade em interpretar as espacialidades desses grupos revela uma lacuna na abordagem geográfica, que tanto

negligencia o papel desses sujeitos como agentes ativos na produção de espaços, territórios e territorialidades, chegando ao ponto de desaparecer e ocultar suas análises.

Apesar de as juventudes terem ganhado notoriedade nas ciências humanas e sociais nos últimos anos, ainda há uma carência significativa de trabalhos científicos e acadêmicos que adotem uma abordagem geográfica para estudar esses sujeitos no contexto espacial. Isso representa um desafio para o diálogo científico e ressalta a necessidade urgente de contribuir para a epistemologia geográfica, reconhecendo a importância das experiências e suas dinâmicas espaciais.

1.4 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo desempenhou um papel fundamental neste estudo, permitindo uma análise mais aprofundada das interrogativas em questão. No total, foram realizadas 44 entrevistas qualitativas. Dessas, apenas 32 foram conduzidas exclusivamente com jovens entre 15 e 29 anos de idade, sendo que 30 realizaram-se através do formulário semiestruturado, enquanto duas foram obtidas por meio de depoimentos gravados em áudio e transcritos via WhatsApp.

Os dois depoimentos foram coletados em 2024 visto que os interrogados não foram encontrados durante as entrevistas semiestruturadas em 2021 nem durante as rotas de observação em 2023. Estes são jovens reassentados no RUC Jatobá, identificados como Entrevistado A e Entrevistado B, para preservar suas identidades.

É importante ressaltar que todas as entrevistas foram realizadas com a devida autorização dos participantes, abrangendo tanto a gravação de áudio quanto a imagem. Esse procedimento garantiu a integridade e a transparência no processo de pesquisa, permitindo a análise detalhada das experiências e das perspectivas das juventudes envolvidas no contexto estudado.

Durante as entrevistas, registrou-se as narrativas orais dos jovens, explorando perguntas-chave relacionadas às suas relações cotidianas com o antigo território. A memória desempenhou um papel crucial, permitindo retratar a desterritorialização vivenciada por eles no processo de inserção da hidrelétrica. O objetivo foi analisar como essas relações espaciais se configuraram no espaço-tempo e como se manifestam no cotidiano.

Dado o contexto de fragilidade psicossocial dos jovens devido aos problemas socioespaciais enfrentado no processo de deslocamento compulsório, este estudo também incorporou uma metodologia de interação e assessoria para esses sujeitos. Isso envolveu

práticas interdisciplinares, seja individual ou em grupo, que promoveram uma visão integrada das questões sociais e dos problemas que afetam as condições relacionadas ao seu cotidiano no espaço.

Nesse sentido, parte-se do entendimento do espaço compartimentado – inicialmente ocupado irregular e compulsivamente por esses sujeitos, desfavorecidos pelo sistema capitalista. Eles são parte do processo de marginalização desse sistema, que, em sua forma de reprodução, exclui, de maneira perversa, os sujeitos do local, forçando-os a ocupar áreas periféricas da cidade e a formarem aglomerados subnormais. Em Altamira, esses aglomerados se desenvolviam nas proximidades dos igarapés Ambé, Panelas e Altamira, localizados no centro de bens e serviços da cidade.

Essas áreas foram requalificadas pelo empreendedor à medida que os sujeitos foram deslocados compulsoriamente. O substrato espacial foi totalmente transformado e se configurou de uma nova maneira, seguindo uma padronização da paisagem com base em outras cidades brasileiras. Esse processo foi impulsionado pela velocidade da técnica, representada pela construção da UHE Belo Monte, que desencadeia uma ação econômica e política dita desenvolvimentista.

Já a interação com as juventudes foi essencial para este estudo, uma vez que buscou compreender as experiências e as relações socioespaciais dos jovens pobres e reassentados em Altamira, no estado do Pará.

O primeiro passo foi caracterizar socioeconomicamente esses sujeitos no contexto da cidade e as relações com os espaços que habitam. Tal iniciativa envolveu o contexto histórico do uso do espaço urbano de Altamira, considerando um período de mais de dez anos – desde a instalação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, em 2011.

A metodologia da pesquisa começou com um recorte da faixa etária, que inicialmente foi considerado analisar as crianças e os adolescentes residentes nos cinco Reassentamentos Urbanos Coletivos de Altamira. No entanto, após uma análise mais aguçada da categoria espaço-tempo identificou-se que o recorte espacial era amplo demais, além de que as crianças do tempo presente já são de outro contexto, que não o processo de deslocados pela hidrelétrica, havendo assim, a reformulação de sujeitos – as juventudes, pois considerando o tempo de moradia nos RUC, os sujeitos que estão em processo de reterritorialização já são os jovens e não mais as crianças, como era em 2014, instigando assim a curiosidade de analisar o processo, que se fosse estudado pela categoria território, seria chamado de reterritorialização pós desterritorialização, em virtude do deslocamento compulsório.

Foi decidido, então, analisar, com esses sujeitos, as suas espacialidades urbanas – uma

vez que eles, enquanto crianças e adolescentes, vivenciaram o processo de deslocamento compulsório e a desterritorialização causada pela UHE Belo Monte. Portanto, os sujeitos participantes da pesquisa são os jovens que vivenciaram este conturbado momento ainda nessa fase da vida.

Além da revisão de literatura e do trabalho de campo, a pesquisa também contou com a análise de documentos oficiais relacionados às condições dos jovens em contextos de grandes obras na Amazônia. Essa análise visou identificar semelhanças e diferenças em diferentes escalas geográficas, permitindo uma leitura comparada dos processos e uma discussão sobre as redes de proteção e apoio disponíveis para as juventudes reassentadas – frisando, neste caso, que não existe um núcleo para atender às demandas do Estatuto da Juventude em Altamira, apenas o Conselho Tutelar de Altamira (CTDA) e o Conselho Municipal da Criança e do Adolescentes (CMDCA).

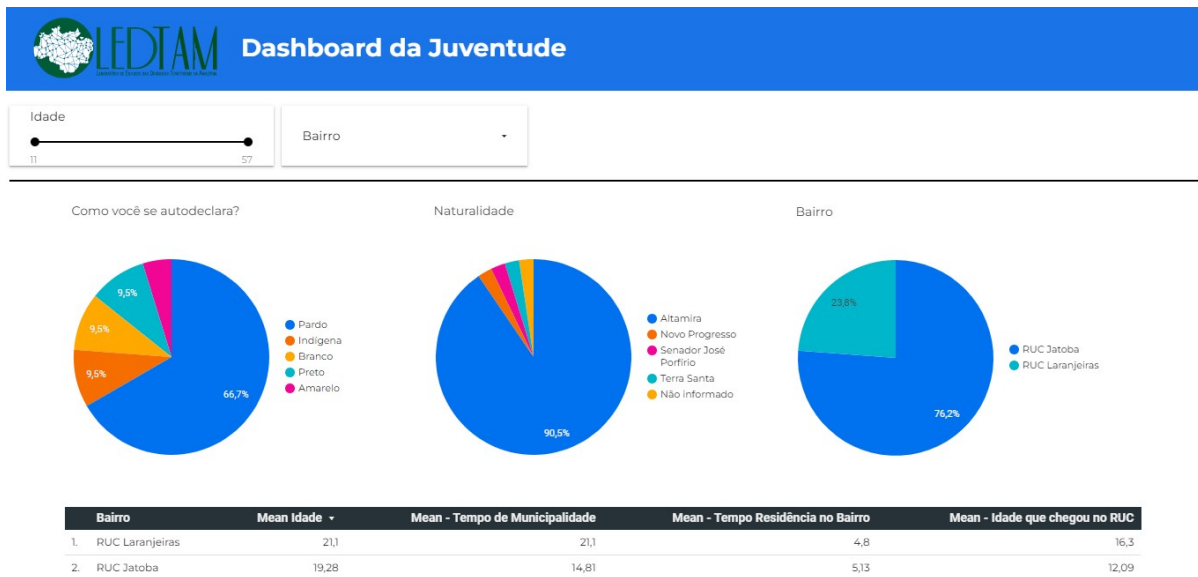
Além disso, a pesquisa envolveu entrevistas com representantes do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), especificamente a representante local da Ciranda Infantil, que trabalha com os juvenis impactados por grandes projetos, como a UHE Belo Monte. Entrevistas adicionais também foram realizadas com jovens representantes desse movimento.

Em relação à análise dos dados coletados, tanto qualitativos quanto quantitativos, esta foi realizada a partir de uma plataforma digital, aprimorada com o apoio técnico do LEDTAM – as entrevistas foram coletadas a partir do Epicollect5, aplicativo móvel e web para coleta de dados de forma fácil e gratuita. Ele fornece tanto o aplicativo web quanto o móvel para a geração de formulários (questionários) e *sites* de projetos hospedados gratuitamente para coleta.

Além disso, os dados foram coletados usando vários dispositivos (incluindo GPS e mídia) e podem ser visualizados em um servidor central (via mapa, tabelas e gráficos). As informações coletadas foram exportadas no formato csv e json diretamente da plataforma web. Feito isso, foi criado o *Dashboard* das Juventudes LEDTAM 2021, contendo a representação visual das informações mais importantes em forma de painel de controle para auxiliar nas interpretações possíveis. Logo, a partir da base de dados disponível na base do LEDTAM, foram gerados os principais indicadores de desempenho esboçados em gráficos e tabelas relevantes.

O *dashboard* é exibido em forma de apresentação visual em uma única tela do painel de controle, evitando-se barras de rolagem, de forma que se consiga fazer comparações e acompanhar as metas, conforme ilustrado na Figura 3.

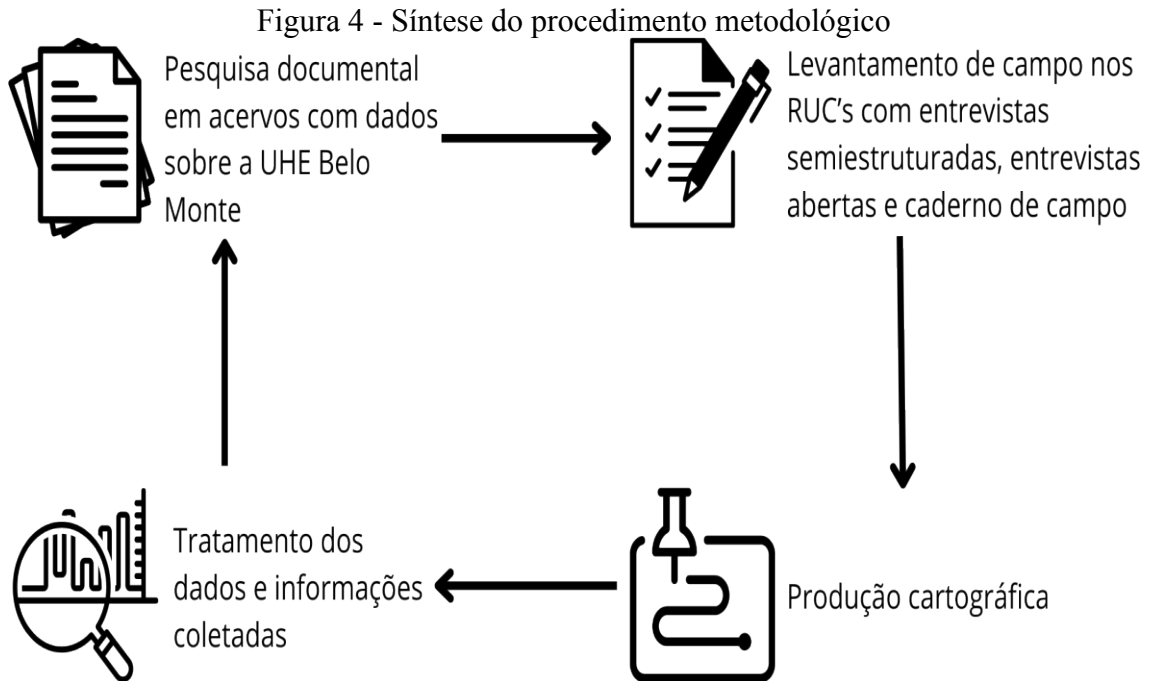
Figura 3 - Dashboard Juventudes



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Além dos caminhos metodológicos já citados, é importante destacar que, durante a pesquisa, foram realizadas sucessivas visitas aos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) e aos Parques ambientais de Altamira – áreas que incluem antigas palafitas, bem como a Orla do Cais, especialmente durante as férias escolares e os fins de semana. O objetivo dessas visitas foi verificar a presença ou ausência cotidiana das juventudes nesses espaços e como eles usam e ocupam.

Durante essas visitas, foram realizados imageamentos aéreos com o uso do Veículo Aéreo Não Tripulável (VANT), registro fotográfico detalhado, conversas informais com as juventudes para obter *insights* e perspectivas diretas, identificação com o bairro habitacional, bem como a manutenção de um diário de campo para registrar as observações e as reflexões relevantes – conforme sintetiza a ilustração da Figura 4.



Fonte: organização da autora (2023).

Essas atividades de campo, que incluem tanto a observação direta quanto o uso de tecnologias como o drone, contribuíram significativamente para a obtenção de dados empíricos detalhados sobre as práticas cotidianas das juventudes nos espaços em estudo, enriquecendo, assim, a pesquisa e permitindo uma análise mais detalhada das dinâmicas socioespaciais que permeiam a vida dos jovens reassentados, conforme será observado no decorrer da tese.

Alinhando-se a essa interpretação, há a análise espaço-temporal do estudo das relações e dos padrões que ocorrem nos locais dos RUC ao longo do tempo, envolvendo a consideração simultânea das dimensões espaciais e temporais para compreender como fenômenos e processos geográficos, produzidos pelas juventudes, estão se desenvolvendo, evoluindo e se relacionando com o ambiente – que vai desde ao deslocamento compulsório, quando então a hidrelétrica foi implantada na região, até as reinvenções no espaço tempo atual. Para essa análise, é preciso a compreensão do conceito de espaço e sua aplicabilidade na realidade vivenciada por tais sujeitos em suas espacialidades.

CAPÍTULO I: A CONCEPÇÃO DE ESPAÇO E A ANÁLISE GEO-HISTÓRICA DE ALTAMIRA-PA



Fonte: Lucas Lima (2023).

2 INTRODUÇÃO AO CAPÍTULO

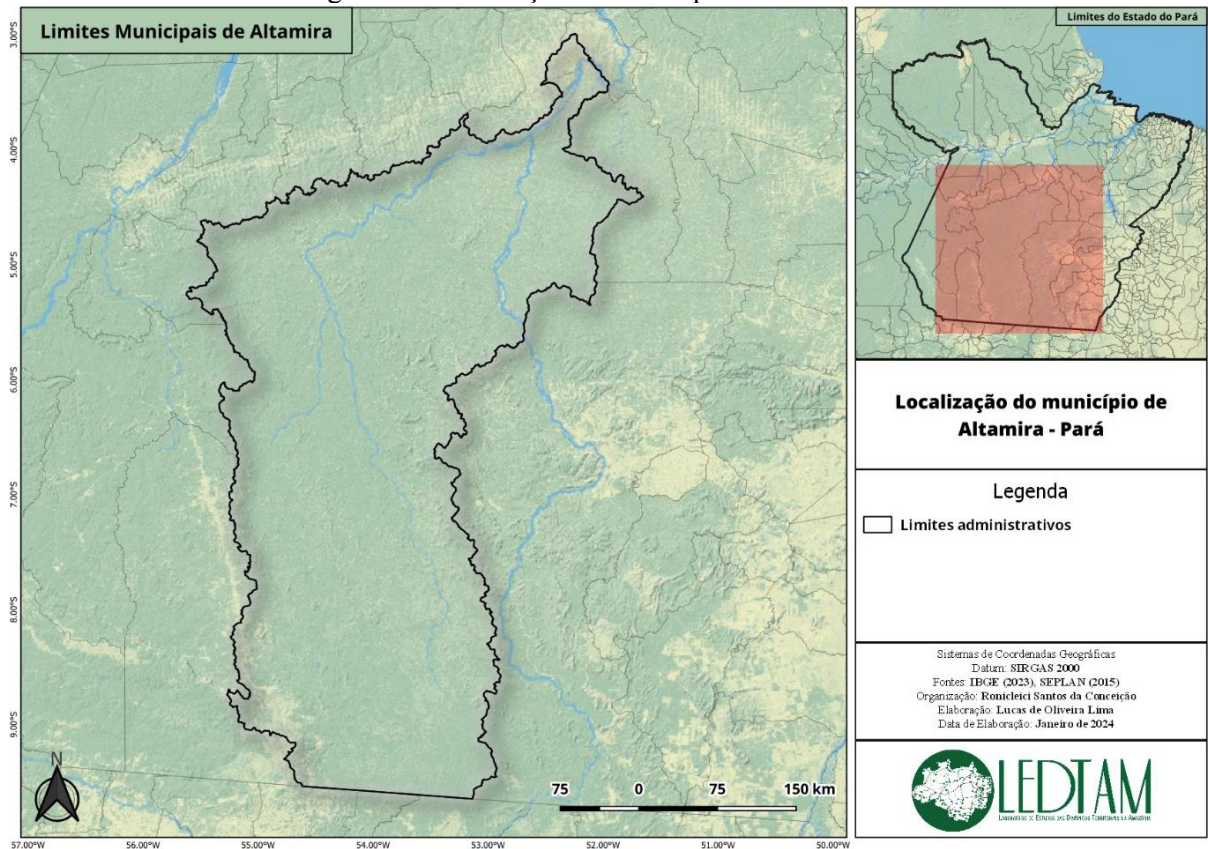
Neste capítulo, explora-se o conceito central de espaço, entendendo que a construção social está intrinsecamente ligada às experiências humanas. Em particular, busca-se compreender como essas dinâmicas implicam as vivências das juventudes urbanas – considerando as dimensões sociais, culturais e históricas do espaço, especialmente sob a perspectiva de Milton Santos (2014).

O diálogo proposto conecta os fundamentos teóricos do autor com a Geo-história de Altamira-PA, uma cidade média localizada no Sudoeste Paraense, integrante da Região de Integração do Xingu (RIX), além de permitir a interpretação da terminologia “juventudes” e sua concepção sócio-histórica, enriquecendo, assim, a compreensão das interações entre espaço e sociedade ao considerar não apenas o espaço físico, mas também as camadas sociais e históricas – que implicam nas experiências e perspectivas das juventudes urbanas de Altamira.

2.1 ALTAMIRA: ENTRE AS RAÍZES HISTÓRICAS E AS DIMENSÕES ESPACIAIS CONTEMPORÂNEAS

Para a interpretação da cidade média de Altamira, situada no Sudoeste Paraense (Figura 5) e que agrega a Região de Integração do Xingu, é preciso entendê-la não como “uma coisa”, mas como um sistema relacional a partir da categoria espaço (Santos, 2014). Sua rede urbana amazônica relaciona-se não apenas com seus aspectos contemporâneos, mas também com as camadas históricas que constituem seu espaço geográfico – marcado por diferentes influências. A relação com o rio, a herança das missões jesuítas e as intervenções estatais são exemplos que convergiram para a sua produção socioespacial.

Figura 5 - Localização do município de Altamira-PA



Fonte: IBGE (2023).

Nesse sentido, na concepção de espaço geográfico, a cidade de Altamira é interpretada como um espaço produzido e transformado por diferentes agentes sociais, incluindo os jovens – que são influenciados de forma (in)direta pelas heranças socioespaciais decorrentes das correlações citadas anteriormente. Esses elementos influenciam as espacialidades e as experiências cotidianas dos jovens, contribuindo para a construção de suas identidades e práticas sociais que não são estáticas, mas dinâmicas, refletindo a evolução contínua da cidade e suas relações com o ambiente natural, cultural e político, ao passo que:

O espaço não é uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis porque sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. (Santos, 2014, p. 30).

Nessa perspectiva de Milton Santos, transcende a ideia tradicional de espaço como mera extensão física ou como uma coleção de objetos geográficos, pois “espaço” não é algo isolado nem um sistema de coisas separadas, ao contrário, é uma realidade relacional, uma interação complexa entre coisas e suas relações. Assim, é a partir dessa visão que se busca superar a concepção simplista de espaço como algo estático e inerte.

Essa dinamicidade, que corresponde à dialética entre local e global, exclusão e inclusão dos sujeitos e vida cotidiana representa a complexidade geográfica, sobremaneira, das cidades das quais grande parte das pessoas vivem (Cavalcanti, 2011, p. 2). Altamira, por exemplo, com base no censo de 2022, tem 91,3% de taxa de urbanização, o que significa que a maior parte da população vive na zona urbana da cidade – cuja população total corresponde a, aproximadamente, 126.279 pessoas (IBGE, 2022).

Dessa estimativa, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo de 2022, a maioria da população de Altamira mostra-se composta por pardos (63,5%), seguido por brancos (22,6%), indígenas (8,1%), pretos (5,3%) e amarelos (0,5%). Além disso, 34,22% de sua população possui faixa etária entre 0 e 14 anos, enquanto a faixa etária de 15 a 29 anos representa 24,37%. Portanto, considerando esses dados, a estimativa sugere que aproximadamente 58,59% do povo seja composta por jovens, considerando a faixa etária de 0 a 29 anos – embora o Estatuto das Juventudes os categorize a partir da faixa etária de 15 a 29 anos.

Nessa linha de raciocínio, entende-se que as juventudes compõem uma grande fração da população do município de Altamira. Apesar desta proporção, a ciência geográfica os invisibiliza e generaliza, muito embora suas manifestações e interações marquem suas espacialidades pela cidade, seja na escola, no trabalho, no lazer ou na comunidade.

Nessa perspectiva, a ciência geográfica deveria se dedicar na compreensão de como esses movimentos e interações moldam a identidade e a subjetividade dos jovens a partir dos seus conceitos de análise – aqui, em específico, o espaço –, porém não impossibilita que eles sejam interpretados pelas demais categorias geográficas.

Em tal prerrogativa, a concepção de espaço abordada por Santos (2014) lembra-nos que o espaço geográfico não é um dado absoluto, mas sim uma construção social e ambiental em constante evolução, e isso requer reconhecer sua complexidade pautando o movimento e a contradição. Dessa forma, sistematiza-se a categoria chave e os conceitos essenciais da pesquisa da seguinte maneira:

Espaço: entendido como uma construção social, resultado das relações sociais produzidas entre os indivíduos e grupos. Ele não é apenas uma dimensão física, mas também um produto socialmente construído que reflete as ações humanas, os sistemas psicológicos, as estruturas políticas e as representações culturais, e permite identificar os movimentos e as interações das juventudes nos mais diferentes espaços (Santos 2014);

A. Totalidade social: compreensão do espaço como uma totalidade integrada, considerando as múltiplas dimensões da vida social. Isso implica em reconhecer a interdependência entre os diferentes elementos que compõem a sociedade – como economia, política, cultura, tecnologia, meio ambiente, entre outros –, que desencadeia ou impulsiona a formação das espacialidades juvenis (Santos 2014);

B. Movimento: o espaço é caracterizado pelo movimento, seja ele físico, social, econômico ou cultural. Esse implica em transformações e fluxos constantes, que configuram e reconfiguram o espaço ao longo do tempo. Para tal, compreendê-lo e representá-lo é fundamental para analisar a totalidade social e suas dinâmicas espaciais (Santos 2014);

C. Contradição: ocorre quando existem antagonismos e conflitos entre diferentes interesses, forças e processos que operam no espaço, em que Santos (1978) interpreta da seguinte maneira:

Ora, diante da realidade, que está sob nossos olhos, não se pode pensar em crescimento que não seja acompanhado por transformações estruturais frequentemente profundas, mas esse crescimento, considerado como uma condição prévia, termina por se tornar um obstáculo ao desenvolvimento “humano” devido aos bloqueios de estruturas que ele provoca por toda parte. (Santos, 1978, p. 30).

Seguindo o raciocínio de Santos (1978), cabe frisar a importância de uma abordagem holística para o espaço e para as juventudes, pois o crescimento, se não acompanhado de transformações estruturais adequadas, pode se tornar um "obstáculo ao desenvolvimento humano". No contexto das juventudes reassentadas, isso sugere que simplesmente aumentar números ou indicadores econômicos pode não garantir o desenvolvimento humano sustentável – fator que se traduz em desafios, como a marginalização, a falta de oportunidades igualitárias, o deslocamento cultural e a exclusão social. Tais bloqueios estruturais criam obstáculos para o pleno desenvolvimento das juventudes reassentadas, ao passo que, reinventar-se no espaço, não é o mesmo que equidade social.

À medida que as sociedades “evoluem”, o espaço é modificado pela ação humana, seja pela construção de cidades, pela exploração de recursos naturais ou pela criação de infraestruturas, como se registrou em Altamira com a construção da Usina Hidrelétrica de

Belo Monte. Portanto, a produção e reprodução das espacialidades urbanas das juventudes permite compreender que, mesmo estando no processo de fragmentação da sociedade e de uma produção do espaço com relações globais, os relacionamentos de pertencimento e redes de sociabilidade são construídas no lugar, porém, a questão que permanece é: a que custo e em quais modos essas espacialidades têm sido construídas e reconstruídas na rede urbana amazônica?

Nesse sentido, a complexidade dos reassentamentos – como o espaço de habitação e vivência das juventudes – é desafiador, pois, como pondera Santos (2014, p. 13), “[...]quanto mais pequeno o lugar examinado, mais complexo é entender os modos de produção, pois há um número maior de níveis externos que incidem sobre ele”, visto que os reassentamentos são bairros da cidade que não se isolam dela, mesmo que haja um processo de segregação socioespacial.

Em outras palavras, Altamira, ao longo de sua história, passou por diversas fases de (des)envolvimento, desde sua formação territorial, em 1911, até o século vigente em função de circunstâncias na produção do espaço capitalista, que reorganizou as relações materiais e simbólicas de um território consolidado havia 100 anos, até a chegada da hidrelétrica. Desse modo, a cidade não existe em isolamento, visto que é o resultado da evolução temporal e espacial que envolveu diferentes momentos históricos com influências externas, tendo-a, neste caso, como “herdeiras de espacialidades pretéritas que mostram processos contínuos e descontínuos no tempo e no espaço” (Oliveira, 2016, p. 200).

A expressão "herdeiras de espacialidades pretéritas", de Oliveira (2016), sugere que as características e as experiências da cidade têm raízes em períodos anteriores. Essas "heranças" são visíveis nas espacialidades atuais e refletem processos contínuos e descontínuos no tempo e no espaço quando, por exemplo, as juventudes reassentadas indicam o saudosismo da relação homem-natureza – com relação aos usos do Rio Xingu como elemento de identidade, pertencimento amazônico, interrompido e a até extinto devido à criação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Os processos em curso em Altamira são reflexos da geo-história da região, cujas raízes territoriais – conforme indicado pelo IBGE Cidades (2022) e Umbuzeiro (2012) – remontam ao século XVIII. Nesse período, os Jesuítas desempenharam um papel influente ao estabelecer missões com o objetivo de catequizar os habitantes locais – predominantemente indígenas.

Esse conjunto de eventos ocorreu no contexto da relação entre o homem e a natureza. Já o processo de inserção nas comunidades se deu pelas vias do rio e da floresta, com Altamira começando a se formar às margens do Igarapé dos Painelas. Esse momento, de acordo com Francisco Umbuzeiro (2012), marcou o início da jornada histórica da cidade como um centro de colonização e evangelização:

Os Jesuítas estabeleceram uma missão em Altamira no século XVIII. Essa missão tinha o objetivo de catequizar os habitantes locais, predominantemente indígenas. Os Jesuítas ensinaram aos indígenas a língua portuguesa, a religião católica e técnicas agrícolas. (Umbuzeiro, 2012).

Ao longo do tempo, o povoamento da área expandiu com a abertura de um atalho entre o baixo e o médio Xingu, impulsionado pela mão de obra indígena e, posteriormente, por escravos africanos. Ademais, a presença dos Jesuítas não apenas influenciou na formação territorial de Altamira, mas também deixou uma herança cultural e religiosa duradoura na região. Mesmo diante de mudanças políticas e culturais, a igreja católica, a notória Prelazia do Xingu, é um elemento significativo na identidade e influência religiosa local.

A presença marcante da igreja católica em Altamira – com seus templos característicos portugueses, que marcam esses elementos na paisagem urbana – é um reflexo das raízes históricas profundas da cidade. No entanto, a identidade dessa cidade vai além do contexto eclesiástico, revelando objetos espaciais característicos da colonização portuguesa, conforme ilustra as residências localizadas na Orla do Cais, avenida João Pessoa, onde uma fascinante contraposição entre o passado e a modernização em curso se desenha (Figura 6).

Figura 6 - O passado e o presente coexistindo



Fonte: LEDTAM (2023). Organização da autora.

A Figura 6 representa elementos do passado, como as edificações características do período colonial, construídos às margens do Rio Xingu. Na perspectiva teórica de Henri Lefebvre (1974), esse elemento espacial pode ser caracterizado como "rugosidades espaciais" – uma expressão utilizada pelo geógrafo para descrever as complexidades e as irregularidades que existem no espaço urbano. Lefebvre, em sua obra "A Produção do Espaço" (1974), aborda a ideia de que o espaço não é homogêneo nem liso, mas sim caracterizado por diversas rugosidades ou texturas que refletem as relações sociais, culturais, políticas e econômicas presentes em uma determinada área.

A coexistência do passado e do presente, portanto, torna-se evidente na paisagem urbana (Figura 7), onde edificações históricas, como as residências coloniais mencionadas, permanecem como testemunhas de outrora, exemplos de como elementos históricos e contemporâneos coexistem. Essas estruturas resistem ao desgaste do tempo, sobrevivendo às transformações modernas ao seu redor.

Figura 7 - Arquiteturas coloniais *versus* arquiteturas modernas na paisagem urbana



Fonte: LEDTAM (2023). Organização da autora.

Essa coexistência não implica uma estagnação, mas sim em uma interação dinâmica, em que elementos do passado são reinterpretados, adaptados e incorporados ao presente, enquanto novas estruturas e práticas emergem. Essa relação entre passado e presente é essencial para compreender a complexidade das espacialidades contemporâneas, permitindo-nos reconhecer as raízes históricas da região ao mesmo tempo que entendemos as mudanças e inovações que caracterizam o ambiente habitado, ao passo que:

O modo de produção organiza, produz, ao mesmo tempo em que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza, posto que o modo de produção projeta sobre o terreno estas relações, sem, todavia, deixar de considerar o que reage sobre ele. Certamente, não existiria uma correspondência exata, assinada antes entre relações sociais e as relações espaciais (ou espaço-temporais). A sociedade nova se apropria do espaço preexistente, modelando anteriormente; a organização anterior se desintegra e o modo de produção integra os resultados. (Lefebvre, 1992, p. 8).

A citação de Lefebvre (1992) ressalta a relação intrínseca entre o modo de produção, as relações sociais e a organização do espaço. Altamira, ao longo de sua história, foi moldada por diferentes modos de produção que projetaram sobre seu terreno as relações sociais prevalentes em cada época. A cidade é um palimpsesto em que a sociedade nova se apropria do espaço preexistente, remodelando-o conforme suas necessidades, enquanto a organização

anterior se desintegra diante das transformações econômicas, culturais e sociais.

A Orla do Cais e as residências coloniais de Altamira, ao representarem a contraposição entre passado e modernização, são manifestações visíveis dessa dinâmica. A cidade, que tem em sua paisagem elementos históricos, reflete não apenas a continuidade, mas também as rupturas e transformações que ocorreram ao longo do tempo. Essa complexa cadeia de relações entre sociedade, espaço e tempo contribui para a compreensão da identidade única de Altamira e das experiências das juventudes reassentadas, que, por sua vez, carregam consigo as heranças e os desafios socioespaciais que se desdobraram ao longo da história da cidade, em que:

De um contexto a outro, de uma época a outra, os jovens desenvolvem outras funções e logram seu estatuto definidor de fontes diferentes: da cidade ou do campo, do castelo feudal ou da fábrica do século XIX... Tampouco se pode imaginar que a condição juvenil permaneça a mesma em sociedades caracterizadas por modelos demográficos totalmente diferentes (Levi; Schmitt, 1996, p. 17).

As residências coloniais, os templos e outros elementos arquitetônicos do passado – refletidos na paisagem urbana – atuam como testemunhas tangíveis das heranças históricas. Esses espaços remanescentes, de algum modo, refletem na vivência cotidiana das juventudes, influenciando sua percepção de identidade e pertencimento. Além disso, a relação simbólica com o Rio Xingu, apesar das interrupções causadas com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, também deixa vestígios nas espacialidades modernas, conectando o passado ao presente.

Essa conexão com os rios e igarapés da Amazônia não é, contudo, uma característica ou prática social exclusiva das juventudes reassentadas, mas uma relação geo-histórica compartilhada pelos habitantes do município, transmitida de geração em geração. Isso é ilustrado na Figura 8, a seguir, em que o uso desses recursos representa a perspectiva de produção do espaço, conforme proposto por Lefebvre (1974), que o concebe como uma construção social resultante de práticas sociais.

Figura 8 - A interação social e o papel cultural do igarapé às juventudes.



Fonte: Altamira Pará Viva (2023).

O uso do igarapé Ambé, localizado ao longo da rodovia Ernesto Acioly, na área urbana de Altamira, representava uma prática comum de produção socioespacial entre os habitantes locais, conforme ilustrado na figura acima – registrada em 1990, de acordo com a rede social Altamira Pará Viva (2023). Essa relação homem-natureza refletia um ritmo mais tranquilo nas espacialidades urbanas, caracterizado pela integração harmoniosa com o ambiente. No entanto, com a chegada da hidrelétrica, houve uma inserção abrupta e turbulenta no cenário local, causando o deslocamento compulsório e um choque cultural imediato, exacerbando problemas estruturais preexistentes, conforme destaca o relato do Entrevistado A, (jan. 2024).

Com a chegada da barragem, esse cenário agravou ainda mais os impactos no dia a dia da juventude, intensificaram alguns agravantes, como a violência, criminalidade e desemprego, passaram a estar mais presente na vida da juventude Altamirense [...]. Em 2015 tive que sair não só da minha casa, mas como da região onde vivi por muitos anos, e criei bons laços humanos, culturais e ambientais [...]. (informação verbal).

A mudança socioespacial de forma abrupta causada pela intervenção da hidrelétrica destaca a complexidade das interações entre o meio ambiente e as comunidades humanas. Essas movimentações ressaltam a importância de considerar não apenas os impactos econômicos, mas também os aspectos sociais e culturais ao planejar e implementar projetos que afetam diretamente o espaço habitado pelas pessoas. Assim, as consequências dessas

alterações permanecem arraigadas na memória coletiva e individual fo coletivo, ressaltando a relevância de abordagens sensíveis e integradas ao lidar com mudanças significativas na paisagem urbana e rural da Amazônia.

O município de Altamira é uma das frações territoriais da Amazônia, portanto, carrega resquícios e influências da sua formação histórico-política. Em todo o território amazônico é possível encontrar tais influências únicas em sua geo-história, decorrentes de seu ordenamento territorial, concatenadas a políticas nacionais e internacionais.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, a Amazônia tornou-se uma área estratégica de interesse para o Brasil e outros países devido à sua rica biodiversidade e recursos naturais. A busca por matéria-prima, como a borracha, além da possibilidade de exploração mineral e agrícola, impulsionou uma série de políticas de ocupação e migração para a região (Martinello, 1985).

Nesse contexto, o Estado brasileiro teve papel fundamental na promoção e no incentivo à migração de pessoas para a região a fim de povoá-la e explorá-la. Essas políticas de colonização e incentivo à exploração econômica foram impulsionadas, em parte, pelas condições de escassez e seca no Nordeste do país, que levaram muitas famílias a buscar novas oportunidades na Amazônia – conforme aponta Becker (1990) ao tratar sobre o processo e a colonização da região:

Na verdade, trata-se de um processo de distribuir a terra sim, mas sob o controle do Estado, estimulando, orientando e/ou prevenindo os movimentos espontâneos da população. A colonização é um movimento que tira o controle da terra dos governos estaduais, para o governo central é entendida como capaz de solucionar conflitos sociais, absorvendo produtores sem-terra povoar as fronteiras inclusive em locais estratégicos e ao mesmo tempo criar bacias de trabalhos locais (Becker, 1990, p. 27-28).

No entanto, essa ocupação e exploração influenciou o meio ambiente e as populações locais. A expansão das atividades extrativistas, como a exploração da borracha, entre 1879 e 1912, teve consequências ambientais e sociais, incluindo a devastação de áreas de floresta, perda de biodiversidade e a exploração de trabalhadores em condições precárias – assim como foi no período de 1970 com a abertura da Transamazônica-BR 230 e, mais recente, com a UHE Belo Monte.

A partir de tais mudanças, as consequências, que afetaram os modos de vida local e o meio ambiente, foram replicadas, mas com a concepção de que se transformava apenas o objeto espacial. Ademais, a influência do capitalismo internacional é marcada nesse contexto pela busca por recursos naturais, muitas vezes controlados por empresas estrangeiras,

fator que contribuiu para a exploração da região e para a concentração da riqueza nas mãos de poucos, perpetuando desigualdades socioeconômicas.

Assim, pode-se interpretar que o município de Altamira, na sua composição amazônica, tem enfrentado desafios relacionados à conservação ambiental e aos direitos das populações locais, sobremaneira das populações tradicionais, bem como ao desenvolvimento econômico sustentável. Devido a isso, seu espaço geográfico enfrenta contradições por existirem antagonismos e conflitos entre diferentes interesses, forças e processos que o operam.

Desse modo, quando se discute a história e as influências políticas e econômicas desta região, refere-se ao espaço em sua totalidade, entendendo que “o espaço responde às alterações na sociedade por meio de sua própria alteração” (Santos, 2014, p. 77). Dado a isso, as espacialidades urbanas das juventudes respondem à dialética do espaço.

Para tal, as alterações na sociedade são refletidas no espaço, como as mudanças tecnológicas – que levam ao surgimento de novos espaços, como as cidades inteligentes –, as mudanças políticas – levam à criação de novos territórios, como as fronteiras –, e as mudanças econômicas – levam ao desenvolvimento de novas atividades econômicas, que se refletem no espaço geográfico. Assim, reafirma-se como o ambiente é uma resposta às alterações sociais, essas influenciadas por uma série de fatores, como a cultura, a economia, a política e a tecnologia.

Portanto, as espacialidades urbanas das juventudes reassentadas acompanham o movimento da dialética espacial com o decorrer dos acontecimentos. Como consequência, as condições de vida dessas juventudes são moldadas a partir de uma sequência de desafios, como menor acesso a uma educação de qualidade, a oportunidades de emprego, serviços de saúde e lazer, ao mesmo tempo que enfrentam uma exposição à violência e criminalidade, que os acompanha desde os territórios de outrora. Destarte, a evolução de Altamira não foi linear, assim como não são as espacialidades das juventudes.

2.2 A CONCEPÇÃO DE “JUVENTUDES” NA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA

Dada à dialética espacial, as juventudes são sujeitos sociais que estão em constante mudança com o decorrer do tempo e do espaço (Dayrell, 2003). Essa é influenciada por fatores sociais, como alterações culturais, econômicas e políticas. Portanto, um fenômeno sócio-histórico é grandemente influenciado pelas normas e pelos valores da sociedade em que ocorre e pelas mudanças históricas que acontecem ao seu redor. Assim, pensar as juventudes

reassentadas e suas espacialidades requer entender , ainda, sua temporalidade.

Nessa prerrogativa, compreende-se que as juventudes sempre estiveram presentes no espaço geográfico, compondo um núcleo familiar, a demografia de um lugar, dentre outras dimensões espaciais, muito embora não houvesse uma distinção entre eles e outros grupos ou uma terminologia para identificá-los enquanto sujeitos sociais.

Contrastando com a afirmação Barbosa (2021, p. 5): “O fato é que nem sempre existiu juventude [...]”, percebe-se que esses grupos existem desde a origem, embora não fossem devidamente identificados. Esta constatação destaca a necessidade de uma análise mais aprofundada das espacialidades juvenis e uma valorização de suas contribuições, muitas vezes negligenciadas.

Para tal, a interdependência das variáveis espaciais, ou seja, como diferentes elementos em um espaço se relacionam e influenciam uns aos outros, permite entender o ambiente como dinâmico, cujas variáveis espaciais estão em constante movimento (Santos, 2014) – considerando-se não apenas a causalidade, mas também as relações entre os elementos e o contexto mais amplo em que existem para compreender o fenômeno espacial.

Nesse sentido, pode-se associar o conceito de “juventudes” a um elemento espacial da abordagem de Santos (2014), em que esta é uma variável espacial que pode mudar seu conteúdo e significação, tornando-se uma variante suscetível a mudanças. Contudo, mesmo que ela varie em conceituação ou formas de abordagens, deve-se considerar que a juventude não é apenas um momento da vida que marca sua transição para a fase adulta; tal prerrogativa negligencia a sócio-história desses grupos, que não são apenas consumidores do espaço urbano, mas também produtores de heterogeneidades espaciais, conforme corrobora a interpretação de Levi e Schimtt (1996):

Essa «época da vida» não pode ser definida com clareza por quantificações demográficas, nem por definições de tipo jurídica, e é por isso que nos parece substancialmente inútil tentar identificar e estabelecer, como fizeram outros, limites muito nítidos. (Levi; Schmitt, 1996, p. 19).

Em outras palavras, a compreensão das juventudes como elementos espaciais está sujeita a influências do contexto em que estão incorporadas. O valor atribuído a essa variável não é apenas determinado pelas próprias juventudes, mas também pelo seu papel dentro de um conjunto, contexto ou estrutura mais ampla.

Ao levar em conta o movimento da totalidade, ou seja, a dinâmica das influências intensas e entre os diferentes elementos, é possível obter uma visão mais abrangente e completa da situação. Esse esforço de classificar – isto é, a identificação e análise dos

diferentes elementos e suas relações – é fundamental para compreender as juventudes e outros aspectos emocionais – afetados pelas mudanças e transformações no contexto em que estão inseridos.

Dessa forma, esses sujeitos têm sido historicamente marcados por processos de exclusão em suas mais diferentes nuances, afetando diretamente o seu modo de estar e ser no espaço, conforme afirma Sposito (2010, p. 49).

As juventudes têm sido historicamente submetidas a processos de exclusão social, política e cultural, que muitas vezes negam suas demandas e reivindicações, bem como a diversidade de experiências e vivências que caracterizam esse grupo etário.

A exclusão social, política e cultural das juventudes pode estar fortemente relacionada ao adultocentrismo e às ideias de que os jovens são sujeitos imaturos, rebeldes e desordeiros, que precisam ser controlados e moldados pelos adultos. Esse tipo de pensamento tem raízes históricas – que estabeleceu uma divisão rígida entre as diferentes fases da vida e uma hierarquia entre as idades, considerando a idade adulta como a mais valorizada e a juventude como uma fase de transição, de preparação para a vida adulta.

Essa perspectiva adultocêntrica muitas vezes é responsável por impor uma série de limitações e estereótipos negativos e que os colocam em posição de subalternidade em relação aos adultos. Além disso, a cultura dominante muitas vezes reforça a ideia de que os jovens são responsáveis por problemas sociais e de comportamento, como a violência urbana, a delinquência juvenil e o consumo excessivo de drogas e álcool, o que os marginaliza ainda mais, conforme aborda a interpretação de Aparício *et al.*, (2008) *apud* Vieira e Mayorga (2019, p. 6-7).

A adultocracia, base na qual se ergue o controle simbólico e material dos adultos sobre jovens, pode ser definida como o poder que se exerce pelas pessoas adultas (de faixa etária entre 30 e 59 anos) que se baseia numa estrutura de dominação dos adultos que se encontram ‘numa relação de superioridade no que se refere a outros grupos sociais e etários, em particular infância, juventude e velhice’, gerando ‘uma visão simplista e homogênea da juventude’, representada “em termos de carência; de rebeldia ou diversão desenfreada; ou de forma idealizada e romântica”

No entanto, é importante ressaltar que essas representações estereotipadas dos jovens não correspondem à realidade da diversidade de experiências e vivências que caracterizam esses grupos, e que muitos movimentos juvenis têm lutado contra essa exclusão e estigmatização, reivindicando espaços e políticas públicas que reconheçam as demandas e necessidades das juventudes como sujeitos políticos e sociais.

Já a etimologia da palavra “adultocentrismo” é formada pela junção de dois termos: “adulto”, que se refere a uma pessoa que já atingiu a maioridade e é considerada plenamente responsável por suas ações, e “centrismo”, que denota a ideia de centralidade, de algo que está no centro ou é considerado como o mais importante.

Portanto, a etimologia dessa palavra indica que se trata de uma concepção que coloca os adultos no centro das atenções, desconsiderando ou desvalorizando as perspectivas e experiências das outras faixas etárias, em particular das crianças e dos jovens.

Além disso, o adultocentrismo é um conceito que se refere à ideia de que a perspectiva dos adultos é considerada como a mais importante e valorizada em relação às outras idades, sendo majoritariamente utilizada como padrão para avaliar e julgar as experiências e vivências das crianças e dos jovens. Isso significa que a visão do adulto é considerada como universal, enquanto as perspectivas dos infantes são diversas vezes desconsideradas ou desvalorizadas.

O termo foi originado na modernidade, período em que a sociedade passou a valorizar e hierarquizar as diferentes fases da vida, considerando a idade adulta como a mais importante e a juventude como uma fase de transição e preparação para esta. Essa visão hierarquizada foi reforçada pela escolarização em massa, que separou rigidamente as faixas etárias em diferentes níveis educacionais.

Ao longo do tempo, esse termo foi se consolidando e se tornando uma das principais formas de discriminação etária, fator que afeta crianças e jovens em diversas esferas da vida social, política e cultural. Logo, esses grupos têm suas perspectivas e experiências ignoradas ou desvalorizadas pela sociedade, que lhes impõe limitações e estereótipos negativos.

No entanto, a discussão sobre a necessidade de superar o adultocentrismo tem crescido juntamente com o ímpeto de compreender e reconhecer as perspectivas das crianças e dos jovens como importantes e valiosas em si mesmas, independentemente da comparação com a visão dos adultos. Isso implica em considerar as experiências e demandas das juventudes como legítimas e relevantes, e em envolvê-los nos processos de tomada de decisão, em especial aqueles que afetam diretamente a vida deles.

Segundo Andrade e Guareschi (2019, p. 267-277):

[...] é preciso superar o adultocentrismo e reconhecer que as perspectivas, valores e práticas das crianças e dos jovens têm valor em si mesmas, independentemente da comparação com a visão dos adultos. Isso implica em considerar as experiências, vivências e demandas das juventudes como legítimas e relevantes, e em envolvê-las nos processos de tomada de decisão que afetam suas vidas, seja no âmbito familiar, escolar, social ou político.

Entretanto, mesmo com esse adultocentrismo – ainda predominante na sociedade –, é bastante difundida a ideia de que as juventudes são consideradas o futuro da sociedade, mas essa visão é reducionista e simplista, pois coloca toda a responsabilidade e as expectativas de mudança sob as gerações mais novas, ignorando as estruturas sociais e históricas que perpetuam desigualdades e injustiças.

Portanto, há uma contradição entre a valorização retórica da juventude como o futuro e a falta de investimento e de políticas públicas efetivas para atender às demandas e necessidades desses diferentes grupos, principalmente daqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social, como nas periferias urbanas.

Segundo Abramo (2011, p. 12):

[...] a juventude aparece, então, como um ideal a ser perseguido, uma vez que se associa a essa fase da vida a possibilidade de mudança, de transformação da realidade, de construção de um mundo melhor. O discurso hegemônico valoriza a juventude, afirma que ela é o futuro e, portanto, merece atenção e investimentos.

Todavia, na prática, as políticas públicas voltadas para as juventudes são geralmente precárias e insuficientes, não contemplando as diferentes realidades e demandas desses sujeitos. Aponta Almeida e Ribeiro (2017, p. 93):

[...] as políticas para juventude vêm sendo elaboradas com uma perspectiva limitada, com base em modelos que priorizam uma determinada faixa etária e uma determinada classe social, que correspondem a uma parcela privilegiada da juventude, deixando de fora as juventudes periféricas e marginalizadas.

Logo, a valorização de determinadas classes sociais e faixas etárias em detrimento de outras apenas perpetua as desigualdades sociais e econômicas, especialmente quando se refere às juventudes historicamente invisibilizadas e marginalizadas. A reprodução do sistema capitalista no Brasil e em outras partes do mundo é uma das principais causas dessas desigualdades, pois beneficia uma elite enquanto exclui a maioria da população, incluindo os jovens – especificamente os de Altamira-PA, que antes mesmo de serem afetados pelas dinâmicas de exclusão da hidrelétrica, já eram invisibilizados e negligenciados pela política de produção espacial urbana, sobretudo por habitarem áreas dos igarapés Ambé e Altamira, influenciados diretamente pela sazonalidade amazônica.

CAPÍTULO II: ANÁLISE HISTÓRICA DA HIDRELÉTRICA BELO MONTE E SUAS IMPLICAÇÕES NO ESPAÇO URBANO JUVENIL



Fonte: Lucas Lima (2023).

3 INTRODUÇÃO AO CAPÍTULO

O propósito deste capítulo firma-se em estabelecer um diálogo em torno da concepção da UHE Belo Monte enquanto objeto técnico que desencadeou transformações no espaço urbano das juventudes. Para atingir tal objetivo, apresenta-se uma breve contextualização histórica da hidrelétrica, explorando suas origens e os impactos provocados após sua implementação.

Faz-se necessário considerar que sua materialização resultou na realocação das juventudes que anteriormente residiam nas áreas das palafitas, gerando não apenas alterações na paisagem da cidade, mas também modificando as relações destes jovens com o ambiente urbano. Essa implementação acarretou a segregação que já existia, agravando-a e dando origem a uma nova paisagem urbana – representada pelos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) –, revelando não apenas mudanças estruturais na cidade, mas também alterações nas dinâmicas sociais e na experiência vivida pelos jovens.

3.1 AS ORIGENS E A MATERIALIZAÇÃO DA HIDRELÉTRICA NO ESPAÇO

O caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, exemplifica de maneira eloquente a produção do espaço na ótica de Santos (2004). Para o renomado geógrafo brasileiro, este não consiste apenas nas delimitações físicas, mas é moldado e transformado por relações sociais, econômicas e técnicas.

Neste caso, a UHE Belo Monte representa um objeto técnico que reflete a convergência entre ciência, tecnologia e informações, respondendo às demandas do mercado global. Essa convergência não é neutra, visto que implica em escolhas e decisões que afetaram diretamente o território em que se inseriu – Região de Integração do Xingu (RIX).

Essa interação entre ciência, técnica e informação, unida à hidrelétrica, alimentou os estudos sobre a globalização (Santos, 2000) do território sob a ideia de que se vive em uma era de alta conectividade e instantaneidade, em que a informação flui rapidamente, permitindo que ações sejam organizadas de forma mais eficaz e lucrativa, conforme corrobora a interpretação do autor (Santos, 1996 p. 149).

O mundo de hoje é o cenário do chamado “tempo-real”, em que a informação se pode transmitir instantaneamente, permitindo que, não apenas no lugar escolhido, mas também na hora adequada, as ações indicadas se deem, atribuindo maior eficácia, maior produtividade, maior rentabilidade,

aos propósitos daqueles que as controlam. A ideia, bastante difundida, de ação *just in time*, deve ser completada com uma outra noção, a de ação *just in place* para dar conta dessa precisão das ações da qual depende a sua eficácia no mundo de hoje.

No entanto, ao analisarmos tal interação, quando atrelada à hidrelétrica, os dados sociais, culturais, econômicos e políticos das juventudes demonstram uma disparidade, com processos altamente segregacionistas e negligenciados, em que a alta taxa de desemprego, subsequente à dependência dos benefícios governamentais, dentre eles o Bolsa Família, compõe o cenário de inúmeras famílias reassentadas.

Nessa prerrogativa, a hidrelétrica, como objeto técnico, é consequência da globalização, sustentada pela máquina ideológica capitalista, ainda mais por seus impactos socioambientais inerentes. Este, de tamanha envergadura, trouxe consigo a promessa de desenvolvimento econômico para a região e para o país, mas também gerou polêmicas e desafios incalculáveis – discutidos desde a década de 1970.

A UHE Belo Monte começou a ser idealizada quando ainda era denominada de “Kararaô”, onde iniciou-se os estudos de inventários para sua construção; porém, ela efetivamente aconteceu em 2011, quando recebeu a Licença de Instalação – LI.

O Projeto Kararaô, parte do Complexo de Altamira, foi priorizado por seus méritos técnicos, econômicos e ambientais. No entanto, estudos do Projeto Babaquara, também no Complexo de Altamira, foram interrompidos devido às preocupações ambientais que este gerava. Para tanto, em 1988, os primeiros Estudos de Impacto Ambiental foram consolidados, seguindo diretrizes científicas da Secretaria de Saúde do Estado do Pará (Saracura, 2015, p. 3).

Ainda com base em Saracura (2015), a área da Volta Grande do Rio Xingu, onde a hidrelétrica foi construída, com sua queda de aproximadamente 94 metros e abundante vazão média anual de 8.600 m³/s, surgiu como um local promissor para a geração de energia. Inicialmente, vários complexos foram avaliados, com destaque para o Complexo de Altamira, detentor de cerca de 70% do potencial de produção de energia e escolhido para estudos de viabilidade.

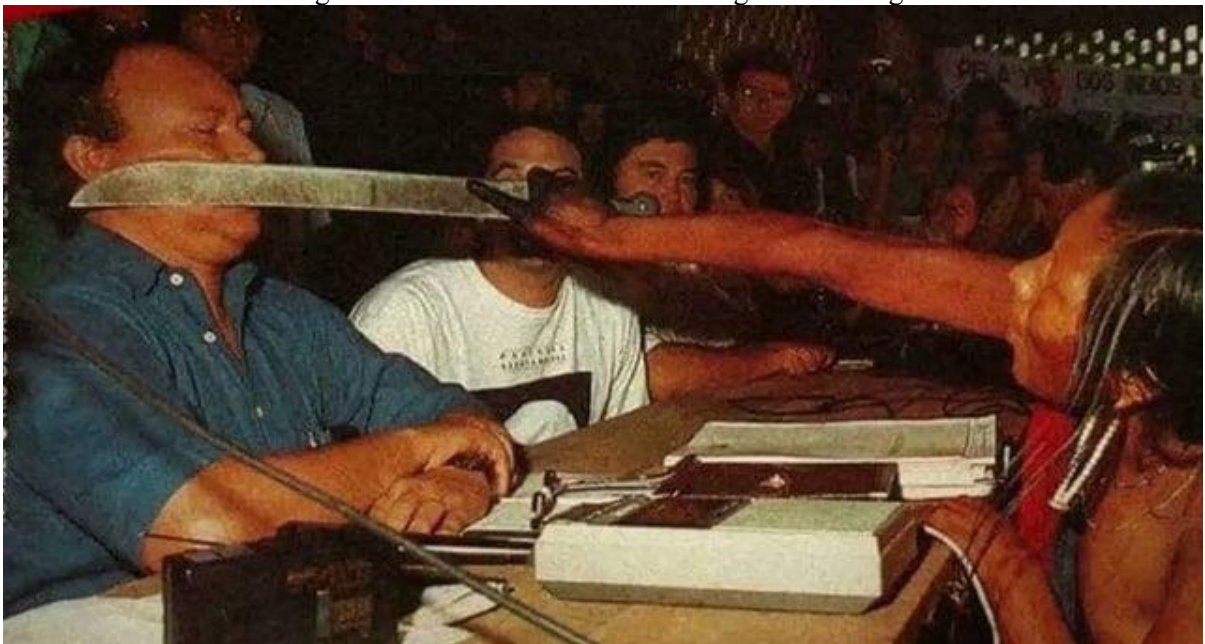
Contudo, a história da hidrelétrica começa a ser traçada em 1975, quando foram realizados os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, conduzidos pela Eletronorte, uma subsidiária da Eletrobrás. Esses estudos marcaram o início do ímpeto de aproveitar o potencial energético do Rio Xingu para a produção de eletricidade.

Com base em Suçuarana (c2024), a partir dos anos 1980, o Governo Federal intensificou seus investimentos em energia hidrelétrica, especialmente na Amazônia, como

parte do Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010, que previa a construção de inúmeras usinas na região, incluindo a Belo Monte. No entanto, essa proposta de construção gerou inquietações e resistências na região.

Em 1989, ocorreu o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, que reuniu lideranças indígenas e organizações da sociedade civil. Esse encontro ganhou notoriedade nacional e internacional, contando com a presença da mídia e de movimentos ambientalistas, e ficou marcado pelo emblemático gesto da índia Kayapó Tuíra, que confrontou o diretor da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, em protesto à UHE Kararaô – a então UHE Belo Monte (Fearnside, 2018), conforme ilustra a Figura 9.

Figura 9 - 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu.



Fonte: Protásio Nene/AE (21/02/1989).

Esse episódio contribuiu para que o “governo deixasse de usar nomes indígenas para denominar empreendimentos hidrelétricos por considerá-los agressões culturais aos índios. A hidrelétrica, então, passou a ser chamada de Belo Monte” (Freire *et al.*, 2018, p. 10). Durante esse evento, o gesto emblemático da Índia Kayapó Tuíra não apenas marcou uma mobilização, mas também destacou a resistência fervente das comunidades indígenas na defesa de seus territórios e modos de vida. Este ato simbólico não é uma expressão isolada, mas sim um reflexo de como o conflito em torno da construção da hidrelétrica transcende questões específicas.

Essa resistência vai além das fronteiras de confronto direto sobre o empreendimento hidrelétrico. Ela se torna uma representação poderosa da luta contra práticas que ameaçam não apenas territórios, mas também formas de vida enraizadas em culturas ancestrais. O gesto de Tuíra, portanto, transcende o evento específico e se converte em um ícone de defesa mais amplo das comunidades indígenas contra os impactos relevantes ao desenvolvimento requerido.

Além disso, é importante considerar que essa resistência também influencia os jovens indígenas, tanto das aldeias quanto das áreas urbanas. As consequências que afetam seus modos de vida e a presença deles nos espaços é uma incógnita, lançando um questionamento intrigante que merece atenção em trabalhos futuros. Como os jovens indígenas são afetados por essas grandes obras e qual é o papel delas na resistência cultural e social?

Os levantamentos de campo para a construção da hidrelétrica iniciaram-se em 1985, e abrangeram amplos aspectos ambientais, incluindo geologia, hidrologia, fauna, flora, limnologia e qualidade da água. Os estudos de fauna e flora foram realizados por instituições de pesquisa, como o Museu Paraense Emílio Goeldi e a *Smithsonian Institution*.

Com base em Freire (2014), os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) revelaram que a construção da hidrelétrica teria impactos significativos no meio ambiente. Entre os principais previstos, destacam-se:

- Alterações no regime hidrológico do Rio Xingu, com redução do fluxo de água e aumento da vazão de cheias;
- Afogamento de áreas florestais e de *habitats* de espécies silvestres;
- Alterações na qualidade da água do Rio Xingu;
- Aumento do risco de inundações e deslizamentos de terra.

Para mitigar esses impactos, foram adotadas uma série de medidas, incluindo:

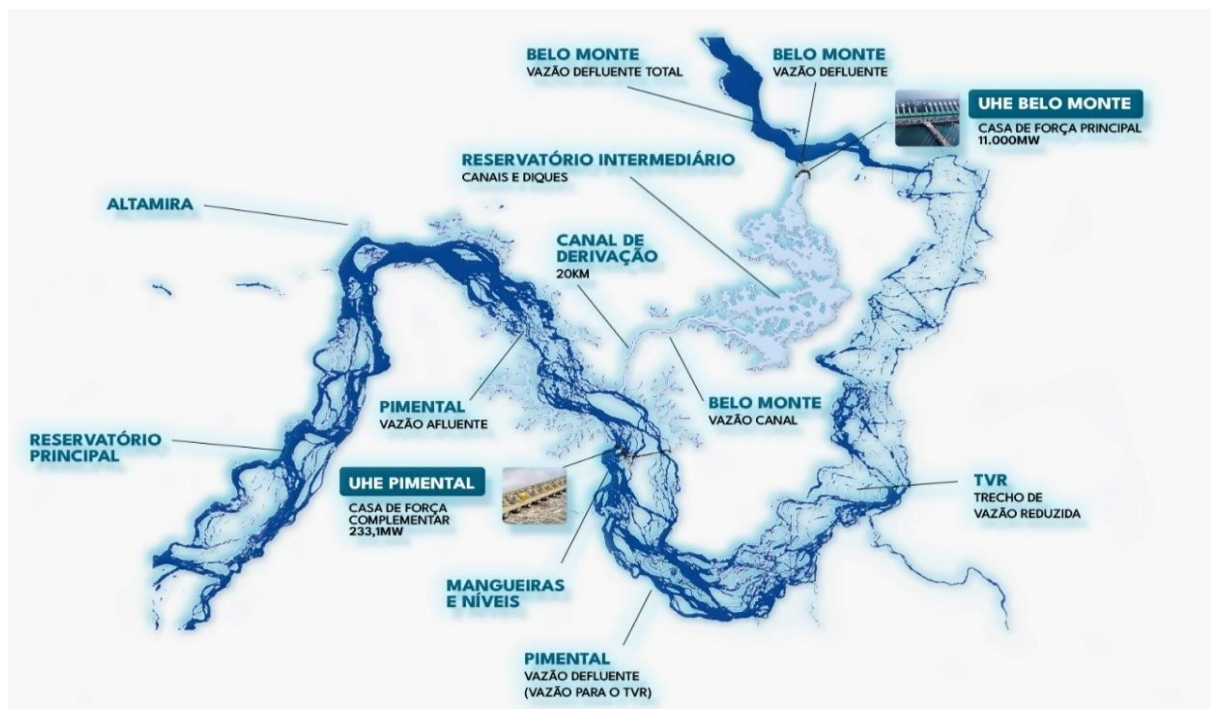
- Desvio da barragem 70 km a montante para reduzir a inundação de áreas florestais;
- Criação de canais de adução para reduzir a alteração do regime hidrológico do Rio Xingu;
- Redução do tamanho do reservatório para minimizar os impactos na qualidade da água;
- Implantação de programas de compensação ambiental para a recuperação de áreas degradadas.

As medidas de mitigação adotadas para a construção da hidrelétrica de Belo Monte reduziram significativamente os impactos ambientais do empreendimento. No entanto, ainda é importante monitorar os impactos de longo prazo, ao passo que:

Os estudos de impacto ambiental (EIA) revelaram que a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte teria impactos significativos no meio ambiente, incluindo alterações no regime hidrológico do rio Xingu, afogamento de áreas florestais e habitats de espécies silvestres, alterações na qualidade da água do rio Xingu e aumento do risco de inundações e deslizamentos de terra. (Freire, 2014, p. 11).

A citação de Freire (2014) enfatiza a importância do monitoramento dos impactos ambientais da hidrelétrica de Belo Monte a longo prazo. Mesmo com a adoção de medidas de mitigação em com o arranjo de Kararaô, de 1989, para o de Belo Monte, na Volta Grande do Xingu, conforme ilustra a Figura 10, tais implicações da usina podem persistir ou se manifestar com o tempo, retificando a sua importância com o intuito de identificar e mitigar quaisquer efeitos negativos que possam surgir.

Figura 10 - A configuração espacial da UHE Belo Monte na Volta Grande do Xingu



Fonte: Norte Energia (c2024).

Ademais, a construção da UHE Belo Monte, além dos desafios regulatórios, envolveu atrasos, embargos e conflitos socioambientais, evidenciando as complexidades e derivadas dos projetos desse porte. Em 2005, o Congresso Nacional aprovou o Decreto Legislativo nº 788/2005, autorizando a sua implantação. No entanto, essa decisão inicial foi seguida por

uma série de eventos que marcaram os anos subsequentes.

Nos anos que se seguiram após a aprovação, ocorreram eventos de suspensões e concessões de liminares, diminuindo a controvérsia e a oposição que rodeavam o projeto. Essas ações refletem a complexidade e o esforço envolvido na implementação de projetos de grande porte.

Em 2008, o Encontro Xingu Vivo para Sempre proporcionou um espaço de debate crucial, reunindo representantes da população local e nacional para discutir os impactos das hidrelétricas na Bacia do Rio Xingu. Este encontro apenas não destacou a oposição entre índios e representantes da hidrelétrica, mas também foi fundamental para a elaboração da Carta Xingu Vivo para Sempre. Essa carta não apenas expressou as preocupações da comunidade local, como também apresentou um projeto de desenvolvimento para a região, exigindo sua implementação por parte das autoridades públicas.

Em 2009, o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impactos Ambientais de Belo Monte foram concluídos, sinalizando um marco no processo de avaliação do projeto. No entanto, a concessão das licenças pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) não ocorreu imediatamente, sendo concedida nas etapas subsequentes, culminando com a licença de operação em 2015.

Após várias etapas de planejamento e controvérsias, foi concedida a Licença de Operação, em novembro de 2015, nº 1317/2015, permitindo sua entrada como operação comercial em abril de 2016. Esse período de transição de desenvolvimento para operação foi caracterizado por uma série de testes e etapas críticas – como a conclusão do enchimento dos reservatórios, testes de giro mecânico das unidades geradoras e a integração ao Sistema Interligado Nacional (SIN) – à medida que novas unidades geradoras entravam em operação comercial.

Assim, Belo Monte se tornou oficialmente a maior hidrelétrica, 100% brasileira, em junho de 2019, dando início à Operação Comercial da Unidade Geradora 18, da Casa de Força Principal. Esta alcançou um total de 11.233,1 MW de potência instalada – sendo 11.000 MW da Casa de Força Principal e 233,1 MW da Casa de Força Complementar, em Pimental (Norte Energia, c2024). Totalmente concluída e pronta para a operação, Belo Monte foi oficialmente inaugurada em 27 de novembro de 2019. Por fim, o terceiro aditivo do contrato de concessão foi em fevereiro de 2022, que estendeu o prazo de operação da UHE Belo Monte, sublinhando a importância estratégica contínua dessa hidrelétrica para o suprimento de energia no Brasil (Norte Energia, c2024).

Essa trajetória ilustra como um objeto de grande envergadura é moldado a partir da

interação do meio técnico, impulsionado pelo técnico-científico-informacional e influenciado por questões sociais, ambientais e políticas ao longo de décadas. No entanto, mesmo com esses avanços, os impactos sociais e ambientais permanecem imensuráveis e, em muitos casos, negligenciados.

Conseqüentemente, grande parte dos diretamente afetados foram deslocadas compulsoriamente para os RUC, o que resultou em desafios de adaptação, de acesso a serviços básicos, além de emprego e qualidade de vida (Conceição; Herrera, 2019). Além disso, com a restrição social nas comunidades e de seus modos de vida, a cidade se enveredou por uma fase de desordem, em que o espaço é cada vez mais mercadoria, na produção, consumo e circulação de bens e serviços para atender às demandas da hidrelétrica, o que corrobora Santos (1997. p. 191) com a seguinte interpretação: “Os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara da globalização”.

Em tal contexto, as mudanças ocasionadas no território advêm da lógica global, incorporando uma unicidade ao território local. Assim, a partir dos avanços tecnológicos e científicos, alinhados a essa dinâmica, tornou-se possível na região o incremento de várias ações, dentre elas o acesso à internet, majoritariamente possibilitada devido aos recursos aplicados aos projetos, financiados pelo Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – PDRSX, criado via Decreto Presidencial nº 7340, de 2010, e que está atrelado à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) – do então Ministério da Integração (MI), atual Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). O seu objetivo central é contribuir para minimizar as desigualdades regionais por meio da implementação de ações voltadas para o desenvolvimento regional.

Para tanto, o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e o acesso à informação, foram fundamentais para a inserção e exploração da região, permitindo a criação de um inventário das possibilidades e a utilização do espaço para atividades produtivas tanto no meio rural quanto no urbano, possibilitando conhecer detalhadamente e mapear o espaço geográfico de forma mais precisa. Isso inclui o uso de sistemas de informações geográficas (SIG), sensoriamento remoto, georreferenciamento e outras ferramentas que possibilitam uma melhor compreensão e análise do ambiente a partir da inserção do objeto técnico.

Nesse sentido, a construção da Usina de Belo Monte, os reassentamentos e a expansão urbana de Altamira são um marcador histórico e significativo na formação desse espaço. Alinhando-se a isso, abrange-se a abordagem de Santos (1998) sobre as mudanças nas

dinâmicas espaciais ocorridas ao longo do tempo, especialmente como a urbanização brasileira caminha na era do meio técnico-científico-informacional, visto que tem acontecido de forma semelhante em relação ao município de Altamira – embora esse fator globalizante não esteja chegando a todos de forma uniforme, o que é de se esperar, já que a matriz de reprodução capitalista através da evolução da técnica se faz através das desigualdades sociais em sua própria racionalidade, como pode ser interpretado a partir da afirmação

A tecnologia constitui não apenas uma esfera da realidade, mas uma ordem da realidade, possuidora de sua própria racionalidade (...). As inovações técnicas se encontram com a história portando suas próprias regras, às quais as demais escolhas devem curvar-se (Santos, 1997b, p. 238).

Com base na interpretação feita por Santos (1997), o meio técnico-científico-informacional condiciona uma fase distintiva no desenvolvimento humano, em que a produção e transformação do espaço são cada vez mais influenciadas por avanços nessas áreas. Isso implica dizer que tais variações não ocorrem apenas devido a fatores naturais ou econômicos, mas também são moldadas por conhecimento técnico, inovação e fluxos de informações – que dão a sensação de instantaneidade ao espaço pela unicidade da técnica, conforme destaca a interpretação do autor (1997a, p. 29). “Esta instantaneidade e universalidade na propagação de certas modernizações desmantela a organização do espaço anterior. Constitui, sobretudo, um fator de dispersão que se opõe de uma forma muito clara aos fatores de concentração conhecidos nos períodos anteriores.”

No entanto, entende-se que esse processo por vezes ignorou os impactos sociais e ambientais, causando desmatamento, alterações nos cursos de rios e afetando a biodiversidade da região. Além disso, comunidades urbanas, rurais, indígenas e ribeirinhas foram deslocadas de suas terras tradicionais, muitas vezes, sem consulta adequada ou compensação justa, no qual “O lugar é mudado pela presença do externo a partir de perspectivas que descaracterizam a presença do sujeito local” (Herrera; Santana, 2016, p. 7).

Nesse sentido, esse momento representa um processo de transição na produção e reprodução do espaço socioespacial, que se caracteriza pela mecanização do território e é impulsionada pela máquina e pela industrialização, trazendo consigo profundas alterações sociais e técnicas. Logo, ciência e técnica estão profundamente ligadas na composição do território por um meio dinamizado entre elas, mesmo que de forma desigual no espaço.

Entende-se neste caso que Altamira está vivenciando os resultados da lógica global hegemônica, em que produção e reprodução do ambiente estão sendo redefinidas por forças

exógenas – com violações aos direitos humanos e profunda manipulação da natureza combinada com avanços na ciência, tecnologia e engenharia. Isso está ligado à crescente tecnização na construção socioeconômica do espaço, em que a região amazônica, por conter um enorme potencial em recursos naturais, vislumbra ações capitalistas, pois:

Historicamente, na Amazônia, são implementados grandes projetos a fim de responder às demandas do capital nacional, isso se faz considerando a região um vasto vazio demográfico e sucumbindo às relações socioespaciais existentes. Nesse sentido, verificou-se que o empreendimento de Belo Monte tem transformado o modo de vida das famílias ribeirinhas do Xingu, promovendo o que se define como desterritorialização. Nestas reflexões, é importante frisar o declínio de ideais básicos que emolduram um sistema democrático, como respeito ao próximo e à história de vida das populações que defendem o lugar como parte de sua vida. Não obstante, buscou-se demonstrar que, na maior parte das vezes, a realidade em transformação desvaloriza as territorialidades do lugar. (Herrera; Santana, 2016, p. 16).

A hidrelétrica é uma manifestação concreta da capacidade tecnológica e científica de canalizar recursos naturais para a produção de energia. À medida que a sociedade evolui, o papel da tecnologia e da engenharia na moldagem do espaço torna-se cada vez mais proeminente. Logo, a aplicação desses conhecimentos torna-se necessário para manipular a natureza e criar infraestruturas complexas, como redes de transporte, comunicação e energia, o que resulta em transformações profundas na paisagem e nas relações sociais.

Nessa perspectiva, entende-se que “o meio condiciona as reações humanas, mas não as determina” (Santos, 2004, p.13), portanto, há a possibilidade de a hidrelétrica não ter sido implantada na década de 70 devido à falta de condições e saberes necessários para superar os desafios envolvidos, além da conjuntura histórico-política da época. No entanto, à medida que o contexto evoluiu, incluindo avanços na engenharia, na infraestrutura de transporte, no consumo de energia e nas comunicações, as condições também se tornaram mais propícias.

Antes da efetiva construção de uma hidrelétrica, o espaço onde ela será instalada geralmente passa por um inventário de atividades produtivas e possibilidades de rentabilidade capitalista, como foi começado em 1975. Isso envolve a identificação de áreas com potencial energético, a avaliação de impactos ambientais, a negociação com proprietários de terras e comunidades afetadas, a busca por financiamento e a elaboração de estudos técnicos e econômicos. Tais inventário devem contemplar a análise e a identificação de necessidades, desejos e anseios da população local sob a ótica das territorialidades existentes.

Outrossim, inventário e planejamento cuidadosos são essenciais para minimizar esses impactos e garantir que a utilização do local para a produção de energia seja feita de forma responsável e sustentável. Da mesma forma, faz-se necessário que os grupos vulneráveis –

mulheres, crianças, idosos e jovens – sejam visibilizados, e não generalizados nos impactos. Ademais apesar de serem ambientes considerados como importantes fontes de energia renovável e sustentável, é contraditório reproduzi-la quando os impactos ambientais e sociais são imensuráveis.

Além disso, Santos (2004) lembra-nos da importância de considerar a dimensão do conhecimento técnico e científico na transformação do espaço e suas implicações na organização social e econômica, de tal modo que, os objetos técnicos no ambiente, mesmo após a construção da UHE Belo Monte, continuam a interagir e produzir efeitos no espaço geográfico; assim, a análise deve ser contínua e sensível à dinâmica em evolução desses objetos para compreender plenamente suas implicações na totalidade social e espacial.

Nesse sentido, a concentração da mais-valia é um dos principais elementos explorados pela hidrelétrica. A busca pelo lucro e a exploração dos recursos naturais, realizados pela UHE, resultou na concentração da riqueza em pequenos grupos, enquanto as comunidades locais, que são diretamente afetadas pela construção da usina, não receberam as compensações adequadas e famílias têm enfrentando perdas significativas em suas terras e no seu modo de vida. Dentre esses casos, destaca-se a invisibilidade das juventudes no processo de mitigação e compensação às afetações – que nem aparecem nos estudos de viabilidade e impacto social, a não ser de modo generalizado, em que políticas de compensações básicas, como saúde, educação, saneamento e lazer, perpassam como meio de compensação de impacto, sobremaneira na realidade dos RUC.

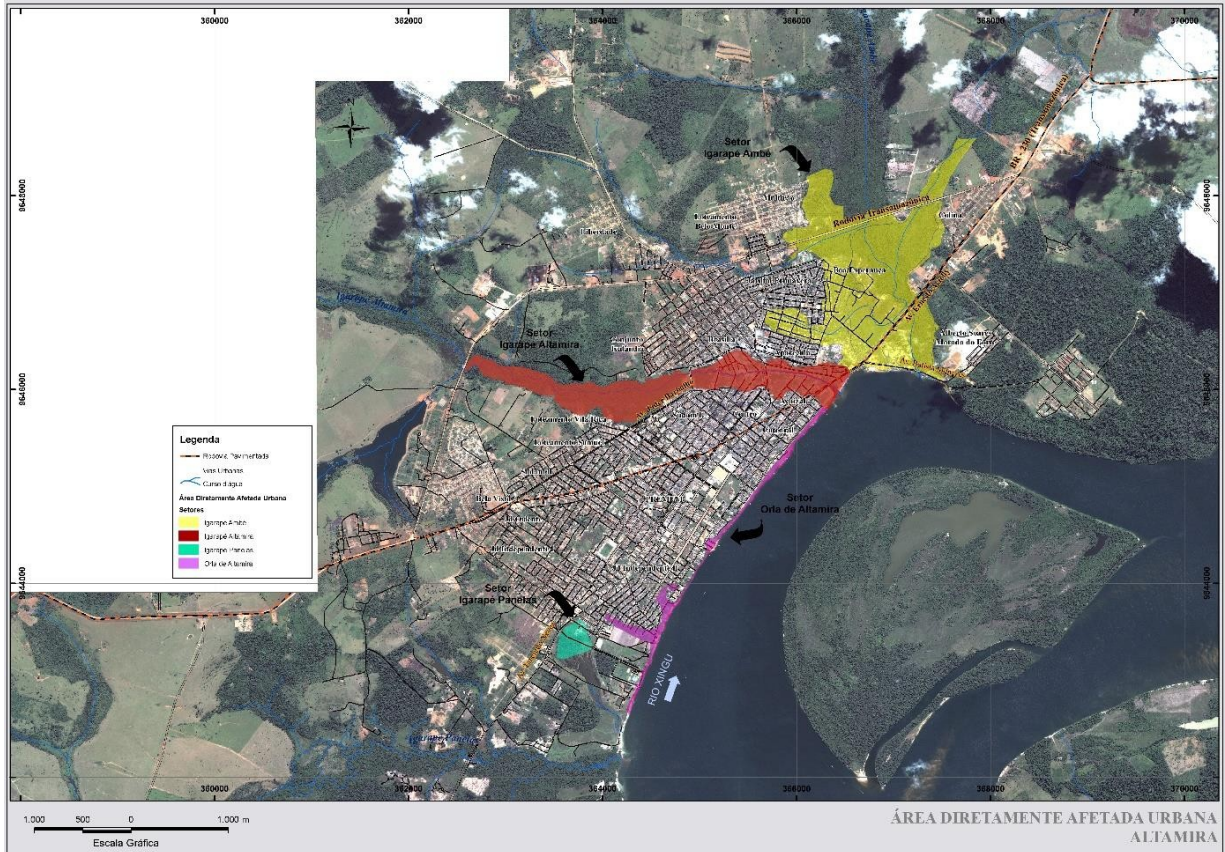
Portanto, o intuito com o debate sobre a hidrelétrica não é discuti-la apenas como dimensão técnica e econômica, mas também suas implicações sociais, ambientais e políticas no espaço geográfico em questão, ao passo que ela é um exemplo concreto do sistema capitalista em uma inserção rápida e perversa, que gerou dinâmicas complexas no espaço geográfico, envolvendo a apropriação dos recursos naturais, a geração de lucro (mais-valia) e impulsionou a segregação de juventudes – sobretudo aquelas das quais o sistema já havia negligenciado antes mesmo de a hidrelétrica ser instalada no território.

3.2 AS ESPACIALIDADES PRETÉRITAS DAS JUVENTUDES E A REESTRUTURAÇÃO PARA OS RUC

Como enunciado nos capítulos anteriores, a hidrelétrica Belo Monte – objeto técnico – ocasionou e impulsionou novas lógicas de produção espacial em Altamira, dentre elas a criação dos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) com o objetivo de reassentar as

famílias que residiam nas Áreas de Afetação Direta (ADA) – entorno do núcleo urbano central (Miranda Neto, 2016, p. 17), conforme ilustra a Figura 11.

Figura 11 - Mapa das áreas de afetação direta na malha urbana de Altamira



Fonte: IBAMA – EIA UHE Belo Monte – Diagnóstico da ADA (Socioeconômico e Cultural) (2009).

Nesse cenário complexo de transformações sociais e culturais, as espacialidades pretéritas das juventudes também foram alteradas, com implicações nas suas identidades territoriais e no viver a cidade. Essa convergência entre as experiências passadas e os desafios contemporâneos delinea um panorama no qual esse grupo busca se posicionar e redefinir sua identidade em resposta às mudanças sociais e urbanas de Altamira.

Para tal, as espacialidades pretéritas das juventudes articulam-se na interpretação do espaço concebido, percebido e vivido (Lefebvre, 1991), e que estão em constante interação. Em outras palavras, o espaço concebido influencia o espaço percebido e vivido e vice-versa, pois este é uma produção social, e não mera extensão da natureza; é resultado das ações humanas, e é constantemente transformado por elas.

Deste modo, segundo Raffestin (1993, p. 143), as juventudes reassentadas são, inicialmente, sujeitos sociais de um território – na perspectiva de que o espaço o antecede, sendo ele “a condição prévia de existência do território”. Tal ponto de vista também é

defendido por Santos (1978, p. 24), que afirma que o espaço é "o palco onde se realizam as atividades humanas que são criadas a partir da herança cultural do povo que o ocupa".

Para tal, as espacialidades pretéritas não são apenas um ponto no mapa ou uma paisagem estática marcada pela segregação socioespacial, mas sim o espaço produzido e organizado pelas interações sociais e históricas, que dá vida ao território desfeito pela hidrelétrica. O espaço pretérito das juventudes, portanto, deu condições prévias – por meio de ações humanas, materiais ou simbólicas – à existência do território nas palafitas em Altamira.

De acordo com Lefebvre (1974, p. 21), “o espaço vivido é o espaço apropriado pelos usuários, o espaço que eles inventam e recriam a partir de seus próprios modos de vida. É o espaço da experiência, do cotidiano, do corpo e das emoções”. Tais dimensões estão ilustradas na Figura 12 abaixo e consta nos dados empíricos.

Figura 12 - O espaço vivido pelas juventudes antes dos RUC



Fonte: Floriani (2012), disponível em: Google Earth (2021).

A Figura 12 ilustra a representação da configuração espacial das áreas periféricas localizadas às margens dos igarapés urbanos de Altamira. Na ilustração, é possível visualizar uma área ocupada por famílias de baixa renda, cujas habitações eram construídas em palafitas – moradias típicas para enfrentar as variações das sazonalidades amazônicas.

Essa figura representa o contexto histórico das espacialidades urbanas das juventudes locais. Apesar das políticas públicas limitadas e da aparente ausência do Estado, os jovens construíram relações de socialização e subjetivação com o seu bairro, com a cidade e o rio. Um exemplo disso é o campo de futebol improvisado ao centro da fotografia – em tese, criado pela própria comunidade para os momentos de sociabilidade de crianças, jovens e da

comunidade como um todo.

No entanto, a introdução do elemento técnico provocou uma rápida reconfiguração dessas paisagens urbanas, alterando o ritmo de vida das famílias que ali residiam. Isso resultou na expulsão dos residentes de suas casas, transformando o espaço para servir aos interesses do capital e de sua própria reprodução (Harvey, 1982). Este fator é exemplificado a partir das demolições das habitações pretéritas das juventudes reassentadas durante o processo de deslocamento compulsório e a destruição da paisagem, registradas na Figura 13.

Figura 13 - Habitações nas ADAS, destruídas em detrimento da UHE Belo Monte



Fonte: acervo de campo da autora, 2015.

A Figura 13 representa uma ação acelerada da reconfiguração socioespacial da cidade por uma dualidade. Conforme apontado por Miranda Neto (2014, p. 3), essa “intervenção urbana deslocou pelo menos 22 mil pessoas e mobilizou grandes projetos de engenharia com a construção de 6.000 unidades habitacionais e a reurbanização de mais de 500 hectares”.

Na perspectiva deste autor, esse processo é uma ambiguidade. Por um lado, promove sentimentos de negatividade, indicando que o deslocamento em larga escala pode resultar em impactos adversos para as comunidades afetadas, visto que implica não apenas em uma mudança física, mas tem consequências sociais e emocionais que geram desafios adicionais.

Por outro lado, existe uma esperança embutida na perspectiva de que intervenções urbanas dessa natureza podem servir como uma "tábua de salvação" para os problemas de urbanização existentes na Amazônia. Esse sentimento indica a crença de que, por meio dessas ações, é possível abordar questões críticas relacionadas ao desenvolvimento urbano e às condições de vida.

No cenário em questão, a expansão urbana – catalisada por projetos de caráter

hegemônico, exemplificado, aqui, pelo caso da hidrelétrica – frequentemente desencadeia processos de segregação espacial, dando origem a uma dinâmica em que as áreas urbanas mais favorecidas são reservadas exclusivamente para aqueles que dispõem de recursos econômicos substanciais, ao passo que os estratos sociais menos abastados são alojados nas periferias e zonas menos valorizadas da cidade.

Já a expansão urbana de Altamira, na dinâmica socioespacial de causa e efeito da UHE Belo Monte, destaca-se pela interação complexa entre o objeto técnico e a paisagem urbana e a criação de residências urbanas coletivas (RUC) – exemplo concreto dessa mudança socioespacial. Esses locais representam uma resposta às necessidades habitacionais das populações afetadas pela hidrelétrica e pela expansão urbana. No entanto, os reassentamentos não resolvem os problemas estruturais de uma urbanização desigual, pois, além de serem condicionados à própria sobrevivência do capital, estão sujeitos a influências socioeconômicas e espaciais que criam ou agravam essas desigualdades.

Tais circunstâncias destacam a complexidade e os diversos elementos que interagem e formam a totalidade, “onde o capital fixo modifica o meio ecológico através de sistemas de engenharia” (Santos, 2014, p. 18); ou seja, de forma total ou parcial modificam o meio, aproveitando-se das adversidades para a produção do momento. A este caso, a hidrelétrica, que por meio das engenharias modificou o meio ecológico, condicionou as relações e o cotidiano em função dos interesses do capital.

Vale frisar que o termo “meio ecológico” aqui relacionado não cabe à natureza em sua primeira instância, mas à natureza social – no caso deste estudo, modificada prioritariamente pelo aporte da hidrelétrica, sob a ótica do meio técnico. Dessa forma, a hidrelétrica não é um objeto que se encerra em si mesma, mas que reverbera mudanças no território quando desencadeia a empregabilidade e/ou desemprego, aumento demográfico, além de reestruturações econômicas, políticas e culturais aos interesses do mercado global, integrado à ciência, técnica e informação.

Nesse contexto, identifica-se persistentes características da segregação socioespacial em Altamira – agora em uma nova configuração no ambiente urbano. As antigas palafitas cedem espaço para outras formas espaciais, como os parques ambientais urbanos, porém, mesmo no novo cenário, os grupos anteriormente excluídos não são verdadeiramente integrados; ao contrário, são apenas deslocados de um espaço físico para outro em função do “desenvolvimento”, ou como corrobora Herrera e Santana (2016, p. 7):

Notadamente, tem-se em função das políticas desenvolvimentistas os amazônidas coagidos dentro de um processo que mexe com seus modos de

vida, alterando suas relações sociais historicamente estabelecidas. Na verdade, os grandes projetos na Amazônia marginalizam os já marginalizados, como é caso das famílias migrantes que devido aos problemas de seca ou o avanço da tecnologia em outras regiões do país buscaram no interior da Amazônia a possibilidade de reprodução social.

As novas habitações, dotadas de infraestruturas mais avançadas, incluindo rede de abastecimento e sistema de tratamento de água, rede de esgoto, energia elétrica e pavimentação asfáltica, representam uma aparente melhoria nas condições de vida da comunidade. No entanto, destaca-se que essa transição não se traduz em uma solução eficaz para a desigualdade social.

Em outras palavras, a mudança na paisagem urbana não aborda as raízes profundas da segregação socioespacial, mas sim a reconfigura em novos moldes. Os grupos afetados continuam a enfrentar obstáculos estruturais e desafios sociais apesar da melhoria na infraestrutura do bairro e das habitações padronizadas nos RUC, conforme ilustra a Figura 14. Dessa forma, é imperativo considerar que a simples posição física mitiga a desigualdade social subjacente, pois interpreta-se que não houve uma abordagem mais abrangente e inclusiva para lidar com as disparidades desde outrora existentes na cidade.

Figura 14 - Habitação padrão dos RUC em Altamira



Fonte: Lilo Clareto (2018).

Ademais, a análise das espacialidades urbanas das juventudes não pode ser reduzida a mera comparação entre a antiga habitação de palafita, representada na Figura 13, e a nova casa de concreto no espaço habitacional da Figura 14 acima. A empresa Norte Energia

propagandeou essa transformação por meio de *outdoors* na cidade, sugerindo, de forma ilustrativa, melhorias na qualidade de vida e bem-estar das juventudes e de seus familiares. Essa narrativa foi reforçada em relatórios produzidos, como evidenciado na Figura 15 – *print* do relatório consolidado de 2017.

Figura 15 - A imagem idealizada do setor privado e as condições socioambientais de moradia

Ações Socioambientais de Moradias.

Construídas 3.700 Casas na área Urbana de Altamira.

Realizadas 3.590 mudanças das palafitas para os 05 RUCs.

Padrão das casas:
Terraço
Sala
3 quartos (1suite)
WC social
Cozinha



Antes



Depois

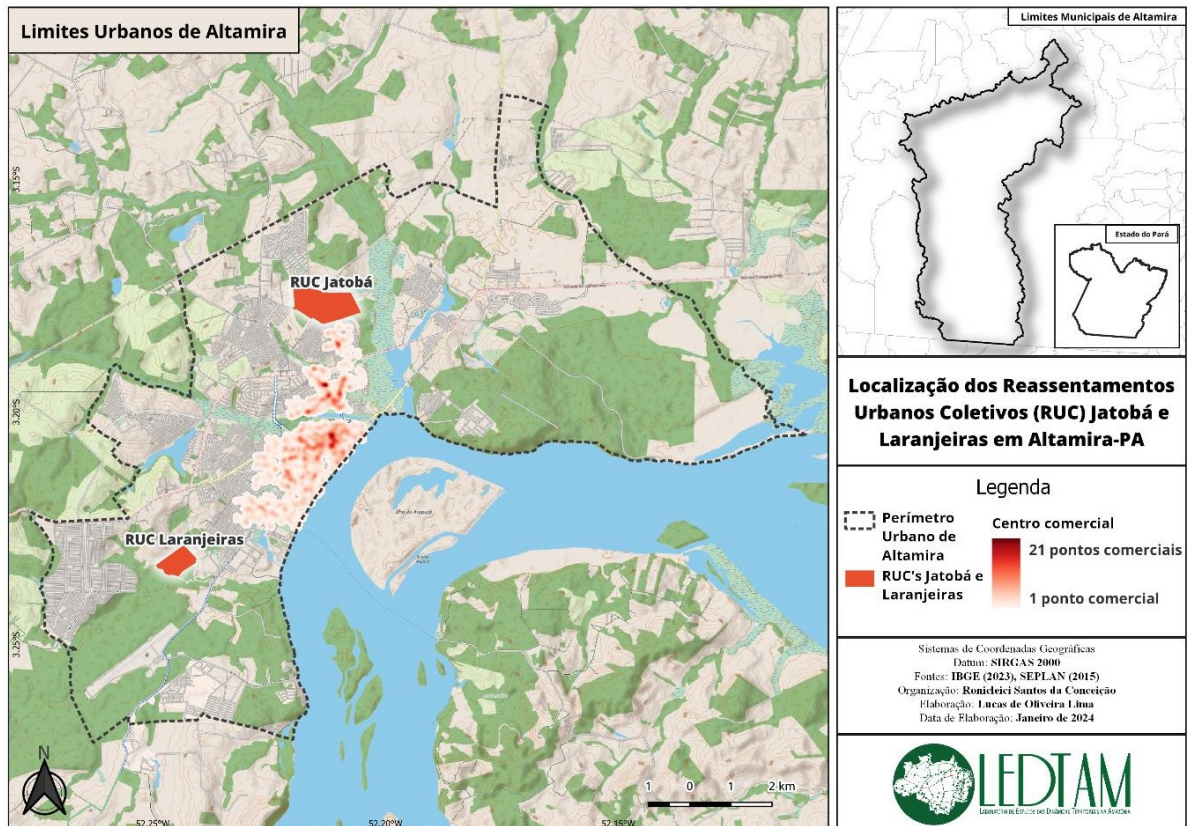


Fonte: Norte Energia (2017).

Porém, o debate em questão refere-se às rupturas sociais, políticas, econômicas e culturais das quais sofreram, e não apenas a mudança do espaço físico, que seria o mesmo que elucidar que os RUC foram criados apenas para habitação, e não para o viver e interagir com a cidade – o que indica a segregação socioespacial, ao passo que o direito à cidade (Lefebvre, 1968) é ainda mais violado, entendendo que: "O direito à cidade é o direito de fazer a cidade, o direito de usar a cidade, o direito de viver na cidade. O direito à cidade é, portanto, o direito de habitar a cidade, o direito de apropriar-se da cidade, o direito de reinventar a cidade." (Lefebvre, 1968, p.139).

Essa citação destaca a importância do direito à cidade como um direito fundamental a ser garantido a todos os cidadãos. Não é apenas o direito de morar na cidade, mas também de participar da vida urbana, de usufruir dos bens e serviços públicos e de contribuir para a sua construção – direito este violado quando não pensaram na localização dos RUC e na mobilidade urbana, visto que os RUC Jatobá e Laranjeiras estão nas bordas da cidade, conforme ilustra a Figura 16.

Figura 16 - RUC Jatobá e Laranjeiras na malha urbana de Altamira



Fonte: IBGE (2023) e SEPLAN (2015).

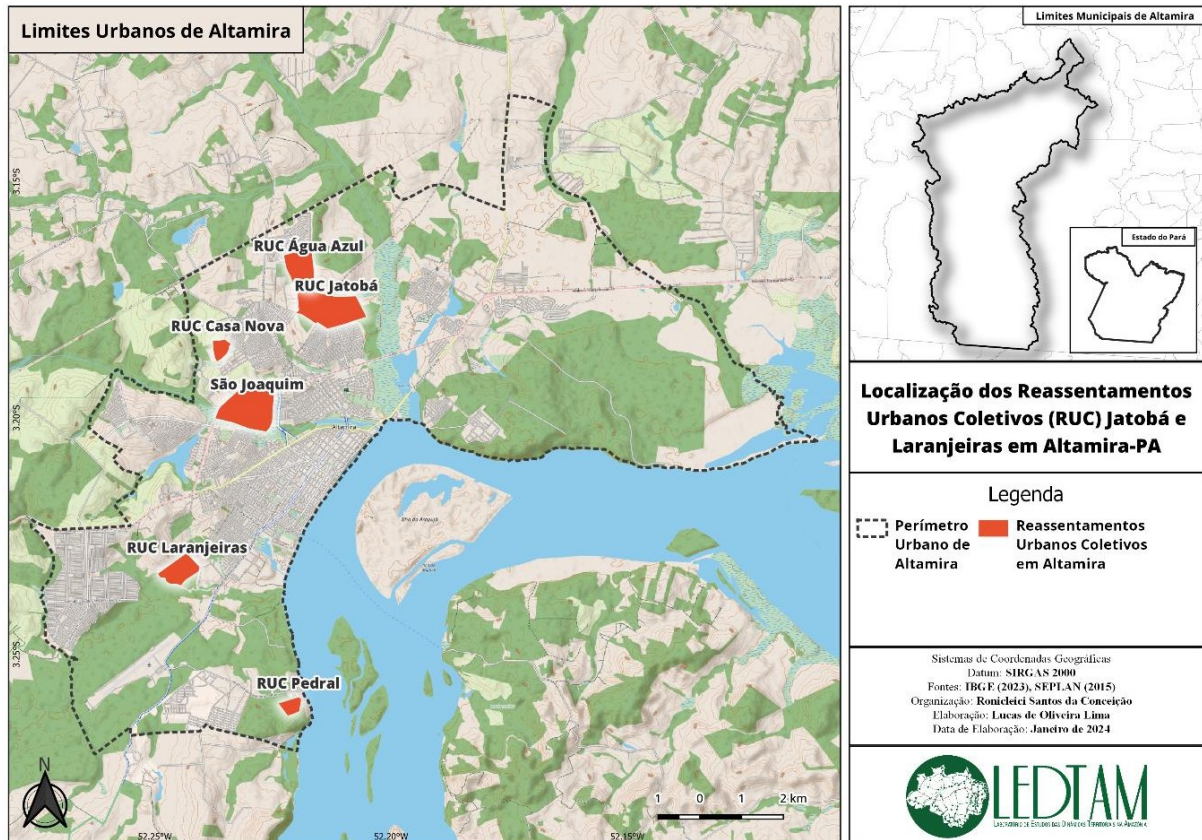
Ao todo, foram criados seis reassentamentos na área urbana, sendo eles Jatobá, Água Azul, São Joaquim, Casa Nova, Laranjeiras e Tavaquara (mapa a seguir); estes abrigam cerca de 3,5 mil famílias, de acordo com informações do *site* Norte Energia (c2024). Os reassentamentos, então, foram criados, em tese, para proporcionar condições adequadas de moradia, infraestrutura, serviços públicos e geração de renda para as famílias deslocadas das ADAS – áreas que ficam abaixo da cota aritmética de 100 metros a nível do mar, das quais:

[...]Com a construção da Usina Hidrelétrica, a previsão é de que leito do Rio Xingu seja ocupado pelo reservatório, portanto as pessoas que estão no limite da cota 100 deverão ser indenizadas ou reassentadas. No perímetro urbano, o conjunto dessas áreas é denominado ADA Urbana e compreendem três espaços distintos conforme a sua situação em relação ao rio: A orla de Altamira e as áreas urbanas situadas ao longo dos igarapés Altamira, Pannels e Ambé[...]. (Miranda Neto, 2014, p. 5).

O planejamento e a implementação de seis reassentamentos (vide Figura 17) em larga escala como estes, com 3,8 mil casas construídas (Norte Energia, c2024), envolvem desafios complexos relacionados a planejamento urbano, infraestrutura, serviços sociais, bem-estar das comunidades deslocadas e garantia de direitos. Assim, a qualidade de vida das famílias

reassentadas depende fortemente da eficácia do projeto e da implementação desses reassentamentos, bem como do acompanhamento contínuo para abordar quaisquer problemas que possam surgir após sua realocação.

Figura 17 - Mapa de localização dos seis RUC na cidade



Fonte: IBGE (2013-2017), SEPLAN (2016).

Com base nas informações dispostas nos relatórios da NESA (2012), Item 4.4.3, Projeto de Reassentamento Urbano, foram estabelecidas nuances de critérios na escolha dos RUC – no Anexo 4.4.3 - 1 - Definição Preliminar de Critérios de Atendimento e Elegibilidade –, organizados pela autora por itens de critérios, conforme se apresenta:

A. Item 23. Os terrenos terão 300 m², com casas de três diferentes modelos, para escolha do proprietário, de 2 a 4 quartos e não serão coladas. Isso, conforme o Item 3, que afirma que “o reassentamento depende da composição familiar, famílias maiores terão direito a casas maiores e famílias menores a casa menor” (Norte Energia, 2012, p. 21-22);

B. Item 24. Distância da nova moradia para o local onde moravam deverá ser de até 3 km do local de origem da família (Norte Energia, 2012, p. 22);

C. A localização reassentamento e acessibilidade de até 3 km do local de origem do reassentado e a acessibilidade através de um sistema viário funcional são critérios importantes para garantir que as famílias reassentadas permaneçam próximas às suas áreas de origem e

tenham acesso a serviços e oportunidades. No entanto, grande parte da população apresenta dificuldades em relação a transporte público, serviços básicos e distância ao centro de bens e serviços da cidade;

D. Item 27. Relação de amizade entre os vizinhos. Serão levadas em consideração as relações de amizade e apego entre vizinhos (Norte Energia, 2012, p. 22). Entretanto, esse mesmo item entra em contradição com o Item 76, sobre o lado sentimental das famílias, conforme ilustra a Figura 18, extraída da página 25 do referido documento.

Figura 18 - *Print* do quadro de Registro de Frequência referente das perguntas extraídas do Relatório Anexo III – Base de consulta – Relatórios de Reuniões registrados pela E-Labore

75	Quem tem uma área será obrigada a vender para a Norte Energia?	Vai depender se a área é adequada ou não, a intenção é que haja uma negociação e em ultimo caso ira para o DUP – decreto de utilidade publica.	1
76	Sobre o lado sentimental das pessoas?	Não se aplica. É incomensurável.O Projeto pretende minimizar muito os impactos;	1
77	Quanto ao tamanho dos lotes? Em algumas reuniões foi informado o tamanho de 360 m ² para lote, em outras reuniões o tamanho de 300 m ² ?	O tamanho dos lotes é de 300 metros.	1

Fonte: Norte Energia (2012).

Este item, apesar de parecer irrisório ao empreendedor, foi uma das principais causas a afetar as relações de sociabilidade das juventudes para e com os reassentamentos, pois os laços de amizade e parentescos não foram mantidos para todos os reassentados. Alguns deles conseguiram o cumprimento do Item 27, mas a maioria reclama sobre a negligência deste elemento por parte do empreendedor, conforme mostram os estudos de Conceição e Herrera (2019).

O novo bairro terá saneamento básico, água, luz, calçamento. Quem fará a manutenção depois que estivermos morando lá? Sim. A prefeitura é encarregada de efetuar as manutenções, já que o bairro será público, mas os moradores deverão zelar pelo patrimônio. (Norte Energia, 2012, p. 22).

A conexão com estruturas básicas, como saúde, educação e serviços públicos, é fundamental para o bem-estar das comunidades reassentadas. No entanto, a qualidade e a disponibilidade desses serviços a longo prazo também são cruciais. Todavia, o planejamento

foi falho, pois considerou apenas a disponibilidade imediata, além da prefeitura permanecer omissa mediante essas responsabilidades.

Contudo, o que se interpreta é que houve falhas nos critérios escolhidos, sobretudo por não considerarem as especificidades locais e as necessidades das comunidades, incluindo crianças e jovens. Cada comunidade é única, e as decisões de reassentamento devem ser sensíveis às condições locais, à cultura e às demandas dos afetados.

Essa interpretação corrobora com os estudos realizados por Soares (2022) em sua análise aos RUC, em que descreveu esse fenômeno como uma “segregação planejada”. Isso indica que, embora os reassentamentos fossem apresentados como soluções benéficas, eles contraditória e frequentemente intensificam a segregação entre populações, exacerbando as desigualdades e criando disparidades socioeconômicas, conforme o texto:

Neste sentido, o processo de deslocamento das famílias dos baixões para os RUC não só representam segregação nos aspectos físicos, mas também nos aspectos subjetivos, pois desconstruem os laços afetivos construídos pelos moradores em relação ao espaço e à vizinhança. (Soares, 2022, p. 90).

Portanto, a construção de reassentamentos em áreas urbanas como parte de iniciativas do programa de desenvolvimento, como o PAC, ilustra os desafios complexos que surgem quando interesses hegemônicos se encadeiam com as necessidades das comunidades afetadas, retirando-os de seus territórios para dar lugar à reprodução capitalista.

Para tanto, há uma série de controvérsias, em que o documento apresenta-se de um modo e a prática é dual, pois há elementos que são ineficientes e destoam do real planejado – sobremaneira quando a população é extensa e possui necessidades específicas a cada grupo familiar, como também no seio coletivo. De acordo com a Norte Energia (c2024), foram 3,5 mil famílias reassentadas e 3,8 mil residências construídas. Desses números, considera-se instalações educacionais adequadas, espaços recreativos por faixa etária e/ou a instalação de mais opções, além de acesso a oportunidades de emprego e desenvolvimento dos sujeitos.

No entanto, é lamentável constatar, a partir das relações cotidianas, que, mesmo diante desse quantitativo de sujeitos reassentados, ainda há defasagem na execução das casas e políticas públicas, resultando em impactos significativos nas comunidades afetadas. Logo, o não cumprimento ou a ineficiência dessas políticas geraram descontentamento por parte dos reassentados, sobremaneira porque foram forçados a se deslocarem e não obtiveram soluções cabíveis às espacialidades das juventudes afetadas. Isso ressalta a relevância vital da responsabilidade social e do cumprimento das condicionantes estabelecidas no Plano Básico Ambiental (PBA) no contexto de grandes objetos técnicos, como é a Belo Monte.

Em suma, a interação complexa entre as preocupações com as comunidades locais, as promessas da empresa e a realidade da implementação de objetos técnicos como a UHE Belo Monte, na Amazônia, mostram o quão necessário é o diálogo aberto e transparente com os sujeitos locais, bem como um acompanhamento rigoroso por parte das autoridades reguladoras e das partes interessadas para garantir que as compensações, em forma de reassentamentos, de fato atendam às necessidades das comunidades afetadas, como reivindica o Entrevistado A (jan. 2024):

A realocação foi um momento em que eu não entendi bem por falta de informações da empresa Norte Energia S/A. E ao chegar no reassentamento Jatobá foi um outro baque, passo a estar em uma localidade totalmente diferente, ainda não estava concluído, cheguei em um lugar que a única política pública que existia era a moradia, e que já apresentava más condições de estruturação em tão pouco tempo. Eu e assim como vários moradores não conseguimos entender o que é morar no RUC. (informação verbal).

Entende-se que a dinâmica socioespacial de Altamira influencia nas espacialidades das juventudes reassentadas devido à produção desigual do espaço. Dado a isso, as dimensões espacial, social e temporal manifestam-se no ambiente e influenciam a sociedade – marcando a estrutura urbana de Altamira, esta composta por diferentes elementos, como edifícios, ruas, praças, parques, redes de transporte e comunicação inspirados pelos processos sociais e econômicos que ocorrem na cidade, como o crescimento demográfico, a expansão das atividades econômicas e a mobilidade urbana.

Essas dimensões, direta ou indiretamente, foram afetadas pela dinâmica econômica advinda da hidrelétrica, implicando nas relações do espaço concebido, percebido e vivido das juventudes – deslocadas de seus territórios pretéritos a fim de ocuparem os espaços dos RUC, homogeneizados pela ação privada, em que “o pertencimento é expropriado mediante a ação do externo ao lugar, conseqüentemente, a afetividade entre as famílias é alterada” (Herrera; Santana, 2016, p. 6).

Nesse processo, a produção das espacialidades e a própria produção das juventudes fazem parte de um processo mais amplo na própria constituição do sujeito jovem, que, mediante o deslocamento, são obrigados a reinventarem suas redes sociais e culturais, tendo que descobrir novos interesses e atividades e estabelecerem novos vínculos com suas comunidades locais. A isso, Dayrell (2003, p. 42) interpreta:

[...] como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela

assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona.

No entanto, é importante lembrar que o processo de se reinventar no espaço, ou, como interpreta Haesbaert (2004), reterritorializar-se pós a desterritorialização, não é imediato e pode levar tempo para que os jovens se sintam confortáveis e integrados em suas novas comunidades – tempo aproximado de cinco anos, como têm indicado as espacialidades das juventudes. Além disso, é importante garantir que eles tenham acesso a recursos e serviços que os ajudem a se adaptar e prosperar no novo ambiente, o que, na prática, não ocorreu, visto que eles precisaram se reinventar diante de uma nova “máscara” da segregação socioespacial – os RUC.

Para tal, os impactos da construção UHE de Belo Monte na realidade amazônica gerou diversas mudanças no território e na sociedade local, incluindo a reestruturação das atividades econômicas e da reorganização das relações sociais e espaciais de Altamira. No que se refere às juventudes, é possível observar que as novas espacialidades urbanas estão sendo recriadas para diferentes formas de uso, apropriação e transformação desse espaço. Essas são moldadas por diversos fatores, tais como as relações sociais, econômicas, culturais e políticas, que se estabelecem no interior das cidades (Soja, 1993).

Assim, a forma como as juventudes usam, apropriam e transformam o ambiente que as rodeia é condicionada também pela estrutura de bens e serviços que a cidade, em sua configuração espacial, dispõe, incluindo a distribuição de serviços básicos – saúde, educação, segurança e lazer, bem como a oferta de empregos, que pode implicar diretamente na perpetuação da pobreza e da exclusão social.

Alinhado a essa perspectiva, Santos (2014) argumenta que a pobreza não é apenas um produto do modelo socioeconômico, mas também é influenciada pela estrutura espacial das cidades. Embora seu contexto de análise remonte ao desenvolvimento industrial e à crescente urbanização no Brasil, pode-se facilmente estabelecer paralelos com a realidade deste estudo, em que:

[...] a cidade em si, como relação social e como mentalidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas também do modelo espacial. (Santos, 2014, p. 10).

Essa interpretação, por sua vez, auxilia na compreensão da pobreza como resultado do modelo socioeconômico vigente dado seu envolvimento com questões como distribuição desigual de recursos, oportunidades e renda na sociedade. Em alguns casos, esse modelo conduz à concentração de riquezas e à exclusão de certos grupos. Além disso, perpetuar essa condição torna-se uma estratégia de reprodução sistêmica, garantindo a própria sobrevivência do sistema capitalista.

Nessa perspectiva, a formação geo-histórica e a rápida expansão urbana de Altamira – este último em detrimento da UHE Belo Monte – são reflexos do modelo socioeconômico que sustenta o capital através de desigualdades estruturais. Essas se manifestam na disposição espacial desigual de serviços essenciais, como escolas, hospitais, bancos, empregos e espaços de lazer, concentrados no núcleo urbano central da cidade. Isso resulta em desvantagens significativas para as juventudes reassentadas, tanto no acesso quanto no usufruto das oportunidades para suas atividades cotidianas.

CAPÍTULO III: RETRATOS URBANOS DAS JUVENTUDES: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DAS VIVÊNCIAS ENTRE O RUC E A CIDADE



Fonte: Acervo da autora (2024)

4 INTRODUÇÃO AO CAPÍTULO

O capítulo em questão explora detalhadamente as experiências das juventudes nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) ao analisar as diversas dimensões espaciais que permeiam suas vivências urbanas. Ao investigar as interações entre esses jovens e a cidade, a abordagem visa compreender não apenas os desafios e complexidades enfrentados, mas também identificar as práticas que emergem ou que são subestimadas no contexto do reassentamento.

Para tanto, a centralidade do debate reside na busca pelo entendimento aprofundado das dinâmicas cotidianas desses reassentados, indo além da mera observação dos aspectos físicos do RUC, mas se estendendo para a influência dessas espacialidades na construção da identidade e das práticas diárias desses jovens. A complexa relação entre o RUC e a cidade proporciona, portanto, um cenário multifacetado, em que as interações sociais, culturais e os indivíduos moldam as narrativas e experiências dessas comunidades juvenis.

4.1 A HETEROGENEIDADE DAS JUVENTUDES REASSENTADAS

As juventudes entrevistadas nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) Jatobá e Laranjeiras englobam um grupo de indivíduos com idade entre 15 e 29 anos, conforme estabelecido pelo Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, no § 1º (Brasil, 2013). No entanto, é fundamental ressaltar que ele é marcado por uma gama de experiências e trajetórias, tanto em nível individual quanto coletivo, revelando-se, portanto, como uma categoria social heterogênea, e não apenas cronológica.

Embora a idade seja um critério definidor para categorizar esses jovens como pertencentes ao grupo das juventudes, compreende-se que não é apenas a cronologia que os define como sujeitos jovens, sobremaneira como sujeitos espaciais. Para além, são as interações na produção e reprodução de múltiplas espacialidades no cotidiano que verdadeiramente os distinguem como tais.

Compreende-se, então, que as juventudes não se resumem apenas a uma terminologia ou faixa etária delimitada. Embora o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852) garanta seus direitos e estabeleça princípios e diretrizes para políticas públicas direcionadas a elas, é importante perceber que os jovens são mais do que simplesmente números em uma legislação – são agentes ativos na produção de espacialidades, cada um com suas próprias especificidades e maneiras de interagir com o espaço geográfico.

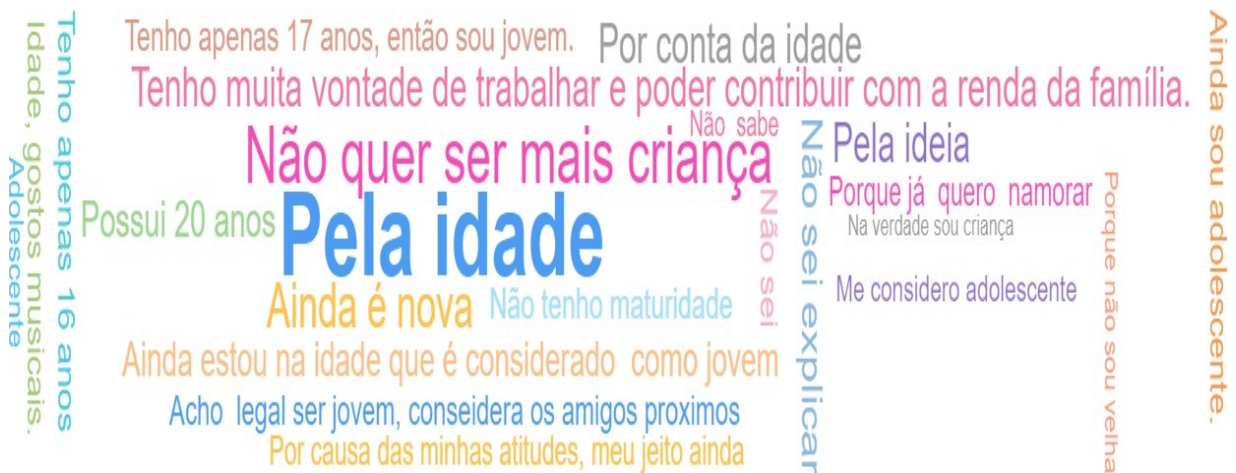
Esses jovens não apenas habitam os espaços, mas também os transformam, moldando e sendo moldados por eles. Ademais, suas vivências e percepções influenciam diretamente as dinâmicas espaciais, e é crucial que sejam ouvidos e considerados na tomada de decisões, especialmente aquelas que os afetam diretamente.

Seja diante da introdução de objetos técnicos, como a construção de uma hidrelétrica, seja a partir da requalificação dos espaços em diferentes contextos econômicos, esse grupo tem o direito de participar ativamente desses processos decisórios. Assim, deve-se incluir o que dizem e o que pensam nas discussões sobre o desenvolvimento e a transformação do ambiente em que vivem.

Portanto, é fundamental reconhecer a importância de adotar uma abordagem participativa e inclusiva, que considere as perspectivas e as necessidades das juventudes ao abordar questões que têm um impacto direto em seu futuro. Tal abordagem torna-se ainda mais crucial quando considerado o adultocentrismo, que exerce uma influência significativa na percepção e na constituição do sujeito jovem no espaço.

Como afirmado anteriormente, os jovens são percebidos e definidos apenas por sua faixa etária – visão limitada e que desconsidera as diversas experiências, identidades e contribuições que eles oferecem para a sociedade. Essa perspectiva é refletida na nuvem de palavras geradas a partir das respostas dos próprios jovens sobre o que é ser jovem, como evidenciado na Figura 19.

Figura 19 - O espelho e o reflexo da terminologia “juventudes”



Fonte: LEDTAM (2021), organização da autora.

Essa percepção superficial é influenciada pela formação sócio-histórica da categoria “juventude” e pelo viés do adultocentrismo, que tende a rotular os jovens como rebeldes, imaturos, adolescentes e irresponsáveis, associando-os a gostos musicais e formas de

expressão específicas, como avalia Dayrell (2003).

Essas concepções, profundamente enraizadas na sociedade, são internalizadas pelas próprias juventudes, muitas vezes sem questionamento, o que pode limitar sua autoimagem, suas aspirações e sua capacidade de contribuir significativamente para a comunidade e para o espaço em que vivem. Portanto, é essencial desafiar e desconstruir esses estereótipos, reconhecendo a diversidade e a riqueza das experiências juvenis e promovendo uma abordagem mais inclusiva e respeitosa em relação a eles – em particular os afetados por objetos técnicos na Amazônia.

Ademais, a análise da Figura 19 revela que, mesmo dentro desse grupo, a compreensão do conceito de “juventudes” ainda está fortemente vinculada à ideia de idade biológica – frequentemente simplificada a uma mera categorização, conforme observado por Bourdieu (1983). Esta confina a riqueza e complexidade das experiências juvenis, limitando-as a uma dimensão puramente cronológica.

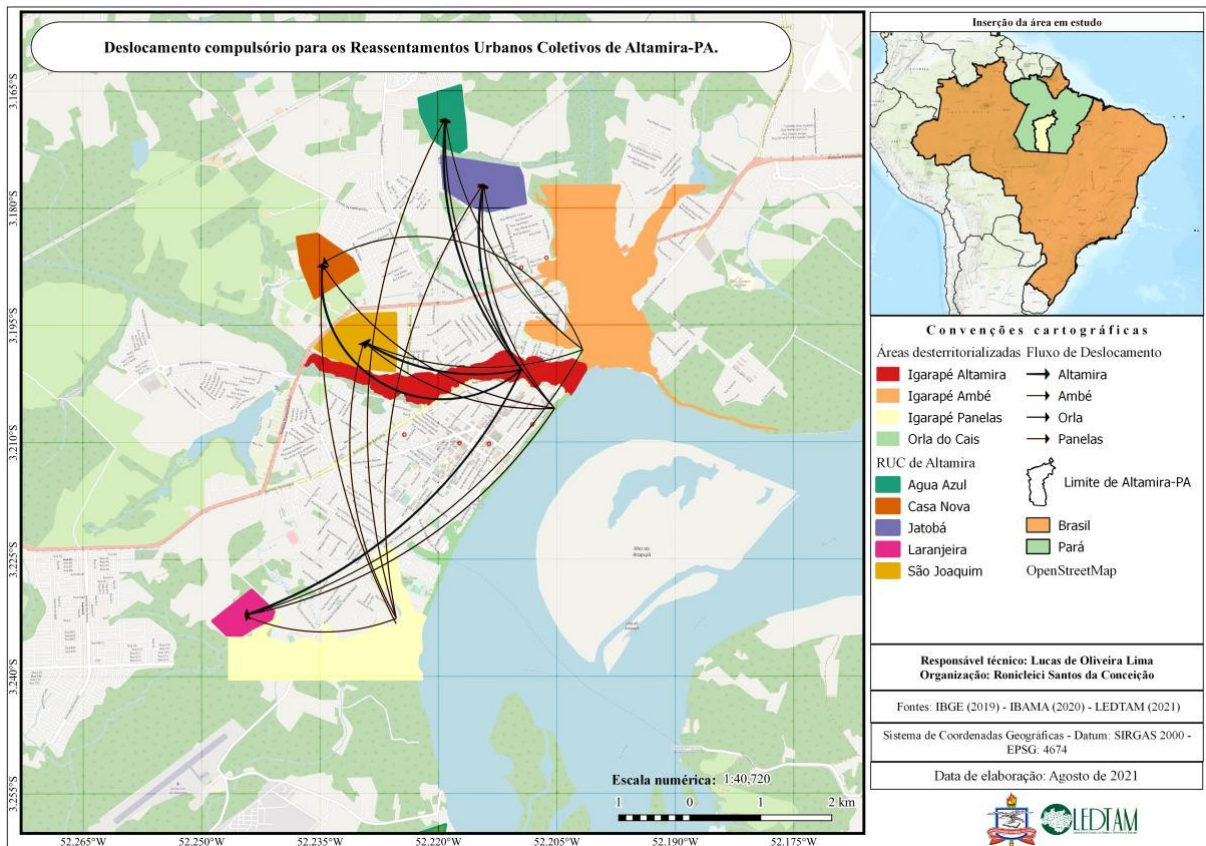
Portanto, ao discutir a geograficidade das juventudes nos RUC, considera-se sua construção social e cultural, visto que as juventudes não existem de forma isolada no espaço; pelo contrário, estão imersas em sistemas complexos que envolvem uma multiplicidade de fatores. Elas não apenas ocupam um espaço físico, mas também o molda e são moldadas por ele. Suas espacialidades, tanto urbanas quanto rurais, são influenciadas por uma variedade de elementos, incluindo gênero, classe social, raça, moradia, religiosidade, economia e política.

Compreende-se, então, as juventudes não apenas como indivíduos marcados por uma fase temporal, mas como agentes sociais, que constroem e transformam espaços urbanos como participantes ativos na urbanização, capazes de influenciar e moldar as dinâmicas espaciais ao seu redor conforme se apresentam os espaços pretéritos e contemporâneos.

Para tal, a interseccionalidade das identidades e as experiências juvenis destacam a necessidade de uma abordagem mais holística e sensível às nuances de suas vivências. Ao compreendê-los como agentes ativos na construção e transformação dos ambientes que habitam, é possível o desenvolvimento de políticas e práticas mais eficazes e que promovam a inclusão, a participação e o bem-estar desses grupos tão diversos e dinâmicos.

Sobremaneira quando os espaços pretéritos dessas juventudes exercem influência significativa em suas espacialidades, que provêm de bairros periféricos de cidades como Peixaria, Baixão do Tufi, Invasão dos Padres, Boa Esperança, Aparecida, Brasília e Mutirão, conforme ilustra o mapa do deslocamento na Figura 20. Tais bairros possuíam uma organização espacial única, moldada por anos de dinâmicas sociais, culturais e econômicas específicas.

Figura 20 - Deslocamento compulsório para os Reassentamentos Urbanos Coletivos



Fonte: IBGE (2019).

Nos antigos bairros, esses grupos desenvolveram laços sociais, comunitários e formas específicas de interação com o ambiente urbano. Como rotina diária, atividades de lazer e acesso a serviços básicos eram moldados pela geografia e pela dinâmica social dessas áreas. Ao se deslocarem para os RUC, esses padrões espaciais foram interrompidos, a ponto de precisarem se adaptar a uma nova realidade, muitas vezes enfrentando desafios como falta de infraestrutura adequada, acesso limitado a serviços essenciais e rupturas das redes estabelecidas anteriormente.

Tal fator ocorre porque esses bairros estão nas proximidades dos igarapés Ambé, Panelas e Altamira, em torno do núcleo central de serviços e comércio da cidade, e isso facilitava a mobilidade espacial das juventudes, ali residentes, para acessar os serviços necessários. Essa concentração influenciou diretamente as condições de mobilidade urbana e o exercício do direito à cidade pelos jovens, especialmente considerando que os RUC estão a, em média, 4,5 quilômetros do núcleo central da cidade.

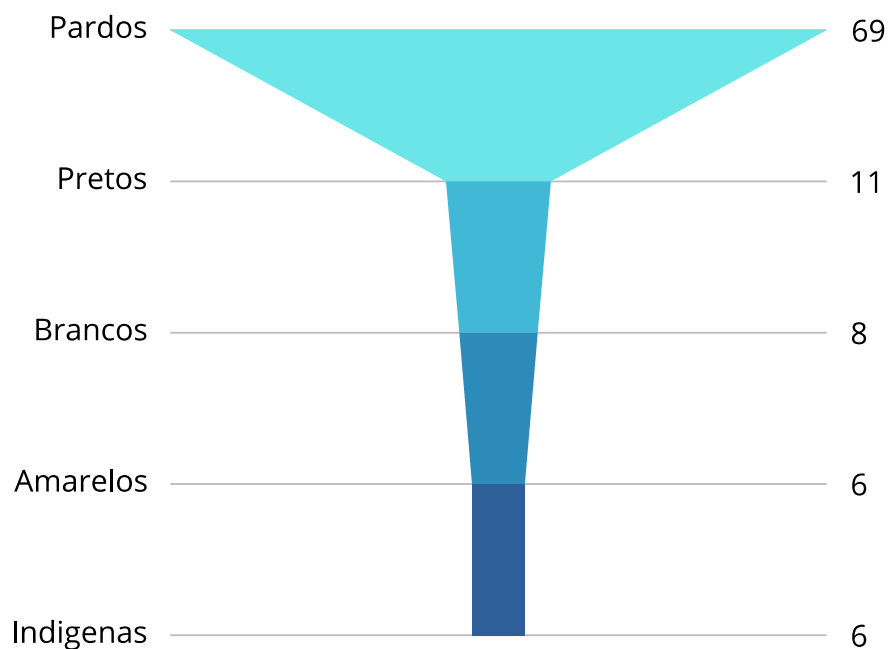
Em contrapartida, não se está afirmando, com isso, que antes dos RUC as juventudes tinham o pleno exercício do direito à cidade. Pelo contrário, os RUC apenas agravaram as

dificuldades de acesso a esse direito essencial na reprodução das espacialidades urbanas. Anteriormente, tais grupos habitavam bairros com uma geo-história repleta de desigualdades socioespaciais, com estigmas negativos e pobreza. Esses estigmas contribuíram para que a população altamirense desenvolvesse a “topofobia”, caracterizada pelo medo ou aversão ao lugar, uma vez que esses espaços foram conceituados – pelo senso comum – como marginalizados, violentos, perigosos e propícios para a criminalidade, o que não se diferenciou em relação aos RUC (Conceição; Herrera; Oliveira, 2023, p. 2).

Tal perspectiva é fortemente relacionada às condições socioeconômicas desfavoráveis dessas áreas, com infraestrutura precária e desfalque de serviços básicos. Além disso, fatores como a cor da pele, o gênero e a etnia também desempenharam um papel dos rótulos atribuídos a esses ambientes – rotulações que refletem a profunda desigualdade socioeconômica enraizada na sociedade. A perpetuação desses para os reassentamentos urbanos sustenta a topofobia por parte da população – embora com menos frequência do que no início do processo de habitação.

Ademais, em uma sociedade marcada pela hierarquia social, a cor da pele, o gênero e a etnia das juventudes reassentadas podem ser fatores determinantes para esses estigmas sociais. Tal fenômeno é especialmente evidente em uma visão adultocêntrica, que tende a estereotipar os jovens como “desordeiros”. A autodeclaração deles revela uma diversidade étnica significativa, com 69,4% que se identifica como pardos, 11,1% como pretos, 8,3% como brancos, 5,6% como amarelos e 5,6% como indígenas, conforme demonstrado na Figura 21.

Figura 21 - Autodeclaração racial e étnica das juventudes.

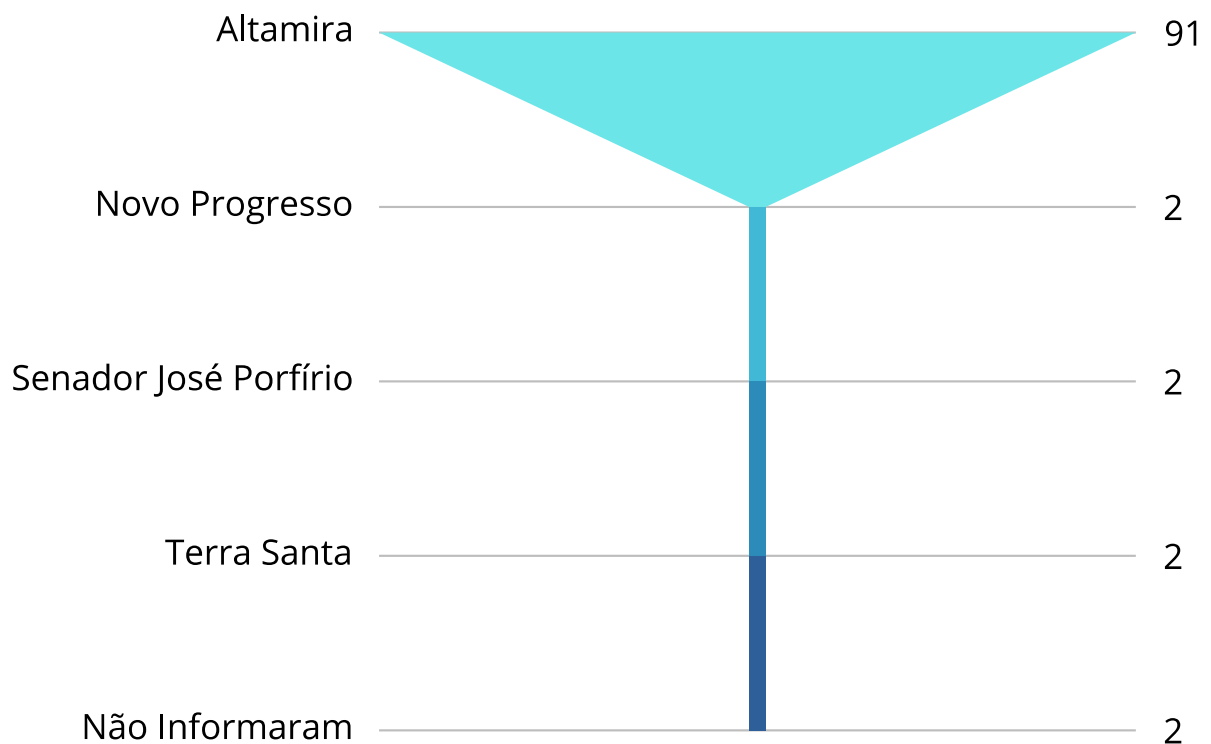


Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Essa diversidade demonstra a multiplicidade de origens étnicas presentes nessas comunidades reassentadas. Contudo, é fundamental destacar que essas identificações são atribuídas pelos indivíduos e podem variar conforme a percepção individual de cada pessoa. Além disso, o fato de que a maioria dos entrevistados se identifica como “pardos” está em consonância com os dados fornecidos pelos censos do IBGE de 2010, cuja maioria se afirma como parda.

É alarmante perceber que essas formas de estigmatização têm persistido por um período considerável, especialmente ao observarmos que 90,5% dessas juventudes são naturais de Altamira, com tempo de municipalidade entre 14 e 21 anos. Esse dado indica a forte presença de pessoas que nasceram e cresceram na própria cidade, conforme ilustrado na Figura 22, estabelecendo laços familiares e culturais profundamente enraizados na região. Esses números destacam, de maneira significativa, as espacialidades pretéritas das juventudes, sublinhando a importância de levar em conta as perspectivas e contribuições dos habitantes locais para a identidade e o desenvolvimento da cidade.

Figura 22 - Gráfico da naturalidade das juventudes



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Em contraste, os 9,5% restantes são originários de outras localidades, como Novo Progresso, Senador José Porfírio e Terra Santa. Essa diversidade de origens pode ser atribuída a diferentes fatores, como migrações em busca de oportunidades econômicas, trabalho ou

mesmo razões familiares, e trazem para o meio experiências e perspectivas variadas, o que enriquece as relações culturais e sociais da cidade.

Para tanto, é importante destacar que uma pequena parcela (2,4%) dos entrevistados não informou sua naturalidade de nascimento. a explicação para tal pode ter uma variedade de razões, incluindo a privacidade do interrogado ou a possibilidade de uma mudança frequente de local de nascimento – o que destacaria a complexidade das histórias de vida e migrações das pessoas na região amazônica.

Nesse contexto, no RUC Laranjeiras, a maioria das juventudes reassentadas tem até 21 anos de idade, com um tempo médio de municipalidade correspondente a 21 anos. Isso indica que elas nasceram e nunca residiram em outra localidade fora do município de Altamira. Em média, eles estão no reassentamento a cerca de 4 anos, ou seja, chegaram ao local com 16 anos.

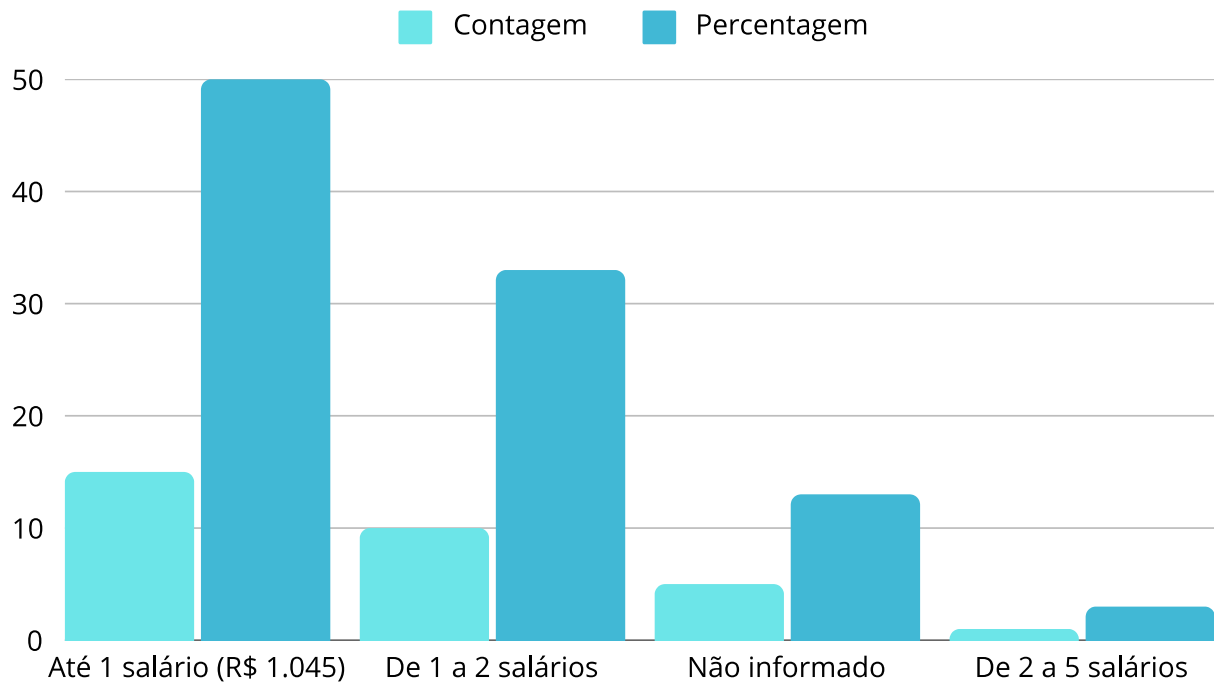
Já no RUC Jatobá, a maioria das juventudes entrevistadas tem, em média, 19 anos de idade, com um tempo de municipalidade de 14 anos. Isso se deve à presença de jovens que não nasceram em Altamira, como indicam os dados de naturalidade, e que podem ter saído do município por um período antes de retornar, especialmente durante o período de *boom* populacional em 2011, quando a hidrelétrica foi instalada. Esses jovens estão no bairro Jatobá, em média, há 5 anos, sendo que passaram pelo processo de deslocamento compulsório quando tinham 12 anos de idade. Porém, considerando que o processo do deslocamento começou efetivamente em 2014, conforme relatórios da NESA (2017), esses grupos já estão residindo nos RUC há 9 anos.

Dentre eles, 69,4% dos entrevistados são estudantes, indicando que a maioria das juventudes reassentadas está envolvida no processo educacional. Por outro lado, 30,6% deles não estão mais estudando. Essa porcentagem reflete diferentes situações, como jovens que concluíram o ensino médio, que interromperam seus estudos por motivos diversos ou que não têm acesso adequado à educação em seu novo ambiente de reassentamento.

Já a situação educacional das juventudes reflete a estrutura das desigualdades socioespaciais da cidade. Por exemplo: dos entrevistados, grande parte possui, pelo menos, o ensino fundamental (52,8%) e o ensino médio (41,7%), enquanto uma parcela menor possui ensino superior (5,6%). Quanto ao *status* de escolarização, 63,9% indicam que sua escolarização está incompleta, sugerindo que ainda estão cursando algum nível de ensino. Além disso, cerca de 19,4% afirmam ter concluído sua escolarização, enquanto 16,7% não informaram seu *status*. Dentre aqueles que informaram, metade ainda está cursando, 16,7% interromperam os estudos, 16,7% já concluíram e 5,6% desistiram de estudar.

Esses dados influenciam diretamente as condições econômicas. No que tange à renda mensal, identificou-se que 83,33% recebe até 2 salários mínimos. Dentre esses, 50% tem uma renda equivalente a um salário mínimo, conforme ilustra a Figura 23.

Figura 23 - Gráfico de porcentagem de entrevistas e pessoas geradoras de renda

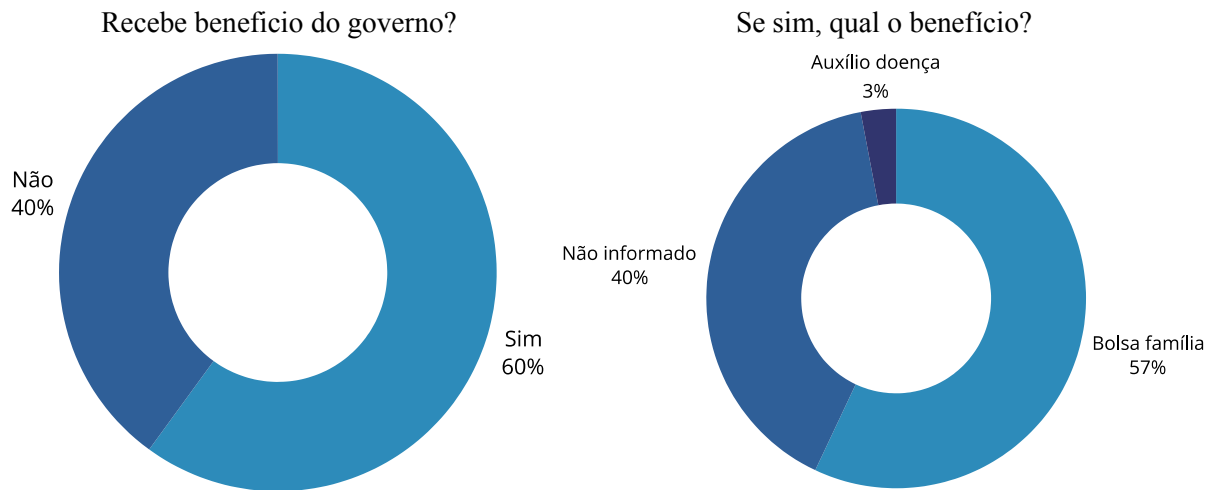


Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Tais valores, embora pareçam modestos, são cruciais para cobrir despesas básicas, como alimentação, transporte e energia, o que evidencia os desafios financeiros enfrentados por esses grupos. Essa realidade coloca em destaque a importância de políticas sociais que garantam uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades, com vistas a proporcionar melhores condições de vida para esses jovens.

Além da renda mensal, também foi possível identificar que 60% desses jovens entrevistadas recebem benefícios do governo, com 56,7% sendo beneficiários do Bolsa Família e 3,3% recebendo auxílio-doença. Contudo, chama a atenção o fato de que 40% deles não forneceu informações sobre o recebimento ou não desses benefícios, o que pode indicar receio e comprometer o recebimento do auxílio ou até mesmo o desconhecimento da própria fonte de renda, por não ser ele o principal responsável por administrar esse recebimento, conforme ilustra a Figura 24.

Figura 24 - Gráfico de porcentagens de recebimento de benefício governamental



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Os indicativos do gráfico acima destacam que cerca de 60% das juventudes entrevistadas recebem algum tipo de auxílio do governo, em especial os beneficiários do Bolsa Família, que corresponde a 56,7% do total. Por outro lado, uma pequena parcela (3,3%) recebe auxílio-doença, sugerindo a existência de jovens que enfrentam condições de saúde que pode impedi-los de trabalhar.

Esses benefícios auxiliam no sustento e na sobrevivência das juventudes reassentadas, especialmente diante de contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Logo, este comportamento reforça a necessidade e a importância de políticas públicas sensíveis a essas diferenças, capazes de atender às necessidades dessas juventudes em seus diversos contextos, promovendo a inclusão e a equidade, em que as heterogeneidades despontam processos marcados por diferentes origens étnicas, geográficas, de faixa etária, além de condições socioeconômicas.

Portanto, as políticas públicas devem enfrentar as desigualdades socioespaciais nos reassentamentos, onde as condições sociais se manifestam de maneira desigual no espaço. Políticas voltadas para habitação, saúde, educação, segurança, transporte e lazer são essenciais para promover o bem-estar e a qualidade de vida dos reassentados de forma imediata. Ademais, essas devem ser formuladas considerando as características específicas desses grupos, como renda, raça, etnia e nível educacional, que frequentemente são fatores de exclusão nos espaços públicos tanto dos reassentamentos quanto da cidade.

Apesar da presença de unidades de saúde, instituições escolares e espaços públicos=

nos RUC, observa-se uma deficiência na efetividade e na abrangência das políticas públicas nessas áreas. Enquanto ambos os reassentamentos contam com hospitais e escolas, é importante ressaltar que apenas o RUC Jatobá possui duas instituições escolares: uma destinada ao ensino fundamental – até o 9º ano – e outra unidade estadual – voltada para o ensino médio.

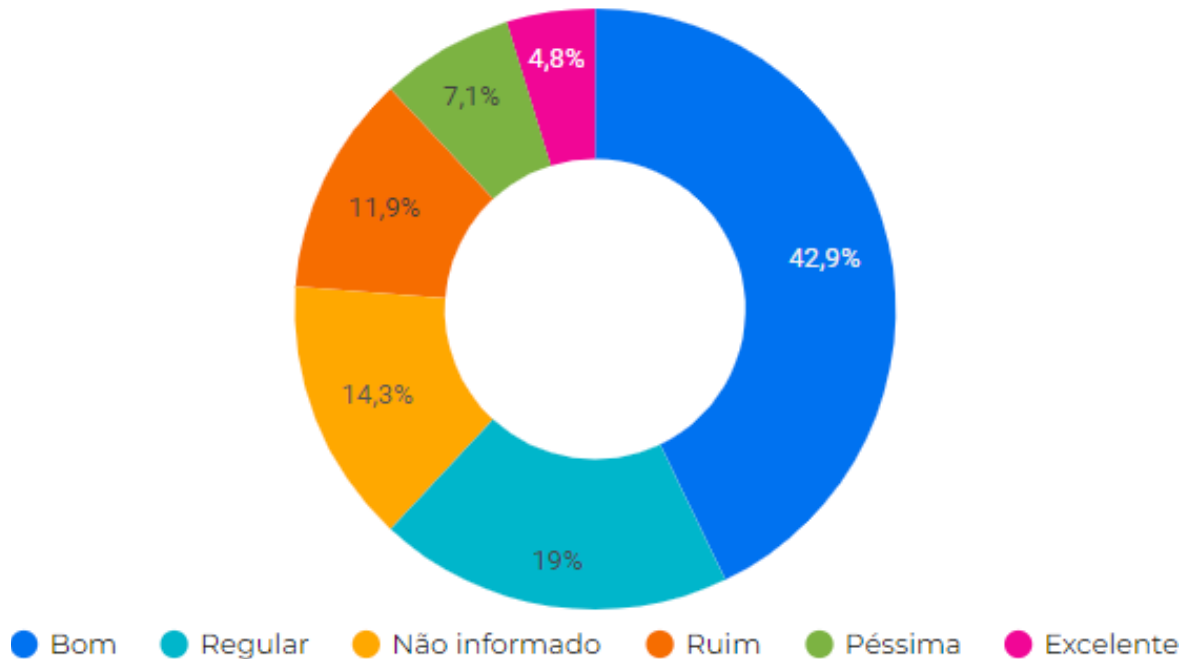
Essas escolas, porém, não atendem apenas aos estudantes residentes no próprio RUC Jatobá, mas também aos alunos dos bairros circunvizinhos, como o RUC Água Azul. Tal situação destaca a importância dessas unidades educacionais como centros de aprendizado para toda a comunidade local, promovendo a integração e o acesso à educação em uma região onde a oferta de serviços é limitada.

Outrossim, o reassentamento é um instrumento habitacional que afeta significativamente a vida das pessoas, especialmente das juventudes. Nesse contexto, é fundamental garantir o acesso a uma educação de qualidade como forma de promover a inclusão social e o desenvolvimento pessoal e profissional. No entanto, observou-se que 13,9% dos jovens não possui conhecimento sobre os níveis de ensino oferecidos pela escola localizada no bairro – o que pode ser atribuído à falta de familiaridade com a dinâmica do novo bairro ou com uma possível falta de interesse em obter informações sobre o acesso à educação.

Portanto, garantir o acesso à educação de qualidade nos RUC é fundamental para a inclusão social e o desenvolvimento pessoal e profissional desses grupos. Para isso, é necessário fornecer informações claras e acessíveis sobre as escolas existentes nos bairros, bem como promover estratégias para incentivar e apoiar a permanência e o progresso educacional, sobretudo quando os estudantes percebem e vivenciam a escola como ambiente de aprendizagem, oportunidade e acolhimento social.

Além disso, os dados fornecidos revelam que, a maioria dos entrevistados (46,7%), considera as condições da escola como boas, indicando uma avaliação positiva. No entanto, uma parte significativa (20%) classifica as condições como regulares, sugerindo que há aspectos que podem ser melhorados. Dentre eles, 16,7% não informou, 6,7% classificou como ruim, 6,7% como péssima, e apenas 3,3% deles classificam como excelente, conforme ilustra a Figura 25 do gráfico.

Figura 25 - Percepção das condições da escola nos RUC
Condições da escola na localidade



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

As juventudes que avaliam as condições das escolas como “boas” destacam aspectos como infraestrutura adequada, qualidade do ensino e uma boa relação com os professores. Já os jovens que avaliam as condições como “regulares” apontam aspectos como falta de recursos, insuficiência de professores e a violência escolar.

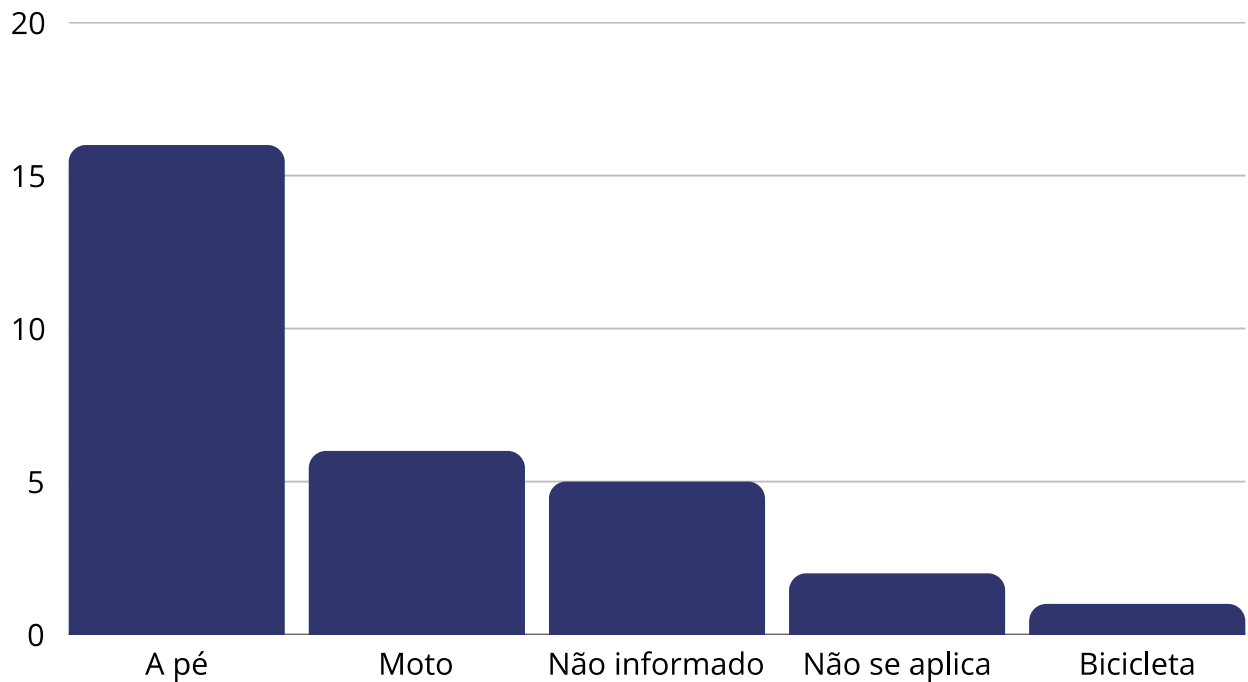
É interessante notar que uma parcela considerável dos entrevistados (16,7%) não consegue identificar as condições da escola, o que pode ser devido à falta de conhecimento sobre os níveis de ensino oferecidos ou ao desconhecimento sobre as condições físicas e pedagógicas da instituição. Assim, esse dado pode indicar a necessidade de melhor comunicação e maior informação sobre as escolas nos reassentamentos.

Algumas juventudes (6,7%) classificaram a escola como ruim, enquanto outras (6,7%) a consideraram péssima. Por outro lado, 3,3% dos interrogados a avaliou como em condições excelentes. Essas percepções podem estar relacionadas a: infraestrutura, recursos disponíveis, qualidade do ensino, entre outros aspectos específicos da experiência escolar dos jovens reassentados.

No que diz respeito à mobilidade espacial para ir à escola, a maioria dos entrevistados informou que se desloca a pé – provavelmente por estarem localizados próximos dela em seu bairro de reassentamento –; além disso, outros disseram utilizar a moto porque, em alguns casos, a instituição frequentada não é a do RUC, havendo a necessidade de se deslocar para

bairros circunvizinhos ou para a área central da cidade. Esses casos ocorrem geralmente com estudantes do ensino médio, que não conseguiram vaga na escola local e precisaram buscar outra instituição – embora membros da mesma família estejam matriculadas nas escolas dos RUC, conforme ilustra a Figura 26.

Figura 26 - Meios de mobilidade espacial para ir à escola

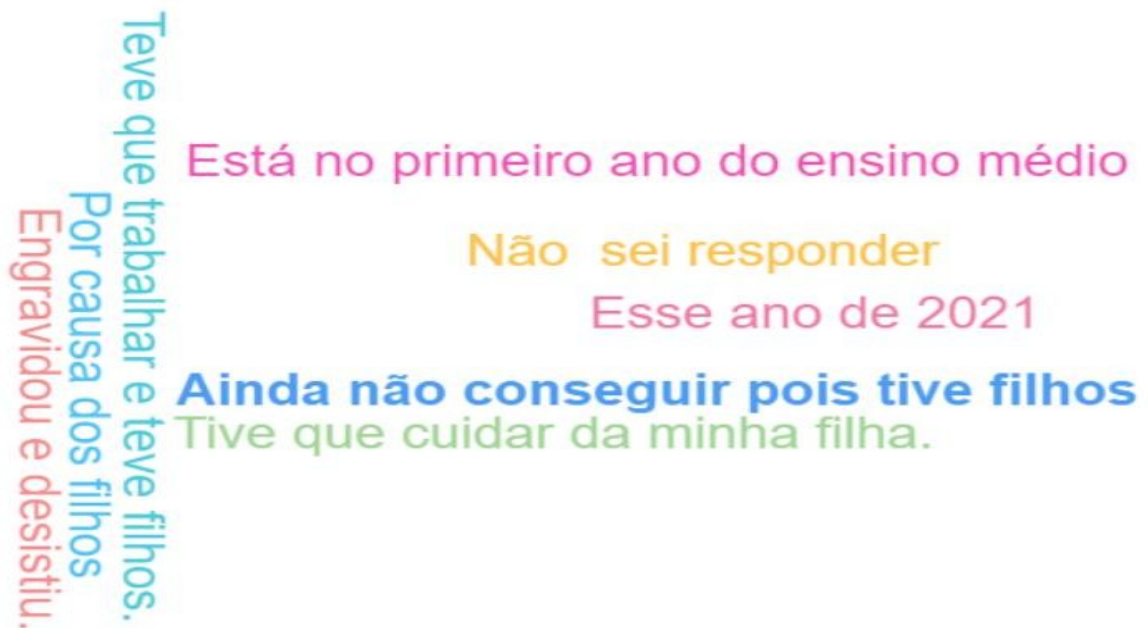


Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Essas informações revelam a importância de considerar as necessidades de mobilidade e acessibilidade dos estudantes nos reassentamentos, garantindo que as escolas estejam bem localizadas e sejam acessíveis para todos. Além disso, a percepção desses grupos destaca a necessidade de se investir em melhorias nas condições desses ambientes, além de promover uma participação ativa das juventudes no planejamento e na gestão educacional, considerando suas necessidades e preferências.

Nesse contexto, considerar as especificidades das juventudes mitiga, por exemplo, a evasão escolar devido à interrupção temporária pela gravidez na adolescência ou de forma indesejada – o que, diversas vezes, é motivo de interrupção dos estudos. Além disso, a necessidade de trabalhar para sustentar a família também pode impactar a disponibilidade de tempo e recursos para dedicarem aos estudos. Assim, cuidar da família, incluindo a responsabilidade de tomar conta de irmãos mais novos ou outros membros da família, também pode ser um obstáculo para a conclusão dos estudos, conforme sintetiza a ilustração da Figura 27, composta pela nuvem de palavras.

Figura 27 - Detalhes relacionados à escolarização dos jovens



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Por outro lado, alguns entrevistados mencionaram estar cursando – ou próximos de concluir – sua escolarização, demonstrando compromisso e perseverança na busca por uma formação educacional. No entanto, é importante notar que alguns deles não souberam fornecer informações sobre os motivos pelos quais interromperam ou não concluíram a escola, o que indica a necessidade de uma investigação mais aprofundada dessas situações individuais.

Esses dados ressaltam a importância de implementar políticas e programas que considerem a realidade das juventudes reassentadas, e que considerem os desafios e as necessidades específicas que podem surgir ao longo de sua trajetória educacional. Isso envolve o desenvolvimento de estratégias que promovam a conciliação entre cronograma de estudos e maternidade/paternidade, programas de apoio financeiro – como bolsas de estudo ou auxílio para transporte e creche –, além da criação de ambientes escolares inclusivos e acolhedores. Além disso, faz-se necessário oferecer orientação e suporte adequados para que os jovens reassentados possam tomar decisões informadas sobre sua educação e se sintam motivados a buscar a conclusão dos estudos.

Ademais, é válido destacar que o desconhecimento dos direitos educacionais pode ser um fator adicional que impacta a trajetória educacional das juventudes reassentadas. A falta de informação sobre o próprio Estatuto das Juventudes e as políticas e programas existentes – como aqueles voltados para jovens que têm filhos durante o processo educacional – dificulta o

acesso a esses benefícios e oportunidades de forma plena.

Nesse sentido, esforços para informar e conscientizar as juventudes, não só as reassentadas, sobre seus direitos educacionais e as políticas existentes que visam apoiá-las é de extrema relevância. Esta ação pode ser realizada por meio de campanhas de divulgação, orientação nas escolas e comunidades, parcerias com organizações locais e pelo fortalecimento da rede de assistência social, que pode fornecer informações e encaminhar os jovens aos programas e benefícios adequados.

Assim, ao integrar o conhecimento sobre os direitos educacionais com a criação de um ambiente propício e com suporte adequado, torna-se viável impulsionar oportunidades e condições mais favoráveis para que as juventudes concluam sua escolarização e alcancem um futuro educacional e profissional mais promissor. Essas reflexões – embora reconhecendo que não são a base do desenvolvimento capitalista, embasadas nas relações de produção – oferecem uma perspectiva que possibilita contemplar formas de promoção da equidade social.

Ademais, a articulação entre as reflexões sobre os direitos educacionais e o desenvolvimento de ambientes favoráveis pode ser vinculada à questão da segurança pública, especialmente no que se refere ao papel da educação na prevenção da violência e na promoção do bem-estar social. A implementação de políticas de segurança pública voltadas para os jovens pode incorporar estratégias que abordem não apenas a repressão de atividades criminosas, mas também a criação de condições socioeconômicas e educacionais que reduzam a vulnerabilidade e incentivem percursos mais positivos.

Ao investir em educação de qualidade, programas extracurriculares, capacitação profissional e oportunidades de emprego, por exemplo, as políticas de segurança pública podem buscar abordagens preventivas que, simultaneamente, ofereçam alternativas construtivas para os jovens, reduzindo as motivações para o envolvimento em atividades criminosas. A interconexão entre educação e segurança pública é, portanto, destacada como um meio abrangente de construção de comunidades mais seguras e resilientes.

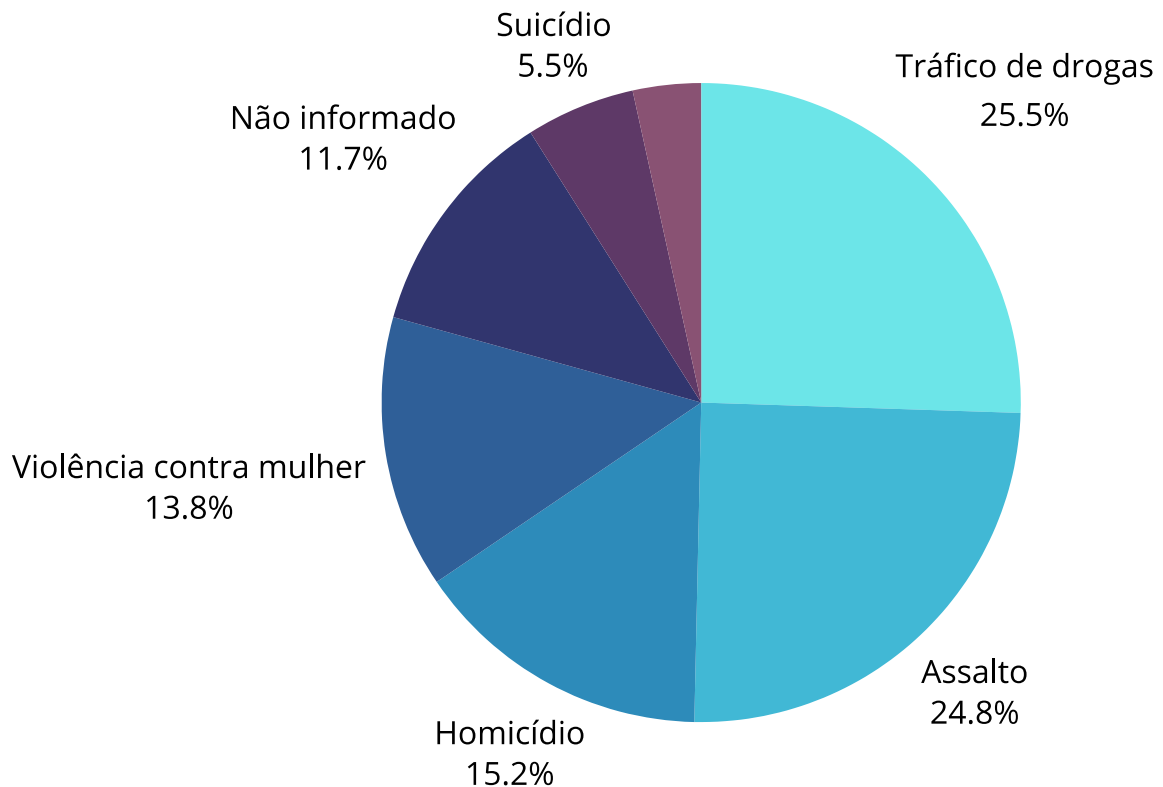
Nessa perspectiva, compreende-se que a articulação efetiva e em rede dessas políticas poderia mitigar tanto os índices de violência e criminalidade quanto as percepções negativas sobre os residentes, reduzindo as abruptas desigualdades socioespaciais. Os resultados obtidos sobre o tema, contudo, revelam uma abordagem multifacetada, destacando as nuances complexas das percepções dos jovens sobre a segurança e a infraestrutura da cidade.

Ao analisar as respostas sobre o sentimento de segurança em Altamira, nota-se que 53,3% dos jovens afirma que se sentem seguros, enquanto 46,7% não compartilham dessa opinião, indicando uma divisão significativa nas percepções desses grupos em relação à sua

segurança pessoal na cidade.

Quando questionados sobre a segurança em seus bairros, 56,7% deles relatam perceber o aumento da violência, enquanto 43,3% afirmam não ter notado. Isso sugere que a sensação de insegurança está presente mais no âmbito local do que no contexto geral da cidade. Desses, 25,5% citam o tráfico de drogas, 24,8% mencionam assaltos, 15,2% fazem menção a homicídios, 13,8% relatam casos de violência contra a mulher, 11,7% optaram por não informar sobre os tipos de violência, 5,5% mencionam casos de suicídio e 3,4% dos entrevistados não conseguem identificar os tipos de violência presentes no bairro, conforme demonstra a ilustração da Figura 28.

Figura 28 - Gráfico sobre a percepção de violência e crimes



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Entre os tipos de violência percebidos, os entrevistados destacam que homicídios, assaltos e tráfico de drogas são os que mais se intensificaram nos bairros. Vale ressaltar que, embora 40% dos interrogados não tenham sido vítimas dessas violências, 33,3% deles relataram terem sido vítimas de furto, sem violência física, enquanto 6,67% sofreram roubos seguidos de violência física e verbal.

Apesar desses 40% não terem sido diretamente afetados pela violência, conhecem alguém que já passou por tais situações. Esse fenômeno contribui para a construção de um ambiente de medo e estigmatização em relação ao bairro, conforme expresso nos relatos dos

entrevistados – que destacam a ocorrência de crimes nas proximidades, como assaltos a casas vizinhas, homicídios de conhecidos e problemas relacionados ao tráfico de drogas, conforme ilustra a figura abaixo.

Figura 29 - Gráfico de relatos de violência e crimes

Já assaltaram a casa lado e a outra casa do vizinho
 Amiga minha mataram ela paixão de cristo
 Assaltaram a casa da minha sogra
 Envolvimento com drogas.

Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

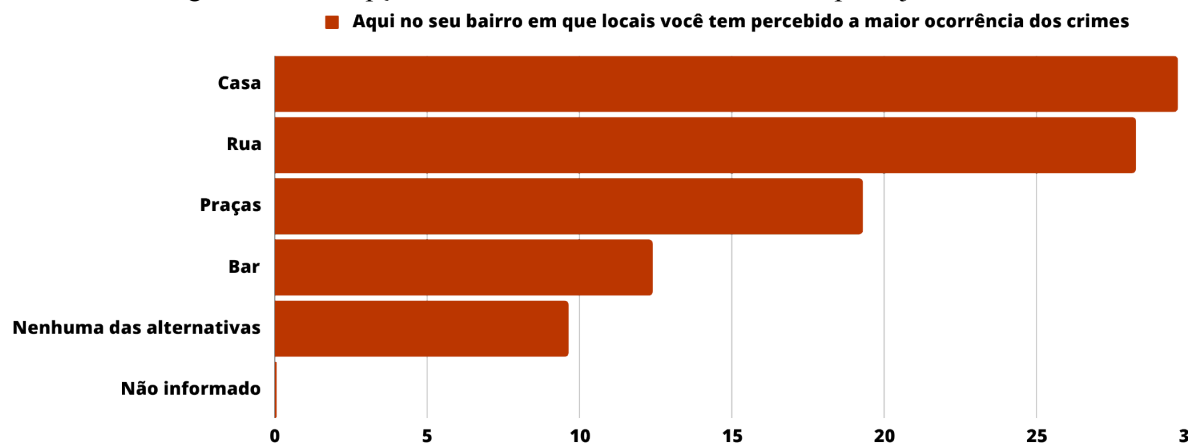
Segundo eles, falta de policiamento, conflitos entre facções e gangues, bem como a ausência de políticas públicas são causas subjacentes para a intensificação dos crimes na região. Esses fatores contribuem para a percepção generalizada de insegurança entre as juventudes de Altamira.

Além disso, uma análise mais aprofundada revela um aspecto intrigante: qual a percepção dos jovens sobre a autoria dos crimes. Neste contexto, 6,7% dos entrevistados atribuíram o aumento da violência e dos crimes cometidos majoritariamente aos jovens. Entretanto, esse dado aponta para a necessidade de uma compreensão mais abrangente do envolvimento deles em atividades criminosas na cidade, sendo objeto de uma pesquisa mais direcionada, e não necessariamente esta.

Dos entrevistados que acreditam que jovens estão envolvidos em crimes, 13,33% especificam que esses são adolescentes, enquanto 10% os classificam como adultos. Por outro lado, 6,67% dos interrogados não conseguiram categorizar os autores dos crimes em nenhuma das alternativas fornecidas no formulário, enquanto 3,33% não souberam informar a idade dos envolvidos. Essa distribuição de respostas destaca a complexidade das perspectivas sobre a autoria dos crimes e a dificuldade em categorizar os envolvidos.

Ademais, de acordo com os interrogados, os crimes e a violência têm ocorrido com maior frequência em casas e ruas da cidade com menor incidência de praças e bares – fatir indicativo de que as áreas residenciais e as vias públicas são percebidas como mais propensas a eventos criminosos. A figura a seguir ilustra essa distribuição.

Figura 30 - Percepção de incidências criminais nos RUC pelas juventudes



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

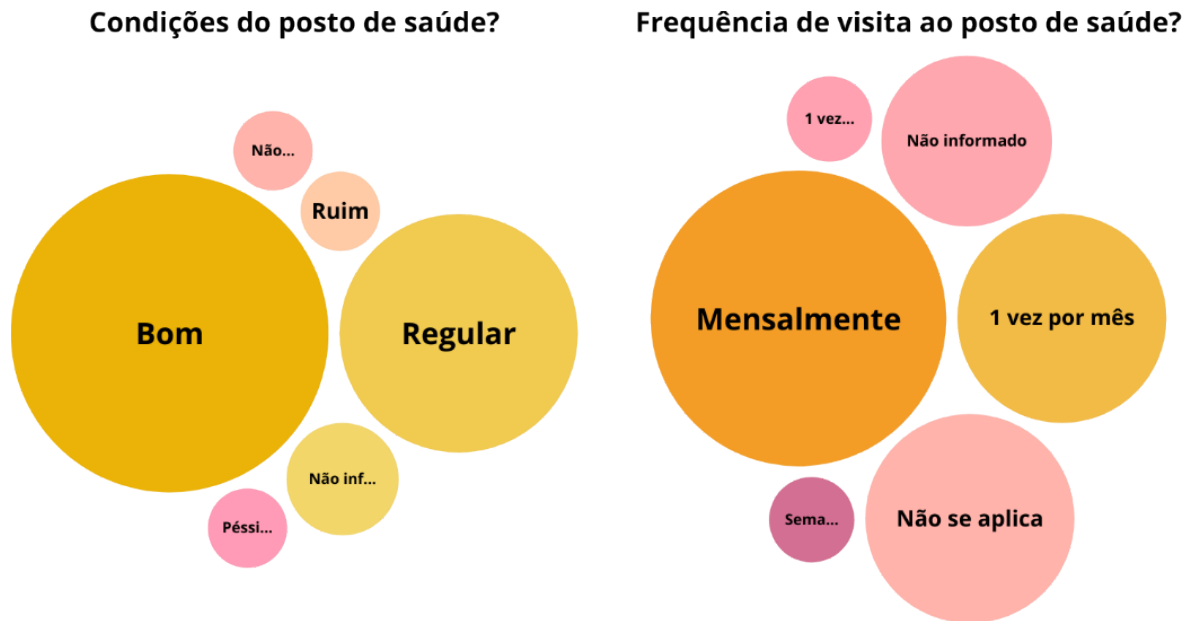
Os resultados sobre a autoria dos crimes e os locais de ocorrência sugerem a necessidade de investigar mais profundamente a dinâmica das atividades criminosas envolvendo os jovens em Altamira. O fato de a maioria dos entrevistados acreditar que os crimes são cometidos por jovens destaca a importância de estratégias de prevenção e intervenção direcionadas a essa faixa etária.

Além disso, a concentração de crimes em áreas residenciais e vias públicas indica a necessidade de políticas de segurança pública que abordem especificamente esses locais. Para tanto, melhoria da iluminação pública, aumento do policiamento preventivo e o envolvimento da comunidade na vigilância e prevenção de crimes em suas próprias vizinhanças são medidas que podem diminuir tais incidências.

No contexto de políticas públicas e bem-estar social das juventudes nos RUC, entende-se que a segurança pública e a saúde devem ser desenvolvidas em uma inter-relação, reconhecendo que ambas desempenham papel fundamental na promoção da saúde e do bem-estar delas para a produção de suas espacialidades urbanas.

Para tal, identificou-se, a partir dos dados, que os reassentamentos Laranjeiras e Jatobá possuem apenas uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Dessas, 53% foram consideradas com estrutura boa, 30% consideradas de forma regular, 6,7% não informaram as condições da unidade, 3,3% foram consideradas ruins, 3,3% como péssima e 3,3% não se aplicou ao contexto – visto que os interrogados não utilizavam ou não sabiam da existência da unidade no reassentamento, conforme apresenta-se a Figura 31.

Figura 31 - Percepção e vivência da saúde pública nos RUC

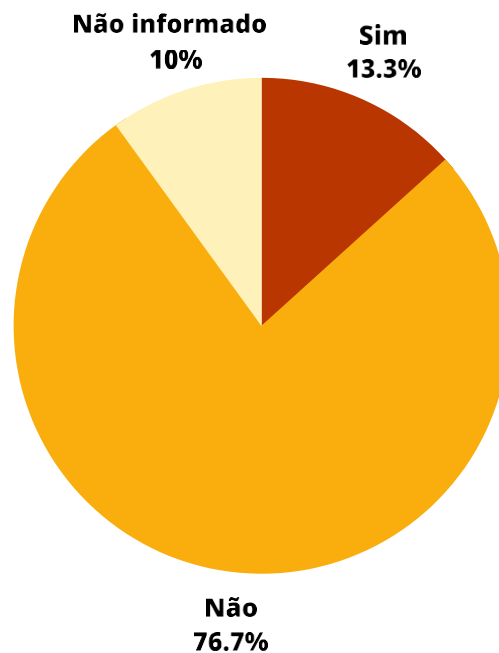


Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Dos entrevistados, 62,5% deles frequentam a UBS frequentemente e todos os meses, enquanto 18,8% vão pelo menos uma vez ao mês, 6,3% vão semanalmente, 6,3% não quiseram informar o uso e acesso à unidade e 6,3% não se aplica, conforme ilustra o gráfico abaixo.

Dessa fração populacional, 98,8% deles não possui plano de saúde, dependendo única e exclusivamente do SUS. Logo, somente 6,3% dos entrevistados possuem plano de saúde – geralmente atrelado à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ainda dessa fração, 76,7% deles não faz tratamento médico, nem mesmo fora do bairro habitacional e 10% não informaram, porém, 13,3% deles fazem tratamento médico fora do bairro habitacional, visto que a unidade de saúde não atende às necessidades específicas, tendo que se deslocarem para outras UBS, para o Centro de Regulação de Altamira ou até mesmo ao Hospital Geral de Altamira (HGA) e o Hospital Regional da Transamazônica – em casos específicos, mais específicos ou graves, conforme ilustra o gráfico da Figura 32.

Figura 32 - Tratamento fora do domicílio

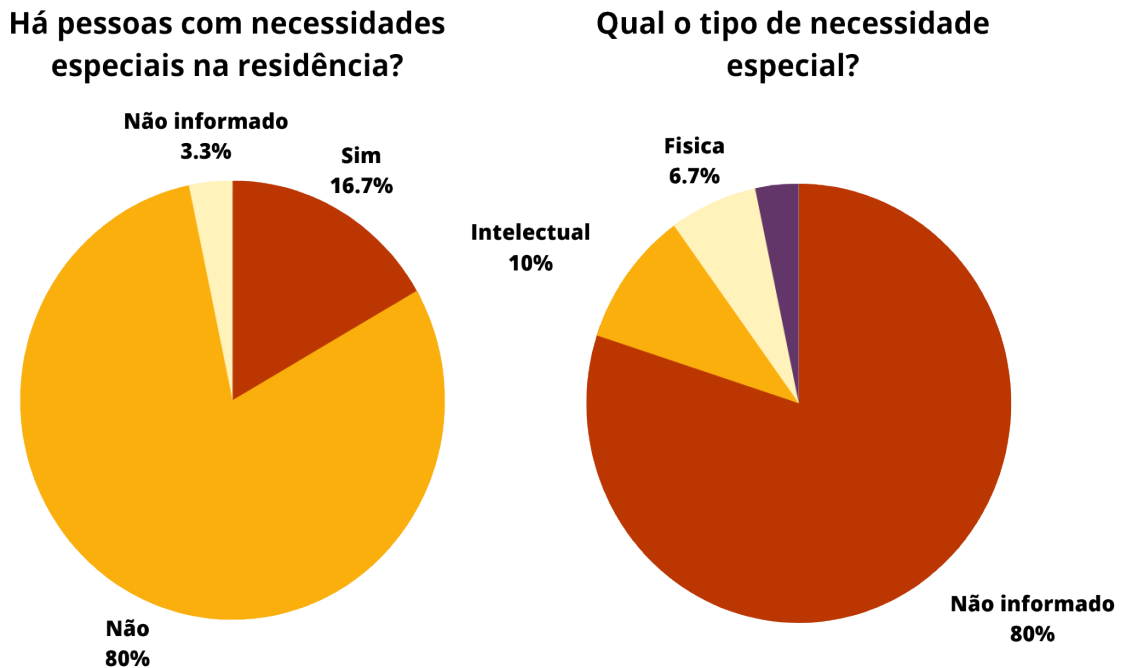


Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Um fato curioso sobre a residência de moradia das juventudes é que, em sua grande maioria (80%) não tem idosos, enquanto 16,7% deles já tem idosos residentes e 3,3% deles não informaram a faixa etária dos residentes.

Ademais, essas residências apresentam um número baixo de pessoas com deficiência, em que apenas 16,7% delas tem algum membro com deficiência física ou intelectual. Por conseguinte, dos entrevistados, 43,3% relataram fazer uso de medicação contínua fornecida pelo SUS, destacando a importância do sistema público de saúde na manutenção da saúde desses jovens. No entanto, é preocupante observar que, na ausência de medicamentos na rede pública, eles precisam arcar com os custos do tratamento, o que pode representar um desafio financeiro significativo para eles e seus familiares, conforme ilustra a Figura 33 .

Figura 33 - Necessidades especiais nos RUC



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Além disso, é relevante mencionar que 3,2% dos entrevistados informaram fazer atendimento no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade, uma unidade que não está presente nos reassentamentos. Isso significa que esses jovens precisam se deslocar até a unidade mais próxima para receber atendimento para saúde mental, evidenciando as limitações na oferta de serviços de saúde especializados nos RUC.

Esses dados destacam a importância da criação de políticas públicas que garantam o acesso equitativo aos serviços de saúde, educação, segurança, lazer e habitação para todas as camadas da população, incluindo as juventudes dos reassentamentos. Portanto, garantir o acesso igualitário a esses serviços torna-se essencial para promover o desenvolvimento humano e a qualidade de vida desses jovens, contribuindo para a construção de espacialidades urbanas mais inclusivas.

Desse modo, as políticas públicas desempenham um papel crucial na configuração das espacialidades urbanas das juventudes, moldando suas experiências e interações com o espaço urbano, sobremaneira quando as rupturas desencadeiam resistências e desafios no fazer cotidiano.

4.2 RUPTURAS E RESISTÊNCIAS NAS ESPACIALIDADES URBANAS DAS JUVENTUDES

Com base em Clarice Cassab (2019), a cidade é um cenário fundamental na vida dos jovens, em que suas experiências, identidade e relações se desenvolvem e se constroem. No entanto, é importante advertir que estas podem variar significativamente de acordo com origem socioeconômica, além de acesso a recursos e oportunidades. Tais desigualdades urbanas limitam ou ampliam as perspectivas dos jovens, afetando suas interações sociais e o desenvolvimento de sua identidade.

De acordo com o que foi previamente discutido, compreende-se que a produção das espacialidades urbanas das juventudes acontece sob conflitos e tensões, dada a magnitude das rupturas impostas pelo processo de reassentamento. Essas dificuldades se desdobram em vários desafios ao longo do trajeto, inicialmente evidenciados pela demora no deslocamento, fator causado pela empresa Norte Energia.

Ao analisar os dados apresentados, constatou-se a existência de obstáculos enfrentados durante o processo de deslocamento. Embora nem todas as juventudes tenham experimentado essas adversidades, há relatos expressivos que evidenciam problemas recorrentes, destacando, entre outros aspectos:

Demora no cadastro e retirada para os RUC: alguns jovens apontaram a demora por parte da empresa em cadastrá-los e transferi-los para os reassentamentos urbanos coletivos (RUC), o que estimulou a incerteza e a insegurança quanto ao novo espaço de moradia;

Dificuldades no cadastro das famílias: algumas famílias enfrentam dificuldades para serem cadastradas no julgamento socioeconômico da empresa, o que impossibilita sua indenização na forma de aquisição de casa no RUC, ou carta de crédito ou aluguel social, como estipulado nas condicionantes. Quando se refere ao conjunto família, e não diretamente às juventudes, é porque, no processo de deslocamento, eles ainda eram crianças e viviam sob a tutela de seus responsáveis; logo, somente nos RUC lhes é dada a temporalidade na qual estão reassentados, sendo eles são tratados como “juventudes”.

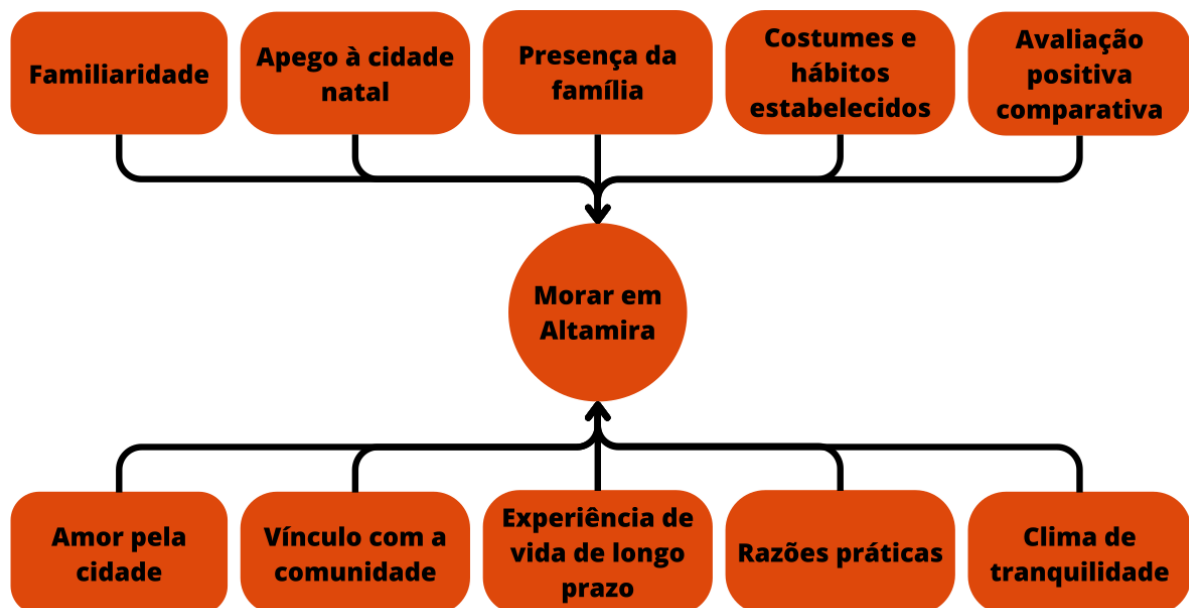
Resistência à saída do antigo bairro: parte das famílias manifestou a vontade de permanecer em seus bairros de residência devido a questões relacionadas ao sentimento de pertencimento ao lugar. Essa resistência resultou em estadias temporárias em vilas ou hotéis alugados pela empresa devido aos atrasos na entrega das casas nos RUC – além de que as áreas de palafitas estavam sendo desocupadas e demolidas.

Para tanto, o processo de deslocamento e reassentamento engloba uma série de desafios e emoções tanto para as famílias quanto para as juventudes afetadas. As dificuldades relatadas pelos entrevistados evidenciam a complexidade desse procedimento, destacando a necessidade de uma abordagem sensível e cuidadosa por parte das empresas e instituições responsáveis pelo reassentamento. Isso visa garantir o bem-estar e a integração adequada das comunidades reassentadas, especialmente considerando as problemáticas de adaptação e aceitação do novo espaço residencial – sobretudo quando o sentimento de pertencimento ao território de origem é marcante, associado, sobremaneira, à naturalidade municipal.

Assim, o vínculo com a cidade de Altamira, expresso por 96,7% dos entrevistados, ressalta como essas juventudes mantêm conexão emocional com a cidade, mesmo diante das transformações decorrentes do reassentamento. Esse sentimento de pertencimento à cidade reforça a ideia de Santos (2011) sobre a concepção do espaço geográfico não se tratar apenas de um ambiente físico, mas também de um cenário subjetivo, moldado pelas vivências e percepções singulares de seus habitantes.

O reassentamento dessas juventudes, portanto, não representou uma ruptura completa com o seu espaço de pertença, visto que o vínculo emocional com os antigos bairros de residência e com a cidade foram preservados na memória coletiva e permanece como importante fator de identidade e de pertencimento desses sujeitos, conforme ilustra a Figura 34, relacionada aos elementos de pertencimento a cidade.

Figura 34 - Sentimentos de pertencimento territorial das juventudes



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Assim, a identificação dos sentimentos de pertencimento à cidade é fundamental para as espacialidades urbanas das juventudes. Entende-se que, quando elas se sentem pertencentes à cidade, elas também se veem mais motivadas a participar da vida social, a reivindicar melhores condições de vida e a contribuir para o desenvolvimento da cidade – mesmo depois de terem sofrido rupturas territoriais.

Esse sentimento de pertencimento a um lugar não quer significa que não há dificuldades, conflitos ou tensões nos territórios, mas destaca a importância de conexões emocionais, laços familiares e simbólicos com a cidade, tendo-os, em sua grande maioria, como fatores motivadores para permanecer morando em Altamira, considerando os aspectos de:

- Familiaridade: Muitos mencionaram que moram em Altamira porque nasceram e foram criados na cidade, o que gerou forte vínculo de familiaridade e conforto com o lugar, onde apreciam a tranquilidade do local como uma razão para permanecer;
- Apego à cidade natal: Alguns afirmaram que têm um apego emocional à cidade por ser o local onde nasceram, e isso contribui para a decisão de continuar morando no local. Dessa forma, eles expressam seu amor pela cidade, destacando aspectos que consideram maravilhosos e agradáveis;
- Presença da família: A proximidade da família foi citada como uma razão importante para permanecer em Altamira, já que muitos têm familiares que vivem tanto no município de Altamira, como na zona urbana e rural;
- Costumes e hábitos estabelecidos: Alguns mencionaram que estão acostumados com a vida em Altamira, portanto, preferem não mudar para outro lugar, porque já desenvolveram laços fortes com a comunidade local;
- Experiência de vida de longo prazo: Alguns mencionaram que vivem em Altamira por muito tempo e têm uma vida estabelecida na cidade, o que as impede de considerar a mudança. Outros acreditam que a região é melhor do que outras cidades, embora não tenham experiência vivendo em outras localidades para fazer uma comparação objetiva.

Para tanto, a ideia de pertencimento a um determinado lugar é um fenômeno complexo, que é resultado da interação entre as pessoas e o espaço. Essa pode ser influenciada por diversos fatores, como a história pessoal, as relações sociais e as experiências vividas – conforme indica os elementos mencionados na Figura 34. Dessa maneira, quando se questiona as juventudes sobre a saudade do lugar, busca-se compreender justamente as experiências e

vivências que criam o elo de territorialidade, que, ao ser rompido, independentemente do fenômeno, desencadeia diversas implicações sociais e psicológicas, como destaca a fala do Entrevistado A (jan. 2024).

Belo Monte, com as suas ações, mexeu com o meu psicológico. Considero como o maior impacto que eles geraram em mim. Em 2015 tive que sair não só da minha casa, mas como da região onde vivi por muitos anos e criei bons laços humanos, culturais e ambientais. A realocação foi um momento em que eu não entendi bem por falta de informações da empresa Norte Energia S/A. E ao chegar no reassentamento Jatobá foi um outro baque, passo a estar em uma localidade totalmente diferente. Ainda não estava concluído, cheguei em um lugar que a única política pública que existia era a moradia, e que já apresentava más condições de estruturação em tão pouco tempo. Eu e assim como vários moradores não conseguimos entender o que é morar no RUC. (informação verbal).

Esse conjunto de sentimentos, expresso na fala do Entrevistado A, reflete as perdas e mudanças significativas durante o processo de reassentamento. A quebra dos laços sociais, a perda de espaços de convívio e lazer, bem como a sensação de desenraizamento contribuíram para os desafios na produção das espacialidades, e a saudade torna-se um dos elementos preponderantes.

Nesse contexto de deslocamento e rupturas das relações sociais, 50% dos jovens reassentados afirmam sentir saudade, 47,2% deles afirmam não sentir saudade e 2,8% não quiseram informar. Esse sentimento, portanto, apresenta diferentes conotações aos sujeitos: alguns afirmam preferir não senti-lo porque desencadeia nostalgia e tristeza, dificuldades de adaptação, sensação de deslocamento e perdas de redes de apoio, conforme corrobora a interpretação de Errante (2000, p. 155): “Rememorar frequentemente evoca sofrimento, e alguns podem preferir guardar as suas memórias como uma forma de evitar a dor”.

Dessa forma, a citação e os pontos destacados abordam a complexa relação entre a saudade territorial e a saúde mental dos sujeitos. Nesse sentido, como as juventudes foram compelidas a deixar seu lugar de origem, é comum que elas sintam profunda tristeza e nostalgia pela perda desse espaço, especialmente nos anos iniciais. As memórias associadas ao local de origem surgem carregadas de significado emocional, e a ausência desse lugar desencadeia sentimentos de luto e tristeza, como se destacam na fala do Entrevistado A.

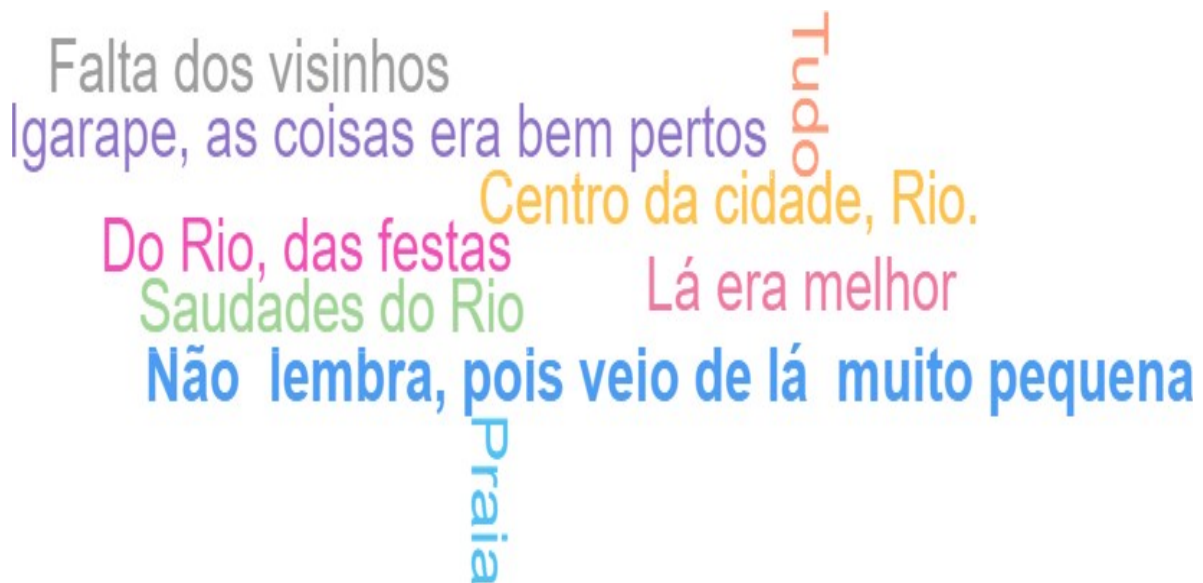
Entre aqueles que afirmaram sentir saudade do antigo bairro, é apontado que esta está relacionada, principalmente, às redes de amizades que foram desfeitas durante o processo de deslocamento compulsório. Além disso, menciona-se o rompimento das relações de

vizinhança com os pais, a perda do acesso ao rio e seus igarapés para atividades de lazer. Em menor medida, alguns jovens mencionaram sentir saudade da casa física em que habitavam.

Vale observar que o sentimento de pertencimento territorial se manifesta com maior incidência à medida que a entrevista avança. O sentimento de “pertencer àquilo que nos pertence”, como destacado por Santos e Silveira (2006, p. 19), reflete a ligação emocional e afetiva que as pessoas estabelecem com o local onde vivem, e em alguns casos, práticas anteriores são reinventadas no espaço posterior.

Ao perguntar sobre outros elementos saudosistas, é notado que o rio é o mais citado pelos jovens reassentados. Isso reforça a influência das espacialidades pretéritas sob as contemporâneas, cuja relação com o rio e seus igarapés desempenhou papel significativo em suas vidas anteriormente ao reassentamento, conforme ilustra a Figura 35. Além disso, menciona-se a falta de morar perto do centro da cidade, o que indica a falta de proximidade com os bens e serviços oferecidos pelo centro urbano. Ademais, a saudade dos amigos e dos pais também é mencionada, destacando a importância das redes e dos laços familiares para o senso de pertencimento e bem-estar das pessoas.

Figura 35 - Elementos de pertença e saudade no território pretérito



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Entende-se que a saudade do rio reflete a perda do acesso a um recurso natural significativo em termos de lazer, subsistência e identidade cultural, e o desejo de morar perto do centro pode estar relacionado à disponibilidade de serviços, comércio, educação e oportunidades de emprego – que são mais acessíveis nas áreas centrais. Além disso, a falta de

amigos e parentes sugere que as relações pessoais desempenham um papel importante no sentimento de pertencimento e bem-estar emocional, o que tem sido reordenado no espaço posterior – mesmo que não tenha conseguido manter as relações anteriores, novas estão sendo construídas.

Além disso, são indicativos das dificuldades enfrentadas pelos jovens reassentados na adaptação de um novo ambiente e reconstrução de suas redes de sociabilidades, cultura e modos de ser. Nesse caso, Santos (1996) argumenta que o lugar é um espaço vivido, que é produzido e reproduzido pelas pessoas. A saudade territorial é, portanto, um sentimento que expressa a relação emocional das pessoas com o lugar – como também interpreta Doreen Massey (2000) ao dizer lugar é uma construção social e resultado da interação entre as pessoas e o espaço, assim pensar o espaço é considerar o constante movimento entre identidades, conforme afirma a autora em:

[...] todas as negociações de lugar acontecem no movimento entre identidades que estão se movendo. Significa, também, [...] que qualquer política que apreenda as trajetórias em pontos diferentes está tentando articular ritmos que pulsam em diferentes compassos. Este é outro aspecto do caráter elusivo do lugar que torna a política tão difícil (Massey, 2000, p. 225).

Desse modo, compreende-se que a saudade territorial afeta a saúde mental das juventudes reassentadas, sobremaneira porque ela representa parte de uma identidade territorial rompida, e rememora-la desencadeia processos de tristeza, dificuldades de adaptação, sentimento de deslocamento e falta de pertencimento, dentre outros fatores, ainda mais quando esse sentimento é perpetuado por sua base familiar, em atos como o demonstrado na Figura 37 a seguir , onde elementos das suas residências anteriores foram levados para o RUC como forma de residência e manutenção de algumas práticas culturais.

Um exemplo tangível dessa resistência é a prática de famílias que optaram por levar as madeiras de suas casas para as palafitas como expressão de resistência à padronização imposta pelo empreendedor, além da simbologia do lar e do ambiente em que viveram antes de serem reassentadas. Essa prática foi uma forma de manter a conexão com o passado e rejeitar a uniformidade residencial imposta, tendo em vista que, com o tempo, considerando minha experiência de pesquisa no RUC Jatobá como já relatado, o que foi possível observar a construção de outras casas no fundo do quintal para agregados ou em virtude do aumento do núcleo familiar, como também a construção de cercas delimitando o terreno da residência.

Figura 36 - O concebido em contraste com as relações do vivido.



Fonte: acervo de campo da autora, 2015.

A imagem acima ilustra visualmente essa prática de resistência e fornece uma representação concreta das estratégias adotadas pelas comunidades reassentadas para preservar elementos de sua identidade e história. Essas ações refletem a complexidade das experiências dessas famílias durante o processo de reassentamento, evidenciando a necessidade de considerar não apenas as necessidades materiais, mas também as dimensões emocionais e culturais para garantir uma integração efetiva e respeitosa nos novos espaços habitacionais.

Sabe-se que o processo de adaptação a um novo território nem sempre é tranquilo, visto que as mudanças nas condições de vida, no ambiente e na comunidade podem ser estressantes e desafiadoras. Esses problemas na adaptação aumentam, então, os níveis de estresse e ansiedade dessas pessoas reassentadas, afetando sua saúde mental – conforme estudos do LEDTAM (2011/2023). Sentir-se deslocado e desenraizado de seu lugar de origem leva à sensação de falta de pertencimento no novo território, repercutindo em isolamento social, solidão e alienação – fatores de risco para problemas de saúde mental, como a depressão.

Para tanto, o processo de deslocamento e reassentamento não apenas desencadeou desafios práticos, mas também rupturas e resistências emocionais, especialmente em relação à saída dos territórios de origem. Essas manifestaram-se em um demorado processo de

aceitação e adaptação nos RUC, especialmente em relação ao rompimento das relações de amizades, das quais crianças e adolescentes utilizavam as redes sociais como mecanismo de resistência e manutenção de alguns laços (Oliveira; Conceição; Horizonte, 2014; Oliveira; Conceição, 2016).

No entanto, tais movimentos de identidades espaciais têm se reconstruindo ao longo do espaço-tempo, dos quais, a relação com as mídias sociais é um fator tanto negativo como positivo na vida desses jovens, positivo especialmente no que diz respeito ao uso das mídias digitais para manutenção das redes de sociabilidades preteritas ao RUC. Quanto ao fator negativo, atrela-se muito a dependência tecnológica como forma de manter-se ocupado nos tempos livres, podendo esses jovens usarem a ferramenta para outros fins, como a criminalidade além da vulnerabilidade a conteúdos inapropriados.

Ademais, com os desafios e as implicações de seu deslocamento forçado, houve a perda de suas tradições culturais e o acesso limitado a oportunidades educacionais e de emprego – além de viverem em áreas afastadas do centro da cidade, o que dificulta o acesso a recursos e serviços básicos. Desse modo, as mídias digitais têm desempenhado papel fundamental na vida das juventudes, possibilitando-as superar problemáticas e buscar oportunidades que, se dependesse de outra forma, estaria fora de seu alcance.

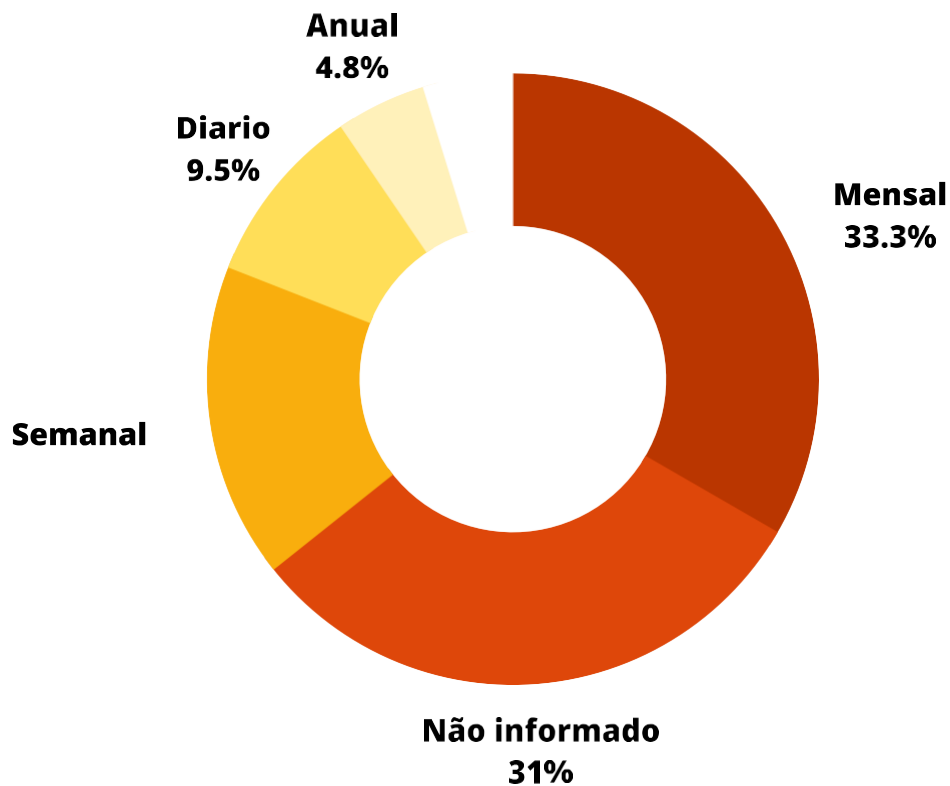
Essas ferramentas oferecem conexão com o mundo exterior, acesso à educação, meios para o ativismo e a preservação cultural, além de servir como uma forma de expressão e empoderamento. À medida que continuam a enfrentar os desafios da realocação, as juventudes reassentadas de Altamira contam com as mídias digitais como aliadas valiosas na busca por um futuro mais inclusivo – ou minimamente sentirem-se inclusos, já que a maioria deles tem acesso à internet, seja via rede WiFi (*Wireless Fidelity*, Fidelidade Sem Fio), seja por dados móveis.

Nesse contexto, identificou-se que 86,4% dos jovens reassentados têm acesso à internet para uso próprio, enquanto 13,6% compartilham com vizinhos devido à falta de recursos para possuir uma conexão individual, ou até mesmo por escolha. Porém, 2,7% dos jovens entrevistados não têm acesso algum à internet devido a questões financeiras – o que reflete as desigualdades sociais e econômicas entre os grupos, em que essa falta limita o acesso a oportunidades educacionais, de emprego ou de participação cívica.

Ademais, outro aspecto intrigante da vida digital desses grupos refere-se à frequência com que eles recarregam seus dados móveis. Os resultados revelam que a maioria realiza

recarga mensal de seus planos de celular. Isso sugere que muitos deles usam pacotes de dados móveis mensalmente. Mesmo diante das dificuldades financeiras, o acesso à internet é baseilar na vida cotidiana desses sujeitos, conforme ilustra a Figura 36.

Figura 37 - Gráfico de frequência de recarga de dados moveis.



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

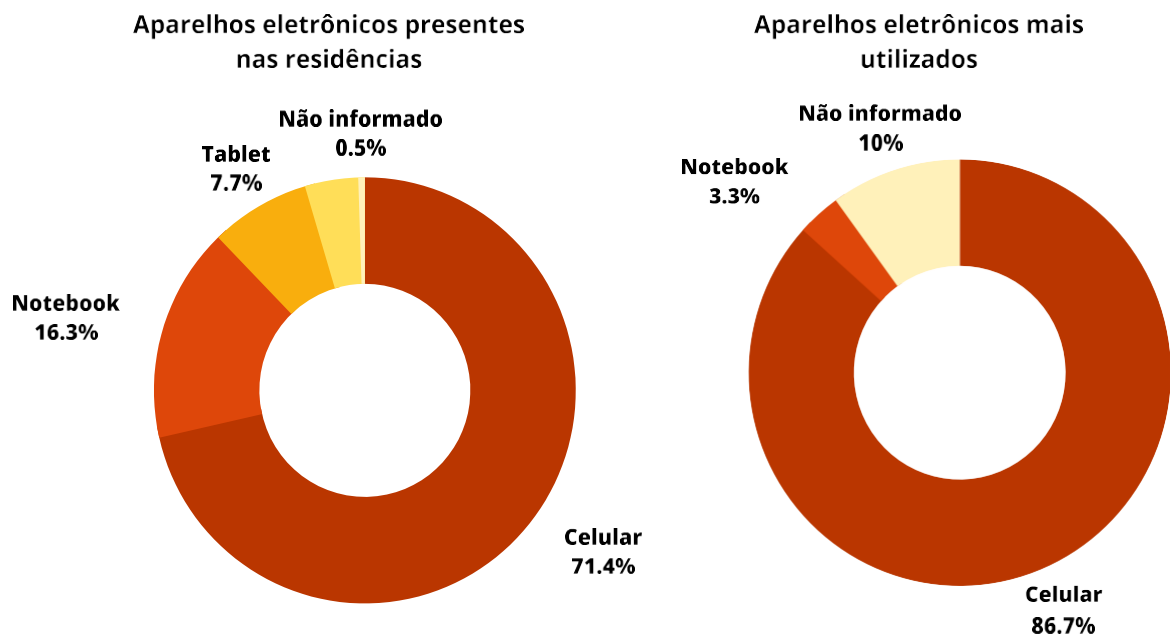
No entanto, um dado igualmente notável se refere à quantidade significativa de respostas “Não informada” (30%), podendo indicar a falta de recursos financeiros para uma frequência de recarga ou talvez a relutância em compartilhar essa informação. Caso seja esta última, ela pode estar relacionada a questões de privacidade ou à falta de compreensão sobre a importância de relacionar essa frequência à análise da tese, especialmente quando se considera a necessidade de educar os jovens sobre o uso responsável da internet.

Ademais, considerando o uso indispensável da internet no cotidiano, sobretudo na vida dos jovens, destaca-se que o acesso a dispositivos eletrônicos desempenha papel fundamental especialmente para os reassentados de Altamira. A estatística mais notável mostra que 71,4% deles têm acesso a celulares em suas casas, conforme ilustra o gráfico da Figura 37. Esse dado destaca a importância central desse dispositivo, visto que são usados para uma gama de

atividades, incluindo comunicação, acesso a informações, entretenimento e até mesmo para a educação escolar.

Além disso, a presença de *notebooks*, *tablets* e computadores de mesa também é significativa, embora em menor escala. Esses dispositivos oferecem oportunidades adicionais para fins educacionais e profissionais, ampliando o leque de habilidades e competências que os jovens podem desenvolver.

Figura 38 - Gráfico de uso de aparelhos eletrônicos.



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

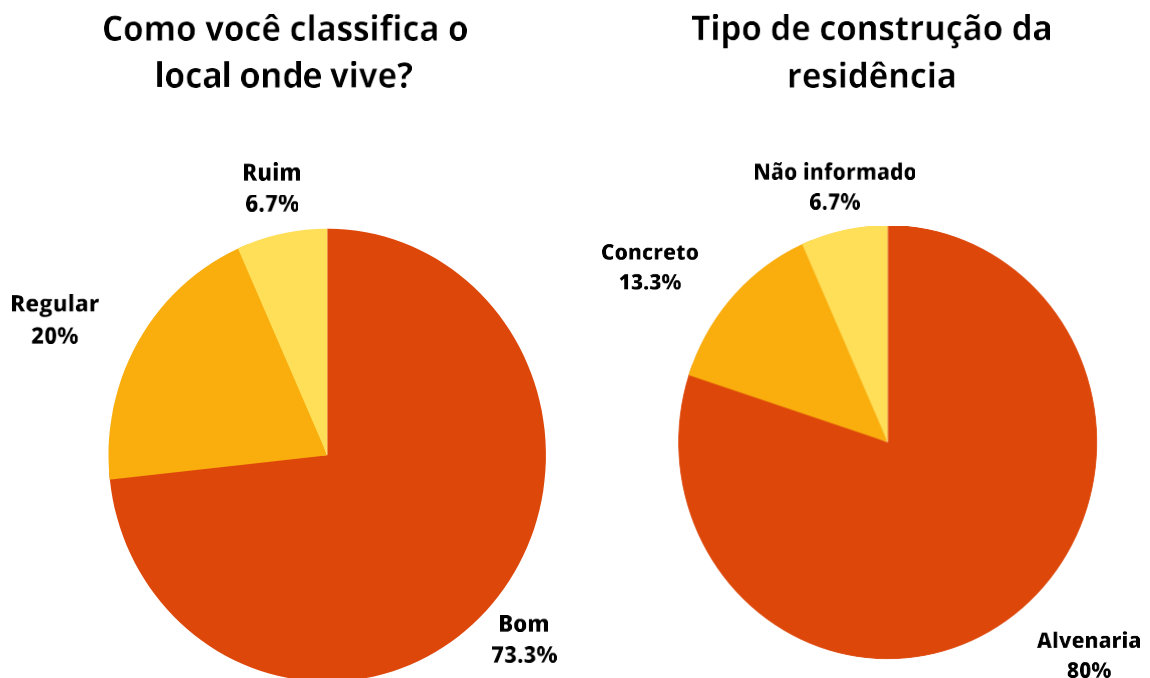
Outrossim, um aspecto interessante é o tempo que os jovens passam usando diferentes dispositivos, cuja maioria (86,7%) tem o celular como o dispositivo que mais consome seu tempo. Esse é um reflexo direto das características e da portabilidade dos *smartphones*, que são ideais para uma série de atividades cotidianas, desde a comunicação até o entretenimento, além do próprio aprendizado.

Para tanto, é notável que o número de jovens (3,3%) que mencionam o *notebook* como o dispositivo que mais usam é relativamente baixo. Isso pode sugerir que, apesar da presença desses dispositivos em casa, eles não são uma escolha predominante para atividades *online* prolongadas, e pode estar relacionado à preferência por dispositivos móveis mais práticos ou às limitações de acesso aos *notebooks*.

Isso deve ao estranhamento inicial em relação ao novo local, que ao longo do tempo

vai se transformando, ganhando outros substratos espaciais, novas identidades formando assimespacialidades urbanas juvenis. Exemplificação desse fenômeno, foi o resultado do questionamento realizado sobre suas percepções de mudança ou continuidade nas relações de sociabilidade com os RUC durante nove anos no local, os dados revelaram uma perspectiva interessante, em que 73,3% considera o local adequado para morar. Essa avaliação positiva está relacionada principalmente com a percepção da estrutura das casas, visto que 80% deles acredita que ela foi construída com alvenaria, o que remete a sensação de segurança e maior durabilidade, embora seja construída com material pré-moldado, o que resulta em alguns caso o sentimento inverso quanto a construção de alvenaria – conforme ilustra a figura do gráfico a seguir.

Figura 39 - Gráfico sobre a percepção do bairro



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Essa mudança de perspectiva sugere uma adaptação gradual das juventudes aos RUC. A ênfase na estrutura das casas destaca a importância dos aspectos físicos e materiais na avaliação positiva do local. Para tanto, esse *insight* revela como a percepção do espaço habitacional pode evoluir à medida que as comunidades reassentadas estabelecem uma relação mais próxima com as novas residências, destacando a complexidade das experiências de adaptação e aceitação.

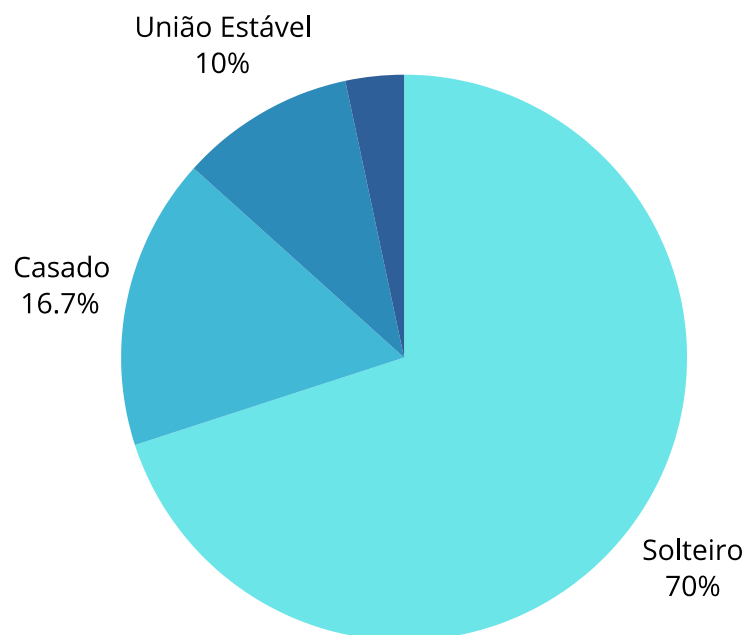
Já a preferência pela alvenaria está relacionada à ideia de que casas desse tipo são mais duráveis e oferecem maior conforto. No entanto, é interessante notar que uma parte significativa dos entrevistados (13,3%) está ciente de que elas são feitas de material pré-moldado. Tal consciência relaciona-se a uma percepção mais crítica em relação às condições de moradia ou a uma compreensão mais precisa da construção das casas.

Além disso, é importante destacar que uma parcela menor (6,7%) considera o local de moradia ruim. Essa avaliação negativa se relaciona a diversos fatores, como qualidade das casas, condições de infraestrutura do bairro ou adaptação das famílias ao novo ambiente, conforme demonstra a figura do gráfico acima.

Vale destacar que 90% das juventudes entrevistadas permanece composta por indivíduos reassentados pela Norte Energia. Essa proporção indica que esses jovens ainda habitam as residências destinadas a eles durante o processo de reassentamento, sendo que a maioria (90%) se encontra na condição de moradia própria – sugerindo um nível considerável de estabilidade residencial.

Contudo, é interessante notar que uma pequena parcela se encontra em situação de aluguel (3,3%), enquanto outros residem em casas cedidas por terceiros (3,3%). Essas circunstâncias refletem as diversas estratégias de moradia adotadas pelos reassentados, como a opção pelo casamento e a conseqüente necessidade de uma residência fora do domicílio familiar, conforme ilustrado pela Figura 40 do gráfico de *status* civil.

Figura 40 - Gráfico sobre o status civil das juventudes

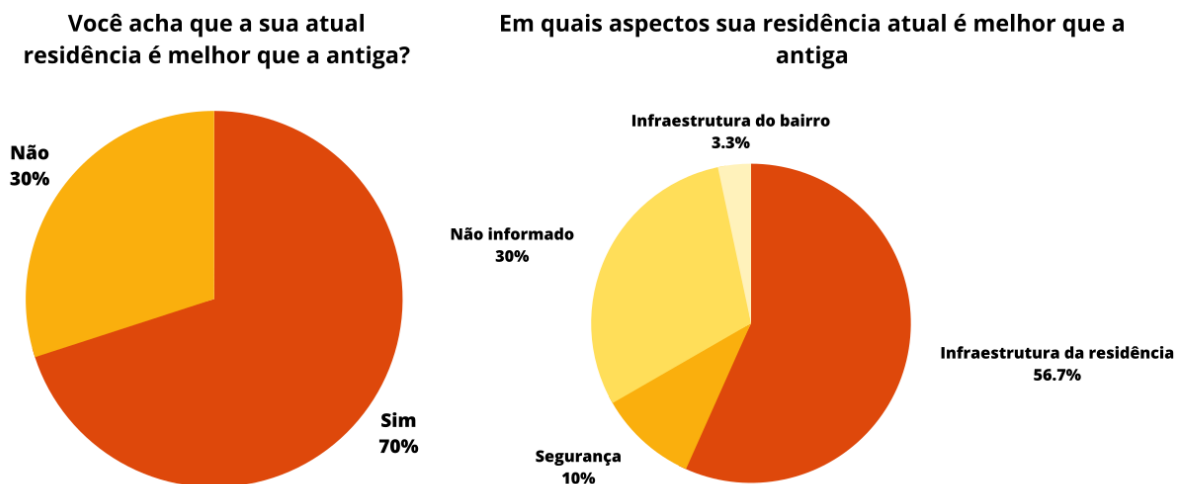


Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Faz-se necessário frisar que a grande maioria (90%) ainda é reassentada pela Norte Energia, pois alguns reassentados já venderam, alugaram ou cederam suas residências para outras pessoas. Essa distinção é fundamental para a análise, pois a discussão perpassa pela ruptura do espaço concebido, percebido e vivido e a construção de novas relações sociais no espaço pelas juventudes.

Nesse contexto, a percepção deles entre a atual residência e a anterior é um aspecto importante a ser considerado, pois permite identificar aspectos de melhoria ou piora nas condições de moradia após o reassentamento, conforme ilustra a Figura 41.

Figura 41 - Gráfico de percepção sobre as residências e habitações



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

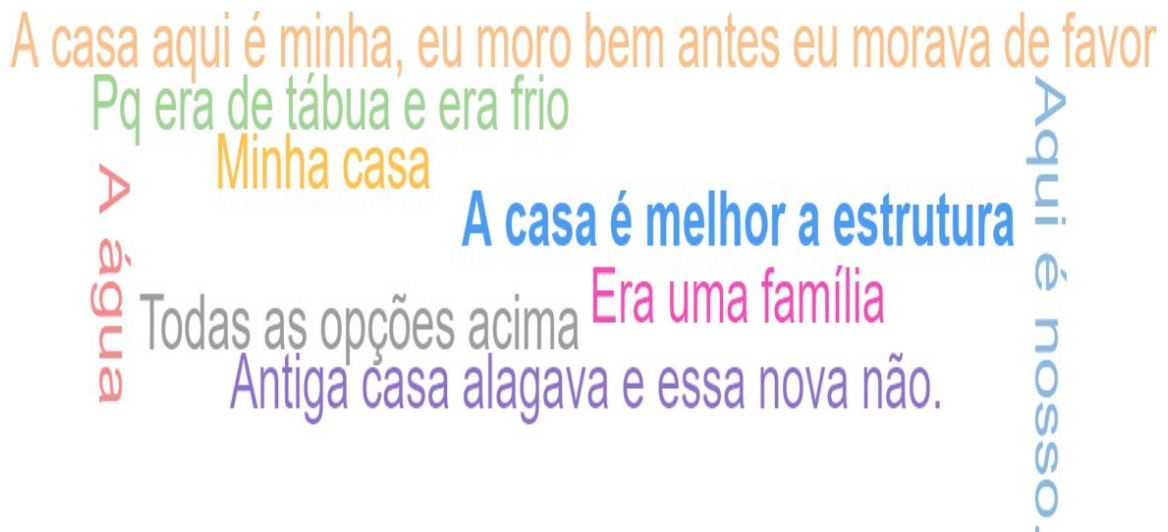
Compreende-se que a abordagem de perguntas fechadas, como “sim” ou “não”, limita a tentativa de compreender as complexidades das relações sociais e das experiências individuais. Para tanto, foi preciso aprofundar nos questionamentos a fim de entender efetivamente as percepções das juventudes em relação às suas condições de moradia.

Ao questionar sobre a residência atual, 70% dos entrevistados afirmaram que essas são melhores que as anteriores ao reassentamento, enquanto 30% consideraram que não são melhores. Ao explorar os motivos da maioria, foram identificados dois aspectos sobressalentes: infraestrutura do bairro e da residência, e o fato da casa ser própria – apesar de ainda não terem o seu título definitivo.

Em relação à infraestrutura, os jovens destacaram melhoria da qualidade da moradia, com água encanada, energia elétrica e saneamento básico. Quanto ao bairro, eles

mencionaram a melhoria da segurança pública, como diminuição da violência e da criminalidade devido à presença ou maior eficácia das forças de segurança na região. Além disso, eles não mais habitam áreas com risco de alagamento, fenômeno decorrente das cheias do Rio Xingu no período do inverno. A Figura 42 ilustra uma parte dessa perspectiva das juventudes:

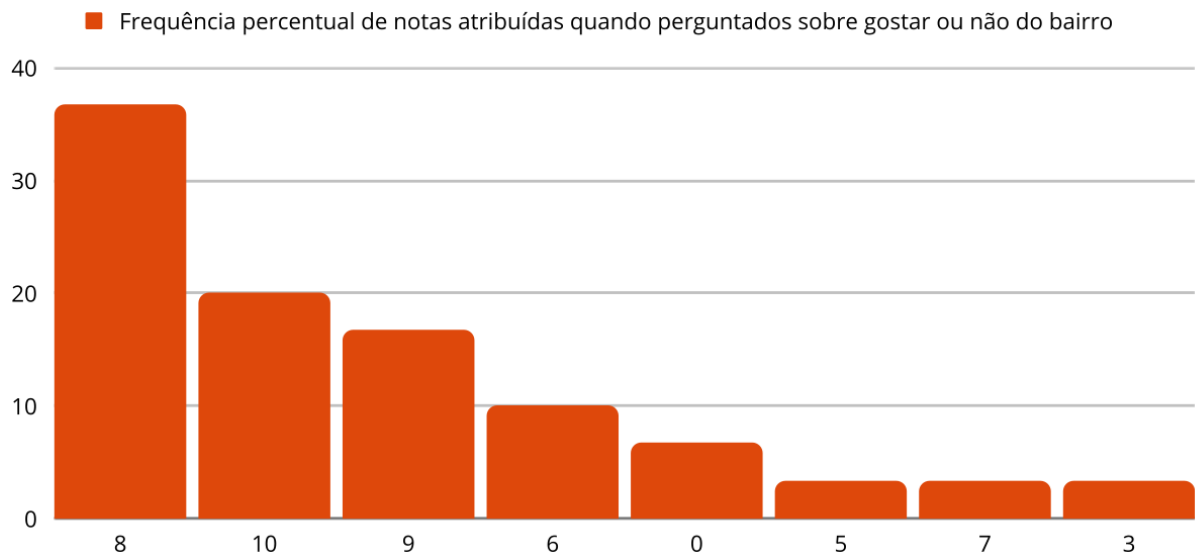
Figura 42 - Nuvem de palavras sobre a percepção dos aspectos residenciais



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Nesse cenário, ao serem solicitados para atribuir uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto gostam dos bairros RUC Jatobá e Laranjeiras, em média, 80% dos entrevistados atribuíram, no mínimo, a nota 8, conforme demonstrado no gráfico apresentado na Figura 43. Esse dado revela-se como um elemento significativo no processo de adaptação das juventudes aos RUC e contrasta com as informações coletadas até 2016, quando estudos de Oliveira e Conceição (2016) indicavam que, nesse período, os jovens afirmavam não gostar dos reassentamentos.

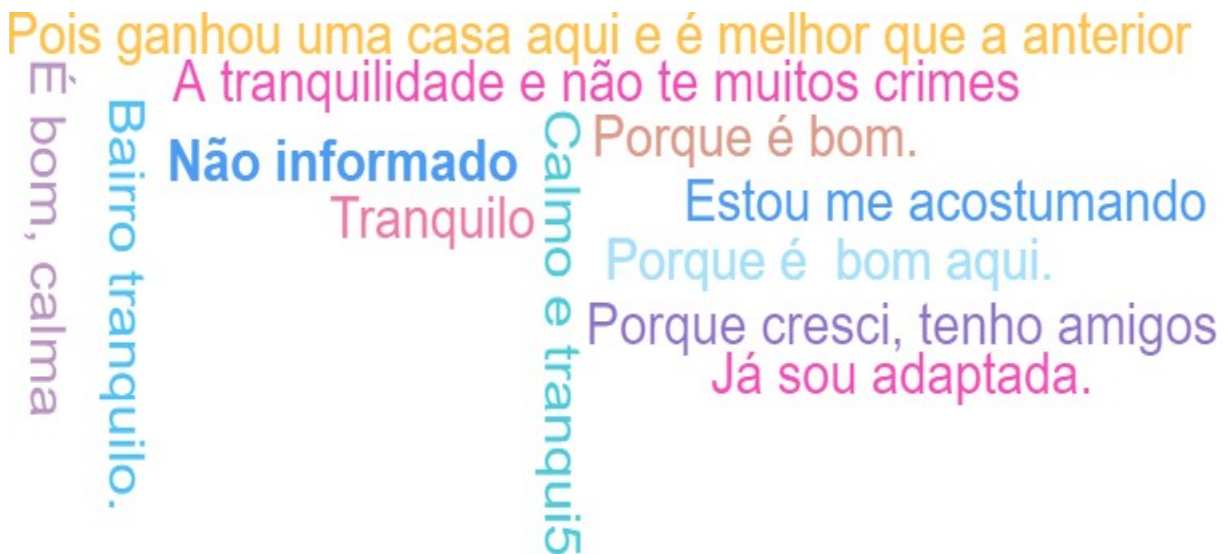
Figura 43 - Gráfico de frequência percentual sobre gostar ou não do bairro



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Para tanto, os 80% que expressaram gostar dos RUC justificam essa escolha com base na tranquilidade do bairro, no processo de habituação ao local e na construção de laços de amizades – aspectos difíceis de identificar nas falas dos entrevistados no início do reassentamento (ver Figura 44).

Figura 44 - Justificativas sobre gostar ou não do bairro



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

A significativa porcentagem que expressa gostar dos bairros dos RUC sugere um desejo genuíno de integração e pertencimento à comunidade e ao tecido social de Altamira por parte deles. Mesmo diante das dificuldades e dos desafios enfrentados na sua formação

sócio-histórica, essa demonstração de apreço ao território que está se formando indica uma disposição para se envolver ativamente na vida local – atrelando a isso fatores de vantagem e desvantagem para morar na região, tal como se apresenta a Figura 45.

Figura 45 – Vantagens e desvantagens de morar nos RUC



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

A Figura 42 remete à compreensão das espacialidades das juventudes em movimento. Neste caso, a apreciação pelos RUC – exposto por 80% das juventudes entrevistadas – elucidam ainda outros elementos interpretativos. A expressão “gostar”, por exemplo, pode ser interpretada como uma vantagem, pois indica que as juventudes se sentem confortáveis e integradas no novo espaço. Este fator é considerado positivo para a integração social e para a construção de uma comunidade coesa.

Além disso, a disposição delas para se envolver ativamente na vida local também é uma vantagem, visto que as juventudes podem contribuir para a melhoria dos RUC e para a construção de um espaço urbano mais justo e inclusivo. Entretanto, tanto vantagens quanto desvantagens podem variar de acordo com as preferências e necessidades individuais de cada pessoa, tais como se apresentam na estrutura organizacional abaixo:

Vantagens:

a. Tranquilidade: muitos residentes mencionaram que o bairro é tranquilo, calmo e sossegado, o que pode ser uma vantagem para quem busca um ambiente pacífico para viver;

b. Proximidade de serviços essenciais: alguns responderam que o bairro está próximo de serviços importantes, como escolas e postos de saúde, tornando a vida mais conveniente;

c. Infraestrutura aceitável: algumas pessoas destacaram que o bairro possui uma infraestrutura minimamente completa, incluindo boa pavimentação, coleta de lixo e até projetos para jovens – fatores de melhoria da qualidade de vida;

d. Segurança relativa: apesar de algumas respostas mencionarem falta de segurança, outras destacaram que o bairro oferece algum nível de segurança, o que é positivo para a maioria dos moradores.

Desvantagens:

a. Distância do centro: muitos mencionaram que o bairro fica longe do centro da cidade, o que pode resultar em dificuldades para acessar empregos, serviços e entretenimento;

b. Falta de iluminação noturna: algumas pessoas apontaram a falta de iluminação à noite como uma desvantagem, visto que afeta a segurança e o conforto dos moradores;

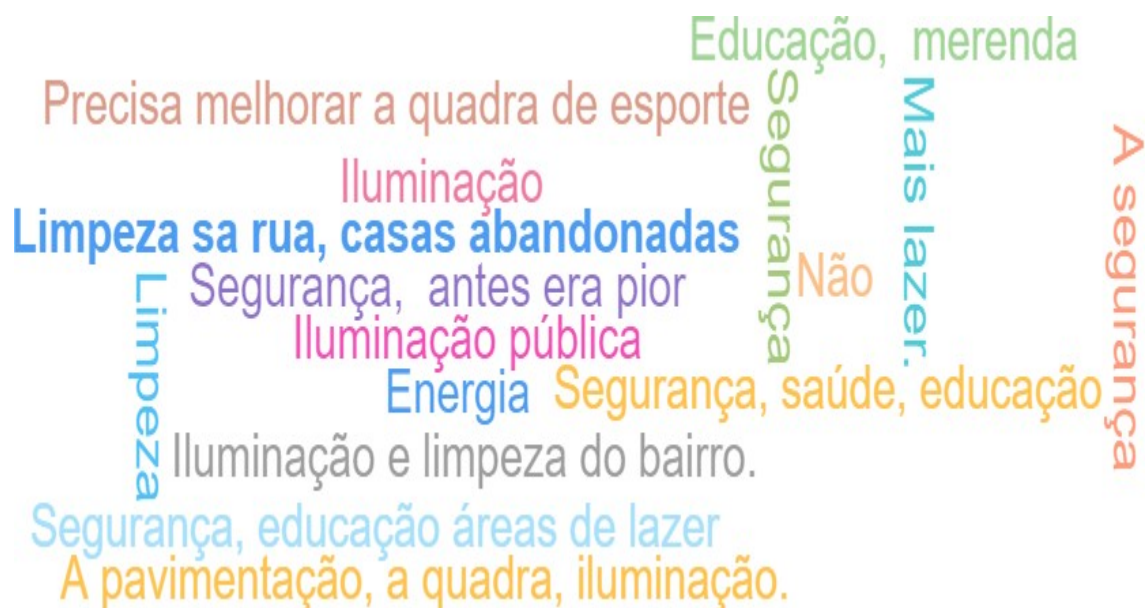
c. Violência e insegurança: alguns responderam que a falta de segurança é um problema, incluindo a violência e a sensação de abandono por parte das autoridades. Este ponto poderia contrastar com a percepção de tranquilidade visto outrora, porém, aquela não remete à não existência de conflito e tensão no local, mas sim ao ritmo da vida urbana nos RUC – tranquilo, calmo e sossegado, como as juventudes pontuam nas vantagens;

d. Falta de infraestrutura completa: a falta de infraestrutura completa é outra desvantagem mencionada pelos jovens, e inclui a qualidade do saneamento básico e a inserção de mais equipamentos públicos, como escolas, hospitais e centros de lazer.

Para tal, essas perspectivas e o desejo de fazer parte da comunidade é fundamental para uma integração bem-sucedida da cidade, visto que refletem a busca pela construção de laços sociais ao estabelecer relações de vizinhança e participar ativamente das dinâmicas sociais e culturais locais. Porém, os jovens não vivem de forma isolada na cidade; logo, para promover essa integração, é essencial que a região desenvolva políticas e programas específicos, direcionados às necessidades e aspirações das juventudes reassentadas nos RUC.

Essas iniciativas podem abranger desde a melhoria das condições de infraestrutura e serviços nos reassentamentos até a implementação de atividades culturais, esportivas e educacionais que facilitem a interação e a participação ativa dessas juventudes, conforme destacam os elementos extraídos de suas falas (Figura 46). O reconhecimento e a valorização de suas experiências e contribuições para a comunidade são passos essenciais para construir uma sociedade inclusiva e acolhedora. Portanto, desenvolver políticas que promovam a qualidade de vida e a integração social dos reassentados é fundamental para o progresso e a coesão social em Altamira.

Figura 46 - Elementos que podem ser melhorados nos RUC



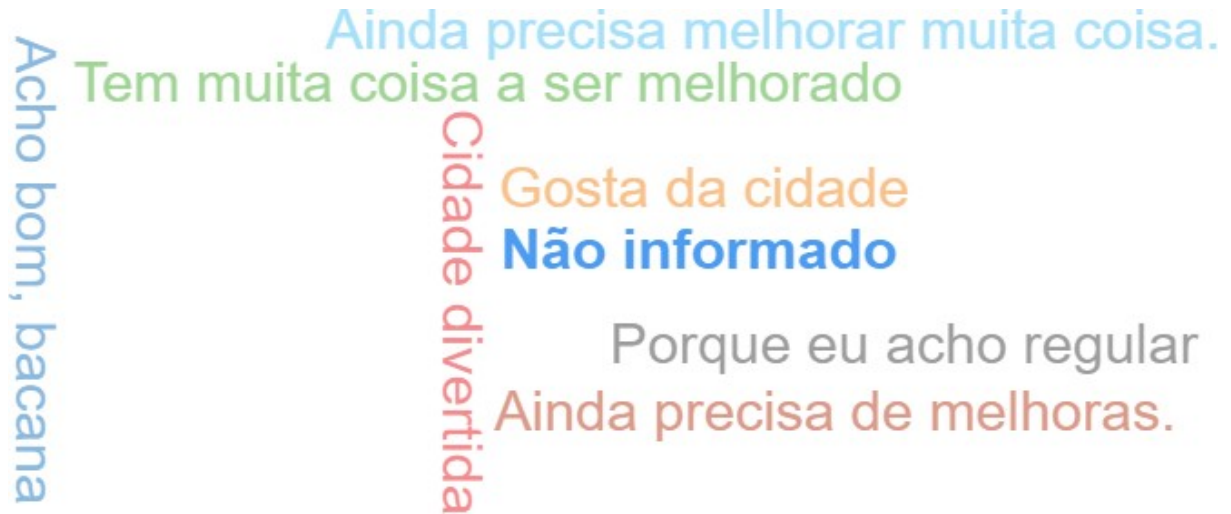
Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Em contrapartida, apesar da cidade ter alcançado indicadores significativos de tecnicidade e informação para atender as necessidades da hidrelétrica, as desigualdades sociais persistem, aumentando a segregação daqueles que já se encontravam vulneráveis ao modo de produção capitalista. As juventudes, moldadas nessa matriz segregacionista, são compelidas a reinventar-se no espaço, enquanto enfrentam a ausência e a ineficiência das políticas públicas em seu cotidiano, conforme corrobora a fala do Entrevistado A (jan. 204).

Lutar contra as ausências de políticas públicas é o maior desafio. Nos últimos anos, a empresa Norte Energia construiu espaços no âmbito da saúde, educação, esporte e lazer, mas há um certo limite em todos eles, fazendo com que nós saíamos do RUC, e daí vem outro impacto que é a longevidade criada por conta do distanciamento do RUC com o centro da cidade. (informação verbal).

Destaca-se, portanto, que as condições materiais de moradia desempenham um papel crucial na qualidade de vida desses grupos, influenciando diretamente na forma como percebem e vivenciam o espaço que lhes foi concebido. Ademais, ainda diante das desigualdades que demandam soluções prioritárias, observa-se que as juventudes, como sujeitos sociais, constroem suas identidades, estabelecem relações de pertencimento e reivindicam um espaço caracterizado pela equidade e melhoria, conforme expresso na Figura 47.

Figura 47 - Palavras que expressam percepções das juventudes sobre a cidade.



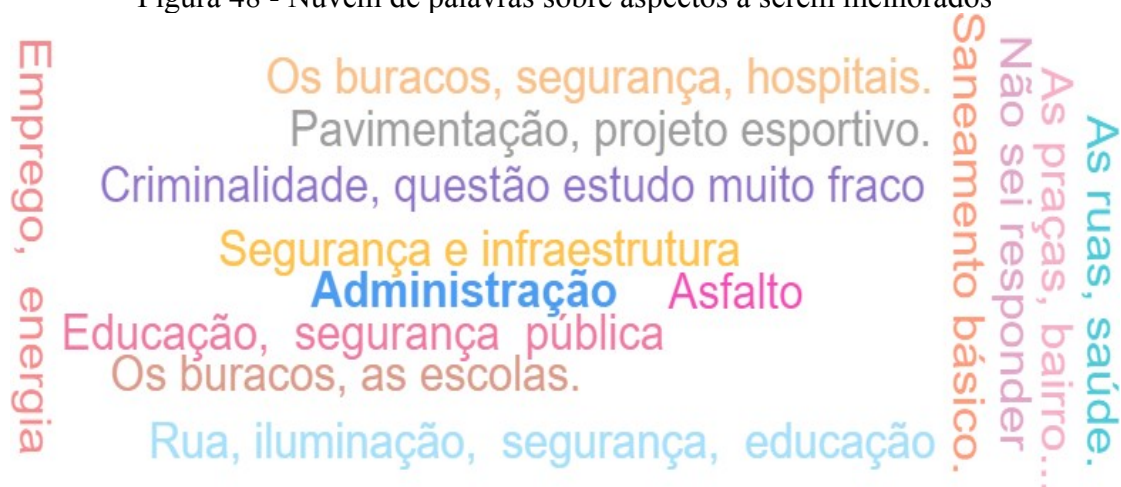
Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

A nuvem de palavras acima reflete as perspectivas dos jovens em relação à cidade de Altamira. Ao serem questionados sobre quais palavras sintetizavam suas percepções sobre a cidade, as respostas revelaram uma divisão de opiniões, oscilando entre a necessidade de melhorias em diversos aspectos e a percepção positiva de que este é um ambiente divertido e agradável.

Logo, a complexidade dessas respostas evidencia a multiplicidade de experiências e perspectivas desses jovens em relação ao espaço urbano que habitam. Enquanto alguns apontam para áreas de oportunidade e para a necessidade de aprimoramento, outros destacam aspectos positivos relacionados à diversão e ao espaço agradável que é a cidade.

Quando questionados sobre as áreas que mais necessitam de melhorias, as juventudes destacam uma série de aspectos, incluindo pavimentação, hospitais, segurança, saúde, praças, empregos, energia, educação, saneamento, combate à criminalidade, administração, entre outros, como ilustra a Figura 48, referente à nuvem de palavras. Essas demandas apontam para a complexidade das necessidades locais, reforçando a importância de ações efetivas que abordem diversas frentes para promover o desenvolvimento socioespacial e a qualidade de vida para as juventudes em Altamira.

Figura 48 - Nuvem de palavras sobre aspectos a serem melhorados



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Neste cenário socioespacial, torna-se imprescindível suprir essas deficiências institucionais e desenvolver mecanismos para atender às necessidades dos jovens de Altamira – referente a todas as juventudes, não se limitando apenas àquelas nos reassentamentos. Isso se deve ao fato de que a estrutura socioespacial da região exerce certa influência nas condições de vida de todos os habitantes, refletindo na distribuição desigual de recursos públicos – com maior investimento no núcleo central da cidade e menos recursos destinados a outras áreas, como os RUC.

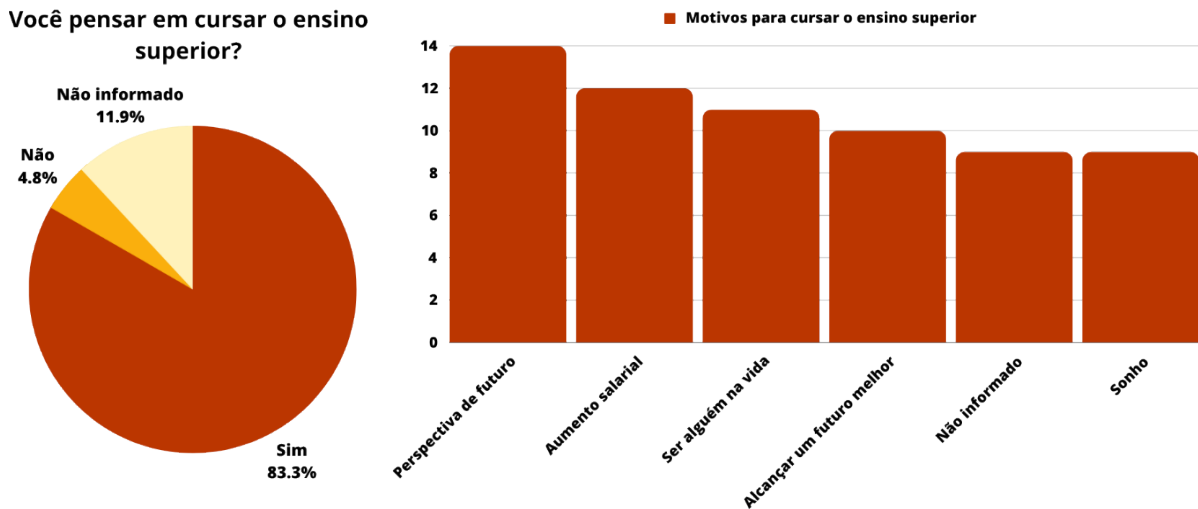
Essa disparidade não limita e dificulta somente as oportunidades de emprego, lazer e, especialmente, de educação, mas também viola os princípios do Estatuto das Juventudes, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, conforme expresso no Art. 1º. Essa legislação estabelece, entre outros princípios, a promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem (V do Art. 1º) (Brasil, 2013).

Além disso, a disparidade presente nas oportunidades oferecidas afeta diretamente as diretrizes gerais do Art. 3º do Estatuto, que estipulam que os agentes públicos ou privados, envolvidos com políticas públicas de juventude, devem proporcionar atendimento de acordo com as especificidades dos jovens perante órgãos públicos e privados, prestadores de serviços à população (IV do Art. 3º). Isso visa garantir o gozo de direitos, simultaneamente, nos campos saúde, educação, política, economia, social, cultural e ambiental. Além disso, deve-se garantir meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre (V do Art. 3º).

Essas violações tornam-se ainda mais preocupantes quando considerada a diversidade das expectativas de futuro dos jovens. Mesmo diante das dificuldades em cursar e concluir o

ensino fundamental ou o médio, eles almejam continuar e cursar o ensino superior. Os motivos para tal decisão variam, incluindo o desejo de ingressar no mercado de trabalho – perspectivas futuras, aumento salarial, “ser alguém na vida”, alcançar uma profissão melhor –, ou porque é um sonho da família. Essas diferentes motivações são evidenciadas pela ilustração da Figura 49, com os gráficos.

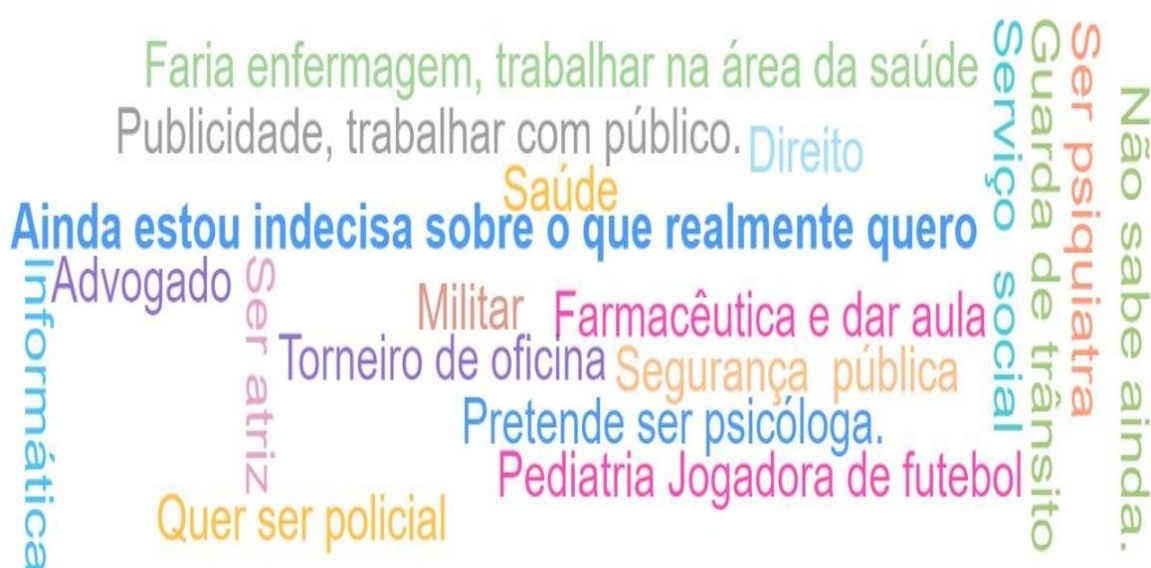
Figura 49 - Gráficos com perspectivas futuras das juventudes



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Nesse contexto, é relevante mencionar que a maioria dos jovens que almeja ingressar no ensino superior tem como objetivo conquistar uma vaga em cursos relacionados às áreas do Direito, Segurança Pública e Serviço Social, como ilustrado na Figura 50 a seguir. No entanto, cabe ressaltar que as universidades públicas em Altamira – UFPA E UEPA – não oferecem tais cursos, o que representa mais um obstáculo para a educação dessas juventudes. A oferta de cursos ainda se concentra, predominantemente, em licenciaturas e áreas agrárias, não acompanhando as demandas atuais do mercado de trabalho na cidade.

Figura 50 - Cursos almejados pelas juventudes reassentadas



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Essa discrepância entre as aspirações educacionais dos jovens reassentados e a oferta de cursos disponíveis evidencia um descompasso significativo, afetando diretamente a capacidade deles de escolherem carreiras alinhadas aos seus interesses e necessidades, tendendo, assim, a buscar alternativas, como cursar uma faculdade privada ou se deslocar para outra cidade. Essas, porém, podem ser inviáveis devido aos custos ou à distância.

Para tal, a falta de oferta de cursos nas áreas de interesse das juventudes reassentadas também representa uma problemática para o desenvolvimento da cidade – esta que precisa de mais profissionais qualificados nas áreas do Direito, Segurança Pública e Serviço Social para enfrentar e combater as desigualdades socioespaciais das quais as juventudes destacam, como a violência e a desigualdade social – que condicionam suas espacialidades urbanas no fazer cotidiano, desde o lazer, representado pelas brincadeiras nas ruas, nas calçadas e nos demais espaços públicos da cidade, até as relações de consumo e trabalho.

4.3 AS PRÁTICAS COTIDIANAS DAS JUVENTUDES E A CIDADE

O espaço é o cenário onde os eventos ocorrem e as interações sociais se desenrolam. As espacialidades urbanas das juventudes reassentadas representam um processo ativo de transformação e criação na dinâmica de produção do espaço urbano de Altamira. Para tal, tem-se as espacialidades das juventudes em constante movimento e mudança, buscando seu lugar no espaço geográfico e construindo suas identidades, conforme corrobora a interpretação de Cassab (2016, p. 5).

Nesse sentido, os jovens, mediante suas práticas e vivências, vão cotidianamente produzindo e (re)organizando o espaço e a si mesmos. Ou seja: *pari passu* a produção espacial, eles vão se constituindo como sujeitos e vivendo sua juventude também como condicionante espacial. A produção do espaço – como relação social – é, simultaneamente, a produção do próprio sujeito jovem e de sua forma de viver a juventude. Essa experiência espacial implica a presença efetiva do sujeito no espaço e que, em primeiro lugar, é uma vivência corpórea.

Compreende-se, então, que a produção do espaço urbano de Altamira, como relação social, acontece simultaneamente à construção do sujeito jovem e suas formas de viver. Assim, a produção do espaço desigual afeta diretamente a produção das espacialidades dos reassentados, cujo fator “distância do núcleo central até a cidade” é um dos elementos preponderantes para a segregação socioespacial, conforme frisa a fala do Entrevistado A (jan. 2024). “E tenho vivido com muita dificuldade na cidade; o que mais me afeta é a longevidade, em todos os dias, quando vou ao trabalho, e a insegurança que me faz ter limitações de horários.” (informação verbal).

O trecho destacado elucidada que a localização de determinado bairro, sobremaneira quando considerado periférico nas suas atribuições de infraestrutura e serviços, implica diretamente na produção das espacialidades urbanas das juventudes, que, antes de serem reassentadas, tinham suas residências próximas aos espaços de encontro coletivos, individuais e culturais.

Dessa forma, a distância dos RUC ao núcleo central da cidade aumenta o tempo e o custo, restringindo as oportunidades de interação social e o acesso a serviços e bens de consumo, como dificuldade para se deslocar à escola, a parques ou praças, e para o próprio trabalho. Ademais, restringe a integração com outros jovens e a sua participação em atividades sociais e culturais que ultrapassem a fronteira do bairro.

Portanto, pode-se afirmar que a localização dos reassentamentos desempenha um papel significativo na configuração das experiências espaciais das juventudes reassentadas. Além das dinâmicas espaciais construídas ou reinventadas dentro de seus bairros, esses jovens também precisam participar da vida urbana mais ampla, contribuindo para superar a segregação socioespacial. Isso implica em ultrapassar as fronteiras que tradicionalmente dividem a produção do espaço urbano, promovendo uma contra-racionalidade que valoriza a inclusão e a diversidade nos espaços públicos da cidade.

Embora a ambientação dos RUC seja um fator contribuinte para a segregação socioespacial dos jovens em relação aos espaços públicos da cidade, observou-se a presença reduzida de pessoas em locais como praças, parques ambientais e na praia artificial da cidade. Esse dado pode indicar o início de contra-racionalidade, refletindo em práticas alternativas de sociabilidade e que ultrapassam as fronteiras dos reassentamentos.

Aos finais de tarde dos finais de semana, é possível observar a presença das juventudes no parque Ambiental do Igarapé Altamira. Entretanto, é no período das férias escolares que essa se torna mais notável – fator que, anteriormente, era comum, já que eram espaço de moradia, quando as residências das palafitas compunham o cenário desses espaços. Após serem requalificados pela empresa privada Norte Energia, esses parques tornaram-se locais de lazer e são frequentados por diversos jovens, que podem ser vistos praticando atividades, como andar de bicicleta, e brincadeiras ao ar livre, como soltar pipas. Tais atividades foram registradas a partir do imageamento aéreo abaixo, na Figura 51.

Figura 51 - Brincadeiras de soltar pipas no parque Ambiental do Igarapé Altamira



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

A fotografia acima retrata a prática da brincadeira de soltar pipas no parque ambiental da cidade, envolvendo uma variedade de pessoas de diferentes gêneros. Embora não seja possível identificar com clareza as pipas e os jovens, a imagem representa um momento de socialização entre os participantes, incluindo jovens reassentados dos RUC Jatobá, Água Azul e São Joaquim – como mencionaram alguns dos jovens com quem conversamos.

Cerca de 35 jovens foram observados praticando a brincadeira de pipa, fato que destaca

a relevância do debate sobre como o objeto técnico UHE Belo Monte, ao longo de 12 anos, influenciou as práticas e os modos de vida das juventudes. Após um período de aproximadamente 9 anos de reassentamento é que esses grupos começaram a adotar novamente essa prática, mostrando uma tentativa de reinventar-se no espaço através de suas tradições culturais – apesar das dificuldades socioespaciais. Isso ressalta que o soltar pipa (Figura 52) não é uma atividade exclusiva dos reassentados, mas que fazia parte de sua rotina, prévia ao deslocamento pela hidrelétrica.

Figura 52 - Jovem produzindo espacialidades – brincando de soltar pipa.



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Assim, a apropriação desses espaços pelos jovens é um indicador tangível de seu desejo de influenciar a forma como a cidade é usada e percebida. A transformação dos espaços de palafitas em parques representa uma reconfiguração do espaço ao seu interesse, abrindo espaço para as práticas alternativas de espacialidades. As juventudes, ao ocuparem esses ambientes de maneira tão criativa e vibrante, reivindicam, portanto, seu direito de viver a cidade.

Outrossim, o fato de que essas novas atividades ocorrerem principalmente nos finais de semana é indicativo da importância do tempo livre que eles possuem, em que este não é apenas um período para descanso, mas também um momento em que as reflexões sociais são intensificadas e as atividades de lazer são realizadas. A ocupação dos parques com brincadeiras como soltar pipas nos finais de semana sugere que esses grupos estão encontrando maneiras de romper com as fronteiras dos RUC, reinventando suas práticas

sociais em um espaço que já foi o “quintal” de sua residência.

Além disso, a prática de sociabilidade das juventudes nesse espaço urbano revelou uma outra perspectiva. Observou-se a presença de crianças e jovens adentrando o igarapé em busca das pipas caídas, conforme ilustra a figura a seguir. Apesar dos riscos de afogamento pela existência de poços de água profundos, e o encontro com animais indesejáveis, como sucuris – espécie predominante nessas áreas de igarapés e da fauna amazônica –, eles parecem adentrar com bastante tranquilidade. Isso pode ser atribuído ao fato de que essas mesmas águas antes eram seu quintal, onde tomavam banho, pescavam.

Figura 53 - Criança adentrando o igarapé em busca de pipas caídas



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

A presença ativa de crianças, adolescentes e jovens nos Parques Ambientais de Altamira, engajados em atividades de lazer, demonstra a habilidade desses grupos na adaptação aos novos espaços e na forma de encontrar maneiras de se apropriar e atribuir significados a esses locais, representado também nas práticas de grafismos e nas pistas de *skate*, conforme ilustra a figura abaixo.

Figura 54 - Marcas de expressão dos jovens na pista de skate



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Essas expressões e as atividades praticadas refletem a resiliência e a criatividade das juventudes, pelo qual “Podemos afirmar que a cultura juvenil tende a transformar os espaços físicos em espaços sociais, pela produção de estruturas particulares de significado” (Dayrell, 2004, p. 13).

Para tal, essas práticas não oferecem apenas um novo significado para os espaços urbanos, mas também reafirma o poder do espaço público na construção de identidades e relações comunitárias. Ademais, revela que a produção do espaço urbano não é apenas do espaço físico, mas também das relações sociais que se formam *a pari passu*, revelando um processo complexo e que exige atenção de múltiplos aspectos sociais, como o lazer. Logo, o espaço público compreende-se como lugar de encontros, conforme corrobora Cavalcanti (2013, p. 4).

Os espaços públicos são lugares da coabitação, de encontro e de copresença onde se podem expressar as infinitas diferenças, das divergências, das contradições. Sendo assim, eles promovem e ampliam as possibilidades de construção de cidadania, quando se efetivam as práticas coletivas.

A afirmação de Cavalcanti (2013) revela-se pertinente quando aplicada também às práticas de sociabilidade das juventudes nos reassentamentos. Através de repetidas incursões no campo, foi possível registrar uma variedade de atividades cotidianas e envolvendo pessoas de diversas faixas etárias, com foco particular em crianças, adolescentes e jovens. Estes

utilizam a igreja, a quadra, o Rio Xingu, mas principalmente as ruas e calçadas como locais de encontro e socialização em suas rotinas com o intuito de praticar atividades como futebol, sair com os amigos, jogar futsal, dançar na igreja, dentre outros, como ilustra a Figura 55 da nuvem de palavras.

Figura 55 - Atividades de lazer das juventudes reassentadas.



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Essas atividades de lazer, embora não sejam praticadas no mesmo bairro de residência, revelam como os jovens se organizam e produzem as espacialidades desde a relação com a rua de seu bairro ou de outra localidade, até espaços públicos e privados da cidade. Vale ressaltar que cada atividade tem uma localidade específica para ser desenvolvida, ou porque os RUC não têm os espaços desejados, ou porque os grupos de amizades estão em bairros circunvizinhos ou em outros reassentamentos para além dos bairros do centrais, conforme a Figura 56.

Figura 56 - Localidades para práticas de lazer das juventudes reassentadas



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Ademais, os espaços públicos desempenham um papel importante na construção da identidade das juventudes, visto que são lugar de expressão cultural, de convivência e de sociabilidade. Para as juventudes, esses ambientes são particularmente significativos, pois são uma extensão de seus lares, um lugar para encontrar amigos e vizinhos e um meio de se sentirem conectados a sua comunidade e a sua cidade.

Para tal, a frequência do uso das ruas e calçadas, especialmente ao entardecer, por pessoas de todas as idades e gêneros, sobretudo as juventudes, é o que transforma esses espaços em locais de encontro, conversa e contemplação, além de evidenciar a diversidade de pessoas na construção de uma identidade coletiva e *pari passu* a produção do espaço.

Já a ocupação do espaço público por moradores de reassentamentos revela resiliência e resgata memórias e práticas culturais enraizadas nas áreas de origem. Essas práticas, como vigiar os filhos brincando nas ruas, conversar com os vizinhos sobre o dia a dia e se sentar à frente de casa com o celular na mão, impulsionam redes de sociabilidade e relações de territorialidade. Elas podem ser observadas, por exemplo, nas brincadeiras de crianças e jovens em uma quadra de basquete improvisada, no meio de uma rua, conforme ilustra a Figura 57.

Essa quadra é resultado da colaboração entre jovens, crianças e moradores da rua onde está localizada, conforme indicado pelo Entrevistado B (jan.2024).

Inicialmente, quem construiu lá foi eu, né? Aí foi o dono daquela casa que o portão fica em frente, o apelido dele é careca. Foi o “moço” que é vizinho. Todos nós somos da mesma rua, essa mesma parte da rua. E todo mundo mora junto, perto do outro. Aí os criadores foram eu, o careca, “o moço” [...] nós que iniciamos. Não era daquele jeito, a gente só marcava o chão, o asfalto, com pedaço de pedra, um giz, né? Nós botava um aro, tinha um arozim, pequeninim, só que não era só um aro como é hoje em dia. [...] isso aí foi mais ou menos entre 2018 e 2019. (informação verbal).

Figura 57 - Quadra de basquete improvisada na rua

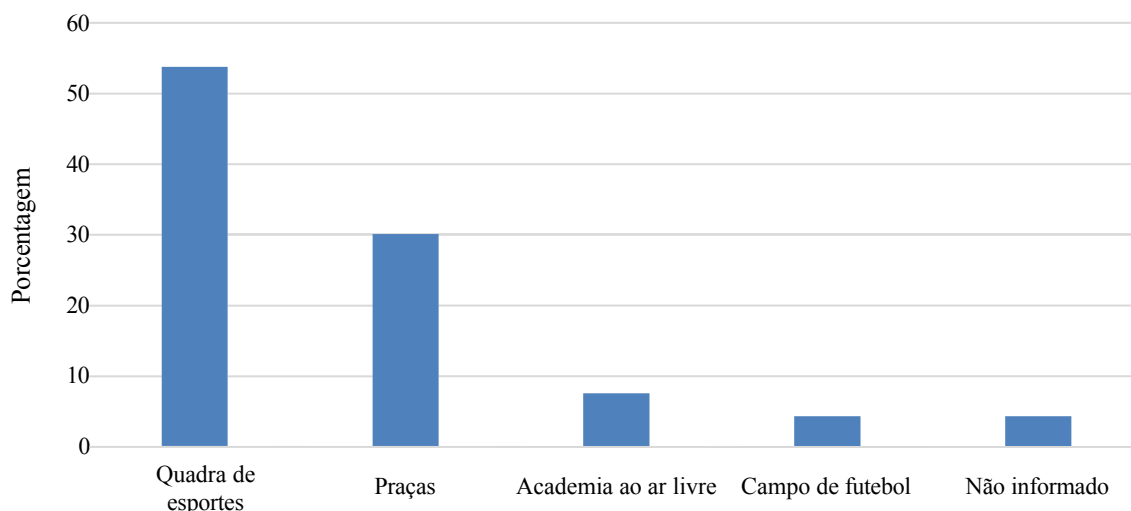


Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

A Figura 57, embora não ilustre nitidamente os aspectos da sociabilidade descritos acima, são representações cruciais na construção das espacialidades urbanas das juventudes e da temporalidade espacial, que faz parte desse processo. Por muito tempo, esses ambientes não foram utilizados para a socialização devido à reclusão socioespacial (Conceição *et al.*, 2021) – nos quais os jovens tendiam a permanecer dentro de suas residências devido ao medo do bairro, à adaptação a um novo ambiente de moradia e à violência estigmatizada.

Para tanto, a utilização de ruas e calçadas como espaços de sociabilidade nos reassentamentos reflete não apenas a adaptação ao novo ambiente, mas também a resiliência e a capacidade de reconstruir relações de pertencimento territorial. O sentimento de saudade, referente ao antigo local de moradia, especialmente em relação às redes de amizades, demonstra o valor dessas relações para os jovens reassentados. Mesmo diante das mudanças e dos desafios impostos, eles encontram maneiras de reconstruir as conexões emocionais e sociais em seu novo ambiente, como ilustra a Figura 58 do gráfico.

Figura 58 - Gráfico das áreas de lazer utilizadas



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

O gráfico destaca as áreas de lazer frequentemente utilizadas pelas juventudes, sendo notável que a maioria delas está situada dentro dos reassentamentos, com exceção das praças. Embora as quadras poliesportivas nos RUC possuam uma estrutura física considerável, é importante ressaltar que essa configuração não engloba todas as modalidades esportivas praticadas na comunidade reassentada.

Ao explorar as atividades de lazer – esportivas ou não – das juventudes reassentadas, observou-se uma diversidade de atividades mencionadas, incluindo esportes de ataque, como o futebol de quadra, futebol de campo e futsal. Além disso, destacam-se as atividades recreativas, como brincadeiras da infância, a prática da dança e os banhos no rio, que são apontados como maneiras divertidas de aproveitar o tempo livre, conforme ilustra a Figura 56, referente à nuvem de palavras sobre os locais das práticas de lazer.

Desse modo, embora as quadras ofereçam um espaço valioso para algumas atividades esportivas, esses grupos demonstram a necessidade de espaços mais diversificados e que atendam a uma gama mais ampla de interesses. Essa percepção destaca a importância de considerar as variadas preferências das juventudes no planejamento e desenvolvimento de áreas de lazer nos reassentamentos, que podem ser aplicadas a outros modelos habitacionais, como o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Além disso, a presença de “quadras”, no plural, remete a uma por reassentamento, e ressalta que a construção de uma quadra de esportes em cada RUC, como parte da estrutura basilar desses bairros, não implica, necessariamente, na inclusão ou implementação da política de lazer para crianças e jovens. Ao invés disso, sua existência

destaca a necessidade de que, tanto o setor privado quanto Estado e municípios, devem estar atentos para as especificidades locais e para a concretização de espaços que verdadeiramente desempenhem uma função social equitativa, e não apenas construir um espaço físico – como é o caso da quadra poliesportiva nos RUC, conforme ilustra a Figura 59 .

Figura 59. Quadra esportiva dos RUC Laranjeiras e Jatobá



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

A ausência de atendimento à equidade e das singularidades individuais é evidente a partir do momento em que as juventudes, em resposta à falta de espaços de lazer adequados, proporcionados pelo setor privado e pelo Estado, constroem alternativas de lazer. Observou-se que lugares, como campos de futebol improvisados em meio-fio, conforme ilustrado na Figura 60, são pontos de encontro cotidiano, sobremaneira ao entardecer, identificado e monitorados por meio de várias idas a campo entre 2021 e 2023.

Figura 60 - Campo de futebol improvisado no meio fio dos RUC



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

A presença de um campo de futebol improvisado no meio-fio ilustra a capacidade dos jovens de transformar o espaço urbano em um ambiente de convívio diário. Este campo de terra batida, desprovido de gramado, tornou-se um ponto onde eles praticam o esporte de maneira serena, criando um espaço de lazer e diversão que contribui para a socialização e integração da juventude local. No entanto, é importante destacar que este local não é apropriado e apresenta riscos em termos de segurança pública, pois carece de iluminação e encontra-se em lugar mais "escondido".

Neste contexto, são notáveis as tentativas de adaptabilidade e a resiliência das juventudes em aproveitar os recursos disponíveis, ainda que limitados, para criar um espaço de lazer e interação social. O campo de terra batida, desprovido de grama e infraestrutura adequada, transformou-se em um ponto de encontro regular, em que os jovens se reúnem para praticar esportes e estabelecem laços de sociabilidade não só com outros moradores dos RUC, mas também com pessoas de outros bairros. Isso evidencia a importância do desporto como meio de expressão e diversão, especialmente em comunidades cujas opções de lazer são escassas.

Além disso, essa prática não promove apenas a atividade física, mas também incentiva o desenvolvimento de habilidades sociais, como trabalho em equipe, respeito às regras e resolução de conflitos – cruciais para o crescimento e o desenvolvimento saudável dos jovens.

No entanto, como referido anteriormente, é importante reconhecer que esse campo

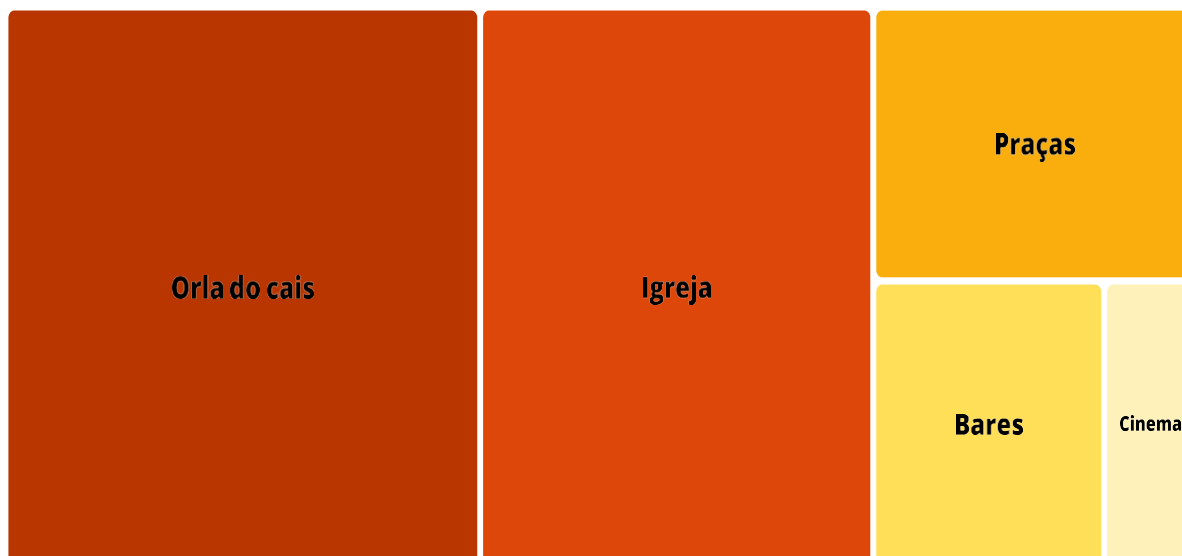
também apresenta desafios significativos, particularmente em relação à segurança pública. A falta de iluminação pública e o fato de estar “escondido” aos olhos da população do bairro criam condições propícias para atividades potencialmente perigosas, como vandalismo ou uso de drogas. Portanto, é imperativo que as autoridades locais e a comunidade trabalhem juntas para sanar essas problemáticas, garantindo que os jovens tenham um ambiente seguro para suas atividades recreativas.

Ademais, o “sentir-se seguro” desempenha um papel fundamental na maneira como as juventudes de Altamira buscam e desfrutam de atividades de lazer, tanto nos RUC quanto nos demais espaços públicos da cidade. Este aspecto tem sua relevância, pois as preocupações com a segurança impactam diretamente na qualidade de vida e nas oportunidades de recreação disponíveis para os jovens. Dessa forma, destaca-se que as percepções de segurança influenciam significativamente as escolhas de lazer deles, tanto nos RUC quanto nos demais espaços.

Como mencionado por Lefebvre (1973a, p. 210), o habitar é uma prática milenar que envolve uma apropriação criativa do espaço. Nos RUC, as pessoas recriam essas práticas de habitação, mesmo em um ambiente urbanizado diferente do que estavam habituadas. Isso implica usar o local não apenas como um lugar físico, metrificado, mas como um local de encontro, comunicação e interação social.

Nesse contexto, ao indagar sobre os espaços de lazer que costumam frequentar para além do bairro, especialmente nos finais de semana – quando não estão na escola ou no ambiente de trabalho –, percebe-se que eles encontram certa dificuldade em definir o conceito de lazer. No entanto, alguns locais se destacam com maior frequência, como a Orla, igrejas, praças e bares, enquanto raramente mencionam idas ao cinema, como evidenciado na Figura 61.

Figura 61 - Espaços de lazer frequentados na cidade



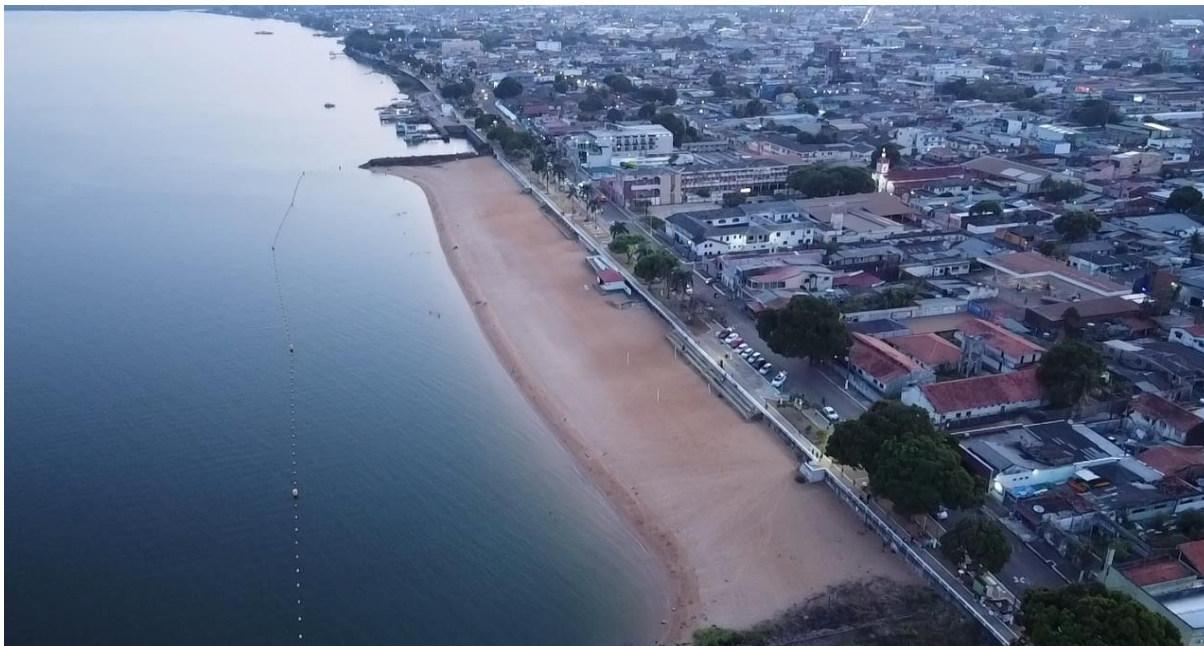
Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

Com base nos relatos das juventudes, coletados no diário de campo, a prática de lazer na Orla e nas praças centrais da cidade para passeios e convívio social era muito mais frequente antes do deslocamento. Após, ainda há uso desses espaços, como pontuam, porém, de forma mais limitada e dificultosa, principalmente devido à distância dos RUC e às questões de mobilidade urbana.

Vale ressaltar aqui que as espacialidades das juventudes reassentadas ocorre *pari passu* a segregação socioespacial, pois ela não se manifesta apenas no acesso aos serviços básicos, mas também na ocupação dos espaços públicos e no usufruto de áreas como balneários, praças, cinema, bar, praias e até mesmo igrejas – como é pontuado pelos jovens enquanto espaços de lazer ou de encontro.

A praia artificial da Orla da cidade (Figura 62), criada devido à instalação da hidrelétrica, é um símbolo dessa segregação, uma vez que sua localização e estrutura privilegiam determinados grupos sociais em detrimento de outros. Isso reflete não apenas as desigualdades econômicas, mas também as disparidades no acesso à infraestrutura e nos direitos de cidadania.

Figura 62 - Registro aéreo da praia artificial da Orla de Altamira



Fonte: LEDTAM (2023). Organização da autora.

Assim, a relação desses grupos com as espacialidades urbanas, especialmente no acesso e uso do rio como espaço de lazer, sofreu uma ruptura significativa. Antes da hidrelétrica, era comum que o rio fosse utilizado para atividades recreativas, contudo, após sua construção, essa prática foi interrompida para muitos dos reassentados, como corrobora os estudos de Mendes *et al.* (2018).

Entretanto, é importante destacar a relação complexa e multifacetada entre as espacialidades das juventudes do RUC Laranjeiras e o igarapé Pannels, situado dentro dos limites do reassentamento e que dá acesso direto ao Rio Xingu. Nas sucessivas abordagens a campo, foi possível observar diferentes sujeitos e uma variedade de usos para esse igarapé, desde atividades como pesca, banho, lavagem de veículos, até para consumo de entorpecentes, ponto de encontro para jovens namorados e ponto de embarque e desembarque de reassentados que retornam de seus momentos de lazer, como ilustra a Figura 63.

Figura 63 - Igarapé Panelas e relação entre reassentado e pescador



Fonte: LEDTAM (2023). Organização da autora.

As práticas acima mencionadas e a fotografia confirmam a interpretação de que a produção do espaço é complexa e multifacetada. No caso do igarapé Panelas, o espaço é reproduzido por meio das relações sociais e das atividades humanas – as juventudes, que o utilizam como um produto social e cultural. Para tanto, o ambiente é constantemente transformado e ressignificado a partir das diferentes práticas e utilidades que lhe são atribuídos.

Neste caso, as espacialidades das juventudes são produzidas por meio da relação entre os grupos e o ambiente natural modificado. Eles utilizam o igarapé para diferentes atividades, como lazer e recreação, que imprimem significados e valores ao ambiente, transformando-o em um lugar de encontro, de sociabilidade e de identidade – sobretudo porque o igarapé além de ser um elemento natural importante nas espacialidades pretéritas, ainda oferece uma estrutura de acesso relativamente adequada, incluindo uma rampa e uma passarela, ambas construídas pelo empreendedor. Isso impulsiona o uso e a apropriação do espaço pelas juventudes, como ilustra a Figura 64.

Figura 64 - Igarapé Panelas no RUC Laranjeiras



Fonte: LEDTAM (2021). Organização da autora.

No entanto, essas práticas também podem ser interpretadas sob a perspectiva da vulnerabilidade social, pois as juventudes estão expostas a perigos e riscos, como o uso de drogas, a violência e a exploração sexual, o que torna a produção desse espaço desigual.

Portanto, a requalificação urbanística da área de acesso ao igarapé Panelas, como ação do empreendedor, foi uma estratégia para preservar as práticas dos reassentados, que são majoritariamente pescadores. No entanto, essa requalificação não foi suficiente para garantir tal preservação, pois a produção do espaço é complexa e multifacetada, cujas dimensões são dialéticas, tais como:

- Espaço social: O igarapé é um espaço em que as relações sociais são construídas e reproduzidas. Em outras palavras, é um ambiente de encontro e de sociabilidade, em que os jovens podem se expressar e construir sua identidade;
- Espaço cultural: O igarapé é um espaço em que a cultura é produzida e transmitida, além de ser um lugar de memória e de identidade, em que os jovens podem expressar sua cultura e seus valores;

- Espaço de vulnerabilidade: O igarapé é um espaço em que os jovens estão expostos a perigos e riscos. É ainda um espaço de desigualdade, onde as oportunidades e os riscos são distribuídos de forma desigual.

Como afirmado anteriormente, a produção de espaços não é uniforme, e a requalificação de um ambiente natural, para atender a uma exigência específica, não garante que a nova forma desempenhe função semelhante à anterior. Embora o igarapé possa servir como um meio de reconexão com as territorialidades anteriores aos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) – conforme destacado no Item 76 do relatório da NESA (2017) –, as conexões simbólicas com o território são de difícil mensuração em um processo de indenização. Além disso, cada RUC tem usos e apropriações específicas do espaço urbano, mesmo que compartilhem características iguais em sua concepção geral.

Dessa forma, a estrutura socioespacial dos reassentamentos é complexa e diversificada, frequentemente negligenciando as necessidades específicas das juventudes em relação à geografia e ao espaço. A condição espacial das juventudes reassentadas não é independente da socioespacial da cidade, mas é produzida simultaneamente. Portanto, essas espacialidades representam formas de organização do espaço social com características predominantes, que historicamente se distinguem e se qualificam em relação às demais, além de serem moldadas pelas relações sociais e estarem sujeitas a contínuas transformações e ressignificações – ainda mais porque os próprios RUC têm se transformado e ressignificado constantemente.

Além dessas espacialidades serem resultado das relações construídas e constantemente ressignificadas na dinâmica espacial da cidade, elas não estão restritas apenas aos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC), mas se moldam de acordo com a configuração socioespacial da região. Os RUC, enquanto espaços residenciais, têm um papel crucial na sua determinação, beneficiando a interação entre os grupos juvenis, modelando suas percepções sobre o mundo e afetando positivamente seus relacionamentos interpessoais. Além disso, são locais de segregação socioespacial, exacerbando ainda mais as dinâmicas espaciais dentro da cidade.

Nesse contexto, é interessante observar que, apesar de possuírem a mesma forma, função e estrutura, os reassentamentos urbanos – Jatobá e Laranjeiras – apresentam contrastes significativos, influenciados por uma série de fatores como: a cultura local, o perfil dos moradores reassentados, as políticas de planejamento urbano e a disponibilidade de serviços

na região. Tal diferenciação concatena sua segregação em relação ao núcleo central dos serviços urbanos, impulsionado, assim, o surgimento de microempreendedores.

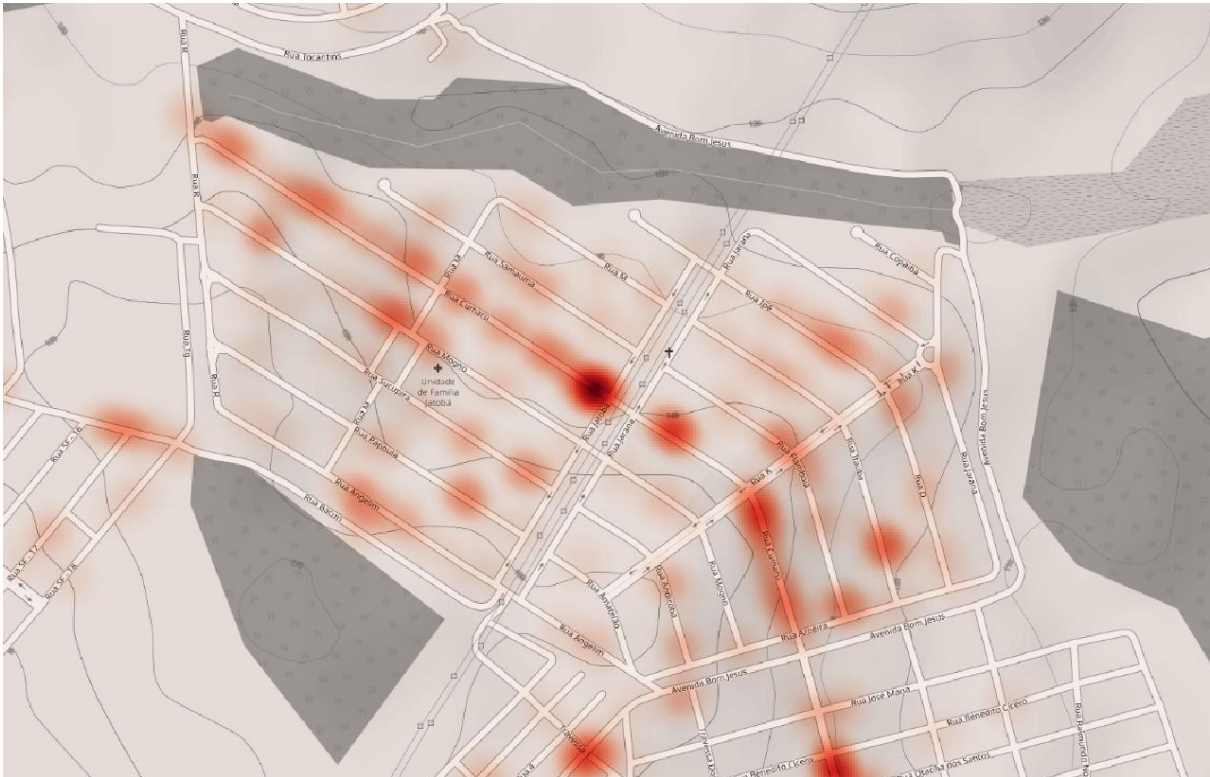
Para tanto, nesse contexto de espaço-tempo e a construção de novas espacialidades pela juventudes dos RUC em questão, vale aqui destacar um fenômeno que tem acontecido em ambos os reassentamentos, embora visualiza-se que esse fenômeno não se relaciona diretamente com as juventudes, pelo menos não na objetivação da pesquisa, mas poderá ser analisado em um futuro próximo como no aprofundamento de um artigo.

Entretanto, é interessante pontuar e realizar uma análise de sobrevoo sobre o fenômeno que tem se formado nesse circuito inferior da economia urbana com esses RUC, porque foi algo que não passou despercebido ao olhar de pesquisadora e também poderá auxiliar em pesquisas futuras sobre a (re)produção do espaço urbano, que pode ou não ter as juventudes como sujeitos em análise.

Nesse contexto, observou-se que dos circuitos inferior da economia, o RUC Jatobá aproveita o entreposto comercial da avenida Bom Jesus, principal via de acesso ao bairro, para expandir uma variedade de comércios, incluindo distribuidoras de bebidas, peixarias, lojas de roupas e acessórios, mercearias, borracharias, padarias, frutarias, entre outros estabelecimentos que se formam ali.

Destaca-se que o RUC Jatobá tem desenvolvido uma dinâmica econômica mais intensa e diversificada em relação ao Laranjeiras, com maior movimentação nas ruas e uma variedade de comércios e serviços em funcionamento, interligando o entreposto comercial da avenida Bom Jesus – do bairro Mutirão, da rua Cumaru, que dá acesso principal ao RUC Jatobá, onde se concentra a circulação e o consumo comercial entre a avenida e a rua Cumaru – com uma diversidade de comércios, conforme ilustra a Figura 65.

Figura 65 - Entrepósito comercial do RUC Jatobá.



Fonte: LEDTAM (2023). Organização da autora.

A figura acima ilustra a interligação do entreposto comercial da avenida Bom Jesus – do bairro Mutirão a rua Cumaru do RUC Jatobá, onde os pontos de vermelhos mais quentes ou mais intensos na coloração, indicam a maior concentração de mercadinhos em suas variedades comerciais, já os pontos na coloração do vermelho mais frio e menos intenso, ilustra a dispersão de várias atividade comerciais nas residências dos moradores, como vendinhas de frutas e leguminosas, roupas e acessórios, mini distribuidoras de bebidas, borracharias, lanchonetes, dentre outras atividades comerciais que tem configurado a novas relações socioeconômicas dos sujeitos reassentados, impulsionando assim, a divisão do trabalho autônomo.

Essa movimentação nas ruas e a apropriação do espaço público como lugar de coletividade indicam a criação de uma vida urbana pulsante nessa área, resultado de uma maior concentração de moradores no Jatobá, sobretudo porque é o maior e o primeiro RUC a receber o contingente populacional das ADAS. Além disso, a temporalidade e o processo de adaptação dos sujeitos possibilita uma oferta mais variada de serviços – características similares ao que era desenvolvido nos territórios pretéritos, como foi possível observar a partir da reprodução das próprias atividades econômicas, como as mencionadas no paragrafo anterior.

Por outro lado, o RUC Laranjeiras ainda está em uma fase mais incipiente em relação à dinâmica urbana econômica. A presença de comércios é menos diversificada, como pode ser

compartilhem características semelhantes em termos de planejamento e infraestrutura, a dinâmica urbana e social é moldada de maneira única.

Além disso, é importante destacar que a consolidação de um novo bairro e a criação de uma vida urbana plena levam tempo. À medida que os moradores se apropriam do espaço, novas relações sociais são estabelecidas, negócios são criados e serviços são desenvolvidos – processo gradual e influenciado por uma nuance de variáveis.

Nesse contexto, políticas públicas e investimentos em infraestrutura e serviços podem desempenhar um papel significativo na promoção do desenvolvimento desses reassentamentos. As particularidades que surgem em cada um dos RUC destacam a complexidade do processo de desenvolvimento urbano e a importância de considerar as particularidades locais ao projetar e implementar reassentamentos. Cada comunidade tem suas necessidades e potencialidades próprias, e o planejamento deve estar sensível a essas questões.

Como dito anteriormente, os RUC foram criados pela empresa Norte Energia como parte do processo de compensação para as famílias afetadas pela construção da hidrelétrica de Belo Monte. Esses reassentamentos, há quase uma década de sua construção, têm passado por transformações na sua estrutura, forma e função, desenvolvendo, assim, características próprias no espaço urbano produtivo da cidade.

A dinâmica cotidiana e o fazer urbano, nesse contexto espaço-temporal, tem sido diferente, como o surgimento de ruas do RUC que não são mais apenas residenciais, pois a paisagem, homogeneizada pelo empreendedor, abre oportunidade para diferentes espaços produtivos. Diversos pontos comerciais, como distribuidoras de bebidas, frutarias, setores de roupas, mercearias, padarias, lanchonetes, dentre outros, formam uma paisagem para além da proposta original, conforme é possível observar e mapear na figura abaixo.

Figura 67 - Pontos comerciais do RUC Jatobá.



Fonte: LEDTAM (2023). Organização da autora.

Ademais, vale ressaltar que a evolução desses ambientes nos reassentamentos pode ser influenciada por políticas urbanas, infraestrutura disponível e outros fatores socioeconômicos. Outrossim, o estabelecimento desses espaços de comércio e serviço nos reassentamentos pode ser visto como adaptação e uma resposta às necessidades da população local, contribuindo para a criação de novas centralidades e dinâmicas urbanas – como ocorre nos RUC Jatobá e Laranjeiras, este último ilustrado na Figura 69.

Figura 69 - Parte da formação de comércios no RUC Laranjeiras



Fonte: LEDTAM (2023). Organização da autora.

Esse fenômeno tem se tornado cada vez mais comum nos RUC, resultado do desejo de complementar a renda familiar, da falta de oportunidades de emprego formal na região ou da necessidade de criar meios sustentáveis de subsistência. Além disso, a criação de pequenos negócios em residências, também conhecidos como negócios de “uso misto” (Campos; Almeida, 2016), é uma prática que pode acarretar benefícios tanto para as juventudes quanto para as comunidades. Percebe-se que essa dinâmica é mais acessível e adaptável – em termos de custos, visto que os microempreendedores não precisam arcar com despesas adicionais de aluguel ou construção de um espaço comercial separado. Além disso, ao oferecer serviços ou produtos próximos às residências, eles conseguem atender diretamente às necessidades locais, criando uma interação social e econômica mais próxima entre os moradores, além de trabalho e fonte de renda para os jovens reassentados.

Para tanto, esse tipo de atividade econômica emergente tem o potencial de reconfigurar os espaços e as dinâmicas sociais nas ruas dos reassentamentos. No entanto, é importante ressaltar que essa possibilidade é mencionada com cautela, uma vez que as dinâmicas econômicas subjacentes não foram investigadas durante o período da pesquisa, que abrangeu o período de 2021 a 2023. Apenas foi possível observar a inserção dessas atividades ao longo desse intervalo de tempo, e à medida que mais moradores adotam essa prática, é possível que ocorra uma concentração de pequenos negócios em determinadas áreas, criando centros de comércio e atividade econômica dentro dos próprios reassentamentos.

Logo, a habilidade de se reinventar e encontrar formas criativas de gerar renda em suas próprias comunidades e residências é um testemunho da resiliência humana e da sua capacidade de adaptação às novas realidades, mesmo que esse processo demande tempo. Conforme esses pequenos negócios se desenvolvem, eles contribuem significativamente para a dinâmica econômica local, fortalecendo a coesão social e aprimorando a qualidade de vida dos moradores, incluindo as juventudes.

Ademais, as perspectivas de futuro das juventudes são influenciadas pela relação com o ambiente, que engloba condições educacionais, aspirações profissionais e os desafios específicos enfrentados no cotidiano. Além disso, a visão de Santos (2000) sobre uma globalização mais humanizada e solidária instiga para um horizonte ideal a ser buscado, cujos recursos materiais existentes são utilizados para promover qualidade de vida e igualdade de oportunidade para todos, independentemente de sua origem geográfica ou social.

Ao comparar as observações realizadas em 2014 com os dados coletados até o respectivo ano, e somados os 9 anos de pesquisa e de experiência e vivência em campo com esses sujeitos, percebe-se uma evolução nos RUC, especificamente no Jatobá – que passou por maiores conflitos gerados pelo deslocamento compulsório e pela desterritorialização, sobremaneira conflitos territoriais (Conceição; Herrera, 2019).

Após, as relações cotidianas e as sociabilidades se tornaram aspectos marcantes no RUC, principalmente entre crianças, adolescentes e jovens, apresentando, então, um “clima de bairro”, uma identidade própria, diferente da estigmatizada pelo medo e pela violência do início do processo de reterritorialização, dando lugar às relações de vizinhança e a um senso de pertencimento e apropriação do espaço.

A análise das atividades de espacialidades urbanas das juventudes no RUC Jatobá revela, assim, uma transformação significativa no dia a dia e nas relações sociais dos moradores após o processo de reassentamento. O uso das ruas e calçadas como espaços de sociabilidade, o estabelecimento de locais para brincadeiras e jogos, bem como a criação de espaços de convivência diária demonstra a capacidade de adaptação e ressignificação do espaço urbano por parte desses jovens.

Essa evolução contribui para a construção de uma comunidade mais integrada e coesa, em que os RUC Jatobá e Laranjeiras apresentam as dimensões da produção espacial por uma perspectiva menos estigmatizada, rica em atividades cotidianas e relações sociais que, aos poucos, dinamizam e formam características singulares, em que o homogêneo encontra-se com os fazeres cotidianos, revelando espacialidades heterogêneas.

Tais manifestações urbanas representam, na teoria, o que Lefebvre (1991) interpretou

sobre o que é o espaço da vida cotidiana e sua relação com a sociedade, sobretudo porque o mundo moderno é influenciado pelo modo de produção capitalista. Tal ideia se destaca em sua obra “A Vida Cotidiana no Mundo Moderno”, profundamente influenciada pela lógica do capitalismo, em que, nesse meio, o ambiente urbano se torna um reflexo das relações sociais e de poder que existem na sociedade – como se atrela às espacialidades urbanas das juventudes reassentadas em Altamira.

Para tanto, o cotidiano dessas juventudes se faz em uma ação coletiva de reapropriação do espaço como meio para transformar o seu modo de vida e, conseqüentemente, lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, percebe-se que o “fazer cotidiano” desses sujeitos é o início da caminhada para superar a alienação causada pelo modo de produção capitalista, em que as mudanças sociais partem do espaço vivido pelas pessoas e do que elas fazem ali em seu dia a dia.

Desse modo, entende-se “a vida cotidiana”, dentro do contexto urbano, como o espaço produzido e utilizado, cujas estruturas de poder influenciam a organização das cidades, e essas relações podem ser repensadas e transformadas a fim de beneficiar a coletividade. O caráter dialético do espaço também é uma perspectiva importante, pois reconhece que este é resultado das influências sociais, logo, um processo contínuo de mudança e adaptação, em que os sujeitos se reinventam e criam formas de utilização do espaço com base em suas necessidades e desejos. Portanto “[...] então, ao lidar com coisas, fatos e processos na prática social cotidiana, os indivíduos vão construindo e reconstruindo geografias (no sentido de espacialidades) e, ao mesmo tempo, conhecimento sobre elas” (Cavalcanti, 2012. p. 1).

Em outras palavras, as juventudes têm a capacidade de se reinventar e de transformar o espaço em que vivem a fim de encontrar soluções e suporte que atendam às suas necessidades e aspirações. Como teorizou e criticou Milton Santos (2000), a sociedade pode refazer-se em outros valores “Por uma outra globalização”, que não necessariamente sejam apenas os hegemônicos, ao passo que, no fazer cotidiano solidário e sustentável, sejam consideradas as necessidades e particularidades de diferentes grupos sociais e culturais, que representam uma oposição à estrutura histórico-política.

Isso significa que as relações de espacialidade construídas pelas juventudes reassentadas representam uma espécie de contrafluxo em relação à globalização. Enquanto esta fragmenta suas relações territoriais, incentivou-os a se reinventar diante das exigências impostas e regulamentadas pelas dinâmicas econômicas.

Frisa-se que as práticas cotidianas dos jovens reassentados no espaço urbano representam uma resistência à homogeneização cultural imposta pelo sistema de produção

dominante, consonante com a visão de Santos (1996), que enfatiza que cada localidade é simultaneamente influenciada por uma lógica global e por fatores locais, resultando em uma convivência dialética entre essas duas forças.

Essa resistência manifesta-se através das interações sociais, das expressões culturais e das formas de organização comunitária adotadas por esses grupos. Ao valorizar sua identidade local e criar espaços de solidariedade e cooperação, eles desafiam a visão homogênea do mundo capitalista.

Desse modo, ao promover atividades culturais que celebram suas tradições locais, ao mesmo tempo que se engajam em iniciativas que visam melhorar as condições de sua comunidade, ainda constroem uma narrativa alternativa àquela ditada pelo sistema globalizado – uma alternativa que reconhece e valoriza a diversidade cultural e social presente em cada lugar. Essa resistência não se limita apenas à esfera cultural, mas se estende à esfera econômica e política.

Portanto, as práticas cotidianas desses jovens no espaço urbano não apenas desafiam a tendência à homogeneização cultural e econômica – impulsionada pela globalização –, como também apontam para formas alternativas de organização social e política, que valorizem a diversidade e a autonomia local. Esta resistência não se limita a uma resposta passiva às influências externas, mas representa uma afirmação positiva da identidade e do poder dos jovens, reassentados ou não, de moldar seu próprio destino e o futuro de suas comunidades. Neste contexto, a geografia não se restringe simplesmente ao mapeamento dessas comunidades estatisticamente, mas interessa-lhe interpretar as espacialidades que as constituem desde sempre.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para não concluir e sim instigar novas reflexões teóricas, metodológicas e empíricas sobre as juventudes e suas espacialidades, em especial na região Amazônica, compreende-se que o espaço é relacional e as transformações das juventudes são parte da dialética deste, e é a interação da relação natureza e sociedade, mediada pelo trabalho humano numa relação, onde o espaço não é apenas palco e/ou cenário, mas produto das relações históricas, sociais e econômicas.

Em tal contexto, ao evidenciar que as transformações no espaço — como a introdução proposta em Altamira, causada pela construção de uma barragem — compreende-se que elas não são neutras, mas afetam profundamente as vidas e as identidades das pessoas, especialmente da juventude que é uma categoria histórica e social. Desse modo, interpreta-se a partir dos dados e da discussão teórica que as juventudes não são uma condição fixa, mas uma categoria relacionada, que adquire significados diferentes de acordo com o tempo histórico e o contexto espacial. O jovem de séculos passados tem uma experiência distinta do jovem urbano atual, e essa se constrói em relação às estruturas sociais, econômicas e culturais — o que é justamente a "realidade relacional" descrita por Santos.

A perspectiva do espaço vivido, traz a tona uma juventude local que sofre as reverberações sociais diretas das transformações espaciais promovidas por grandes projetos (como a hidrelétrica), que modificam as relações sociais, as formas de trabalho, os vínculos comunitários e o modo de viver. A ruptura dos laços humanos, culturais e ambientais mostra como o espaço é relacional — e como as mudanças estruturais podem romper essas relações, afetando diretamente a construção da identidade juvenil.

Em tal afirmação, entende-se que a persistência de uma cultura adultocêntrica na estrutura da sociedade na assimetria de poder entre adultos e jovens, reforça uma estrutura social que define a juventude a partir da visão dos adultos, muitas vezes de forma estereotipada. Essa dominação simbólica também faz parte da construção do espaço, pois as decisões sobre o território e suas reverberações — revelam que as juventudes foram afetadas em uma série de nuances, mas não necessariamente foram ouvidas nas tomadas de decisões e foram escamoteadas, por vezes, nas implicações socioespaciais ocasionadas e intensificadas com a hidrelétrica Belo Monte, onde está a adultocracia refroçando que a juventude tem pouco poder de decisão sobre o espaço que habita, sendo constantemente interpretada por olhares externos.

O estudo, então, oferece análises importantes não apenas para compreender a realidade específica desses grupos, mas também para encontrar possíveis soluções que podem ser adotadas por outros empreendimentos semelhantes na Amazônia. Evidencia-se que o deslocamento compulsório causado pela UHE Belo Monte impactou profundamente a vida dessas juventudes. A desterritorialização resultou na ruptura de laços materiais e imateriais com os territórios habituais, reconfigurando as dinâmicas espaciais e sociais, em que as vivências tornaram-se ainda mais limitadas das quais as redes sociais prévias foram estreitadas e desafiadas pelas fissuras impostas por esse processo – levando a um longo processo de alheamento aos Reassentamentos Urbanos Coletivos – RUC Jatobá e Laranjeiras.

Constatou-se que no processo de espaço-tempo, os jovens tem se reiventado no espaço geografico no qual já possível perceber traços de territorialidades ao novo espaço de moradia, bem como aos espaços publicos da cidade onde eles se fazem presentes nas suas mais diferentes manifestações culturais, sejam nas brincadeiras infanto-juvenis como o futebol, a bicicleta, os skates, e os habituais jogos de ruas – neste caso destaca-se o jogo de basquete no RUC Jatobá, além disso foi possível notar o retorno ao uso dos igarapés como prática de lazer e cultura – neste caso se sobressai as juventudes do RUC Laranjeiras, além da presença de parte desses jovens nas praias artificiais, sobretudo da Orla da cidade.

Nesse processo de adaptação, elas têm (re)construído múltiplas identidades e subjetividades por diferentes esferas de sociabilidades, além de desenvolverem estratégias para contornar as desigualdades socioespaciais impostas tanto nos RUC como nos demais espaços urbanos da cidade, sobremaneira aos espaços publicos utilizados por elas. Essa capacidade de reiventa-se é vista, então, como um traço marcante das juventudes que estão na condição habitacional dos RUC, não que isso seja um fator meramente positivo, mas demonstra como os sujeitos na potencialidade das suas relações sociais dão novas características ao lugar, que por si só já tem seus conflitos internos, suas multiplas territorialidades.

Ademais, a pesquisa também revela que os reassentamentos, embora ofereçam instalações físicas melhores do que as casas anteriores, ainda não proporcionam um ambiente adequado para melhorar a qualidade de vida desses jovens. A segregação socioespacial persiste, com isso a violação do direito a cidade também se intensificou e elas continuam enfrentando desafios significativos em seu cotidiano. Isso destaca a importância de considerar não apenas a infraestrutura física, mas também as dimensões sociais e econômicas na concepção e implementação de objetos como a UHE Belo Monte e na criação de espaços de habitação que não supri as necessidades de inclusão a cidade.

Um aspecto crítico que emerge da análise é a necessidade de considerar as múltiplas temporalidades envolvidas nesses processos. A relação entre espaço e tempo é fundamental para entender como as juventudes reassentadas se adaptam e reconstróem suas vidas. Portanto, projetos capitalistas na região amazônica devem considerar não apenas os impactos imediatos, mas também as consequências a longo prazo para as comunidades afetadas.

Além disso, a pesquisa destaca a heterogeneidade das juventudes reassentadas, cada uma com sua própria trajetória e experiência, sugerindo que há a necessidade de abordagens diferenciadas a fim de atender às carências específicas desses grupos, reconhecendo suas singularidades e seus potenciais.

Em suma, a análise espacialidades urbanas das juventudes reassentadas no contexto da UHE Belo Monte oferece *insights* para projetos futuros na região amazônica, dos quais devem considerar, sobremaneira que o espaço geográfico não é estatístico e sim dialético, e com isso as relações socioespaciais também são pares dialéticos, dos quais os jovens constroem e reconstróem espacialidades distintas, ora o espaço os condiciona e ora eles condiciona as relações de produção do espaço.

Para tanto, é essencial considerar não apenas os aspectos físicos do reassentamento, mas também as dimensões sociais, culturais e econômicas do ambiente. Além disso, a compreensão das múltiplas temporalidades e da heterogeneidade das comunidades afetadas são fundamentais para uma abordagem mais sensível e eficaz à geografia desses sujeitos. Aponta-se, ainda, para a necessidade de uma análise holística e interdisciplinar dos possíveis impactos de grandes projetos na região, considerando o bem-estar da população local – especialmente das juventudes, que enfrentam desafios reais e significativos na construção de suas espacialidades urbanas em Altamira-PA.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. A juventude em busca de novos significados. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 31, n. 85, p. 11-28, 2011.
- ALMEIDA, F. A.; RIBEIRO, L. A. C. O lugar da juventude na cidade: políticas públicas e vivências no bairro do Campo Limpo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 91-108, 2017.
- ALTAMIRA VIVA. c2024. Facebook: altamira-viva. Disponível em: <https://www.facebook.com/people/Altamira-VIVA/100064318977259/>. Acesso em: 22 maio 2024.
- ANDRADE, E. M.; GUARESCHI, P. A. Aproximações entre a psicologia social e a educação: perspectivas para a formação de jovens. **Psicologia em Estudo**, v. 24, n. 2, p. 267-277, 2019a.
- ANDRADE, F. B.; GUARESCHI, N. M. F. A produção do conhecimento sobre a juventude no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 1-25, 2019b.
- AZEVEDO, L. C. S. S.; PINHEIRO, A. R. Criação da escola de formação de professores: imprensa e afirmação de uma cultura escolar (Campinas, 1901-1903). **Cadernos Cedes**, v. 31, n. 83, p. 17-33, jan./abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622011000100002>. Acesso em: 22 maio 2024.
- BECKER, B. K. Amazônia. São Paulo: Ed. Ática. Série Princípios, 1990
- BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 113.
- BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**: seção1, Brasília, DF, ano 150, n. 150, p. 1-5, 6 ago. 2013. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=06/08/2013>. Acesso em: 22 maio 2024.
- CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. Ordenamento territorial e complexidade: por uma reestruturação do espaço social. *In*: ALMEIDA, Flavio Gomes de; SOARES, Luiz Antônio Alves (Orgs.). **Ordenamento Territorial**: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 21-60.
- CAMPOS, R. B. A.; ALMEIDA, E. S. Uso misto do solo intraurbano e o impacto na renda do solo sob uma abordagem da firma: uma análise para a cidade de São Paulo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 42., Natal, RN, **Anais** [...]. Natal, RN: ANPEC, 2016. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2014/submissao/files_I/i10-92b9078d4354df02e3ff4ff98b7bd2df.pdf. Acesso em: 22 maio 2024.
- CARLOS, A. F. A. A cidade e a organização do espaço. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 1, p. 105-111, 1982. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/rdg/article/download/47072/50793>. Acesso em: 22 maio 2024.

CARLOS, A. F. A. Segregação socioespacial e o "Direito à Cidade". **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 24, n. 3, p. 412424, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.177180>. Acesso em: 22 maio 2024.

CASSAB, C. O jovem como sujeito e a cidade que se ensina. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 13., Palmas, TO, **Anais [...]**. Palmas, TO: ANPEGE, 2 set. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338623248_O_JOVEM_COMO_SUJEITO_E_A_CIDADE_QUE_SE_ENSINA. Acesso em: 22 maio 2024.

CAVALCANTI, L. de S. Aprender sobre a cidade: a geografia urbana brasileira e a formação de jovens escolares. *Revista Geográfica de América Central*, Número Especial EGAL, Año 2011. ISSN-2115-2563.

CASTRO, L. R. De. Entre a subordinação e a opressão: os jovens e as vicissitudes da resistência na escola. *In*: MAYORGA, C.; CASTRO, L. R. De; PRADO, M. A. M. (org.) **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012. p. 63-97.

CONCEIÇÃO, R. S. DA; HERRERA, J. A. Grandes objetos, reprodução capitalista, crianças e adolescentes na Amazônia: a desterritorialização vivida na cidade de Altamira-PA face a UHE Belo Monte. **Empório do Direito**, 6 out. 2020. Disponível em: <https://emporiiodireito.com.br/leitura/grandes-objetos-reproducao-capitalista-criancas-e-adolescentes-na-amazonia-a-desterritorializacao-vivida-na-cidade-de-altamira-pa-face-a-uhe-belo-monte>. Acesso em: 22 maio 2024.

CONCEIÇÃO, R. S. DA; HERRERA, J. A.; OLIVEIRA, A. da C. Reclusão territorial de crianças e adolescentes no Reassentamento Urbano Coletivo Jatobá em Altamira Pará: privação da liberdade face a hidrelétrica Belo Monte. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 1, p. e42095–e42095, 21 jul. 2023. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2023.1.42095>. Acesso em: 22 maio 2024.

CORRÊA, R. L. Região: a tradição geográfica. *In*: CORRÊA, R. L. **Trajетórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 183-196.

DA PAISAGEM ao espaço - Prof. Milton Santos - FAU-USP 1995. [S.l.: Duvid Geografia], 23 jan. 2019. 1 video (47 min 46 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=juUkCzFT05U>. Acesso em: 22 maio 2024.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista brasileira de educação**, n. 24, p. 40-52, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>. Acesso em: 22 maio 2024.

ERRANTE, A. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. **História da educação**, v. 4, n. 8, p. 141174, 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30143>. Acesso em: 22 maio 2024.

FEARNSIDE, Philip Martin. Belo Monte: lições da luta 5 – a manifestação de 1989. **Amazônia Real**, 22 jan. 2018. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/belo-monte-lico-es->

da-luta-5-manifestacao-de- 1989/. Acesso em: 22 maio 2024.

FREIRE, Luciana Martins. Impactos ambientais no Rio Xingu diante da implantação da usina hidrelétrica de belo monte no estado do Pará: subsídios para o planejamento ambiental. **Revista Geonorte**, v. 5, n. 23, 2014. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1748>. Acesso em: 22 maio 2024.

GOMES, P. C. Da C. Espaço público, espaços públicos. **GEOgraphia**, v. 20, n. 44, p. 115-119, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2018.v1i44.a27557>. Acesso em: 22 maio 2024.

GROPPO, Luiz Antônio. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. **Última Década**, n. 33, p. 11-26, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22362010000200002>. Acesso em: 22 maio 2024.

GROPPO, Luiz Antônio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história da juventude. Rio de Janeiro: Difel, 2000. 301 p.

GROPPO, Luiz Antônio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. *Revista de Educação do Cogeime*. Ano 13 - nº 25 - dezembro / 2004.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In*: SANTOS, M. *et al.* **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2007.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. *In*: CASTRO, I. E. da; CORRÊA, R. L. (org). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. v. 2. p. 165-205.

HAESBAERT, R. 2004. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil
HANSEN, Karen Tranberg; MARÍ, Mariane C. (eds.). **Youth and the city in the global south**. Bloomington: Indiana University Press, 2008.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28, p. 839, 2012. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2012.v14i28.a13641>. Acesso em: 22 maio 2024.

HARVEY, D. **Spaces of Global Capitalism**: towards a theory of uneven geographical development. New York: Verso, 2006.

HARVEY, D. 1992. A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Ciência da lógica**: a doutrina do conceito. São Paulo: Martins Fontes, 2012. v. 3.

HENRI, L.; DONALD, N.-S. **The production of space**. Massachusetts: Blackwell, 1991.

HERRERA, J. A.; SANTANA, N. C. Empreendimento hidrelétrico e famílias ribeirinhas na Amazônia: desterritorialização e resistência à construção da hidrelétrica Belo Monte, na Volta Grande do Xingu. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 20, n. 2, p. 250266, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2016.122657>. Acesso em: 22 maio 2024.

HISTÓRIA. **Altamira Prefeitura**, [c2024]. Disponível em: <http://altamira.pa.gov.br/portal/historia/>. Acesso em: 22 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Panorama. Brasil, PA, Altamira. **Gov.br**, c2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/altamira/panorama>. Acesso em: 22 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Regiões de Influência das Cidades 2018. **IBGE**, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html>. Acesso em: 22 maio 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/altamira/panorama>

KOSIK, Karel - *Dialética do Concreto*, 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 197 Paisagens juvenis: o popular, o nacional, o global Editores Sunaina Maira , Elisabeth Soep Colaborador Jorge Lipsitz Editora Imprensa da Universidade da Pensilvânia, 2013 ISBN 0812205677, 9780812205671 Num. págs.296 páginas.

LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve**, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 2. ed. Campinas, SP: Editora Papyrus, 1993.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. La production de l'espace. **L'Homme et la société**, Paris, n. 31/32-2, p. 15-32, 1974. DOI: <https://doi.org/10.3406/homso.1974.1855>. Acesso em: 22 maio 2024.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Malden: Wiley-Blackwell, 1992.

LEDTAM. Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia. Acervo de dados 2021.

MAIRA, Sunaina; SOEP, Elisabeth. **Youthscapes: the popular, the national, the global**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013. 296 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCUSE, H. **Cultura e Sociedade**. [São Paulo]: Paz e Terra, 2007.

MARTINELLO, Pedro. **Batalha da borracha na segunda guerra mundial e suas consequências para o vale amazônico**. 1985. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000. p. 176 – 185.

MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. [Porto Alegre]: Editora da UFRGS, 1995.

MENDES FJC, SOUZA CM, MELO GEL. Usina hidrelétrica “Belo Monte”: reflexos nas práticas de

lazer em Altamira-PA. *R. bras. Ci. e Mov* 2018;26(4):144- 156.

MIRANDA NETO, José Queiroz de. Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência. **Formação (Online)**, v. 24, n. 43, 2017. DOI: <https://doi.org/10.33081/formacao.v24i43.4844>. Acesso em: 22 maio 2024.

MIRANDA NETO, José Queiroz de. REASSENTAMENTO DA POPULAÇÃO URBANA DIRETAMENTE AFETADA PELO EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO DE BELO MONTE EM ALTAMIRA-PA. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*. 2. 10.17271/231884722132014766 (2014).

NORTE ENERGIA. Altamira, PA, 2012. Apresentação em Microsoft Power Point. 28 slides, color, Apresentação da Comissão de Reassentamento Urbano.

NORTE ENERGIA. A história de Belo Monte Cronologia. **Norte Energia**, c2024. Disponível em: <https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/uhe-belo-monte/historico>. Acesso em: 22 maio 2024.

NORTE ENERGIA. **Relatórios parciais**. [S. l.]: Norte Energia, maio 2013.

OLIVEIRA, A. da C.; CONCEIÇÃO, R. S. da. Impactos sociais das políticas compensatórias da usina de Belo Monte: dinâmicas de afetação às crianças e aos adolescentes. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 8-34, 2016. DOI: <https://doi.org/10.12957/dep.2016.19146>. Acesso em: 22 maio 2024.

OLIVEIRA, A. da C.; CONCEIÇÃO, R. S. da; HORIZONTE, J. S. do. Impactos de grandes obras na dinâmica urbana de crianças e adolescentes: a implantação da Usina de Belo Monte. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, n. 16, p. 185-205, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/25249/18059>. Acesso em: 22 maio 2024.

OLIVEIRA, J. A. A produção da cidade na Amazônia: tempos e espaços de ações e reações. *In: SPOSITO, E. S. et al. (org.). A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016. p. 193-210.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise social**, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41010794>. Acesso em: 22 maio 2024.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5 e 6, p. 15-24, 1997. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n05-06/n05-06a03.pdf>. Acesso em: 22 maio 2024.

Pereira, Fabiano de Oliveira Vitoriano e Leonardo Zenha Cordeiro. “AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS JUVENTUDES: REFLEXÕES E SUAS RELAÇÕES COM A HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE NO CONTEXTO DE ALTAMIRA.” (2017).

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELPH, E. **Place and placelessness**. London: Pion, 1976.

SANTOS, Andreia dos. O que é juventude? *In: BODART, Cristiano das Neves. Conceitos e*

categorias fundamentais do Ensino de Sociologia. v. 2. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2021. p. 41-46.

SANTOS, B. V. DOS. Juventude, ativismo político, políticas públicas e a confusão que é articular isso tudo. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 15, n. 2, p. 1–14, jun. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000200009. Acesso em: 22 maio 2024.

SANTOS, M. A aceleração contemporânea. *In*: SANTOS, Milton *et al.* (org.). **O novo mapa do mundo**. São Paulo : Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 1997.

SANTOS, M. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1997a.

SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: HUCITEC, 1997b.

SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, M. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. **Terra Livre**, n. 9, p. 7-18, 1991. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/101>. Acesso em: 22 maio 2024.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2013. v. 6.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, M. *et al.* **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: PubliFolha, 2002.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. *In*: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. L. (org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: NAEA/UFPA, 1994. p. 13-20.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: EDUSP, 1994.

SAQUET, M. A. Reterritorialização e identidade. *In*: FALCADE, I. MEDEIROS, R. M. V. (org.). **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SAVAGE, J. **A criação da Juventude**: como o conceito de teenager revolucionou o século XX. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SOARES, D. S. **A cidade desigual e a segregação planejada**: o caso dos reassentamentos urbanos coletivos em Altamira. 2022. Dissertação (Mestrado em Organização e Gestão de Território) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Altamira, PA, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/15402/1/Dissertacao_CidadeDesigualSegregacao.pdf. Acesso em: 22 maio 2024.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação da espacialidade. São Paulo: Nobel, 1993.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1993.

SOUSA, R. Matriz energética brasileira. **Mundo Educação**, c2024. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/matriz-energetica-brasileira.htm>. Acesso em: 22 maio 2024.

SPOSITO, M. P. Juventudes e exclusão social: o que as pesquisas têm a dizer? *In*: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. (org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010. p. 47-67.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24; p. 16-39; set./dez. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300003>. Acesso em: 22 maio 2024.

SCHOR, Tatiana. As cidades invisíveis da Amazônia brasileira. *Mercator-Revista de Geografia da UFC*, v. 12, n. 28, p. 67-84, 2013.

SUÇUARANA, M. da S. Usina Hidrelétrica de Belo Monte. **InfoEscola**, c2024. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/usina-hidreletrica-de-belo-monte/>. Acesso em: 22 maio 2024.

TRINDADE JÚNIOR, Saint Clair Cordeiro da. Espacialidades e temporalidades na dinâmica das formações urbanas. *Cidades. Presidente Prudente*, v. 1, n. 2, p. 241-258, 2004. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/477/507>. Acesso em: 29 Out. 2019.

TRINDADE JR., S. C. et al (Orgs.). **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. Belém: ICSA/UFPA, 2009.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa. (orgs).

Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA. 2008.

TRINDADE JR. Saint-Clair Cordeiro; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da; AMARAL, Márcio Douglas Brito, “Das ‘janelas’ às ‘portas’ para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia”, *In*. Saint-Clair Cordeiro

Trindade Jr, Maria Goretti da Costa Tavares (orgs.), *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: Edufpa, 2008, p. 27-48.

TRINDADE JR, S. C. A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais. Projeto de pesquisa submetido ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ. Belém: 2008E JÚNIOR, Saint Clair Cordeiro da. Espacialidades e temporalidades na dinâmica das formações urbanas. **Cidades**. Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 241-258, 2004. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/477/507>. Acesso em: 29 Out. 2019.

TRINDADE JR., S. C. et al (Orgs.). **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. Belém: ICSA/UFPA, 2009.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa. (orgs). **Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA. 2008.

TRINDADE JR. Saint-Clair Cordeiro; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da; AMARAL, Márcio Douglas Brito, “Das ‘janelas’ às ‘portas’ para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia”, In. Saint-Clair Cordeiro Trindade Jr, Maria Goretti da Costa Tavares (orgs.), **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: Edufpa, 2008, p. 27-48.

TRINDADE JR, S. C. **A cidade e o rio na Amazônia**: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais. Projeto de pesquisa submetido ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ. Belém: 2008

TRINDADE JÚNIOR, Saint-clair Cordeiro da *Cidades na floresta: os " grandes objetos" como expressões do meio técnico- científico informacional no espaço amazônico*. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 51, p. 113-150, 2010.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-clair Cordeiro da. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, n. 321, p.1-22, dez. 2013.

UMBUZEIRO. A. U. B; UMBUZEIRO, U. M. U. *Altamira e sua história*. 4ed. Belém, Ponto Press, 2012.

VIEIRA DOS SANTOS, B. (2020). Juventude, Ativismo Político, Políticas Públicas e a confusão que é articular isso tudo. *Revista Pesquisas E Práticas Psicossociais*, 15(2), 1–14. Disponível em: https://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e3334. Acesso em: 4 dez. 2024.

WESCHENFELDER, V. I. Teacher education in a racialized society: an interview with Gloria Ladson-Billings. **Rev. Bras. Educ.**, v. 24, e240044, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240044>. Acesso em: 22 maio 2024.

YIN, R. K. **A pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZUCCHETTI, D. T.; BERGAMASCHI, M. A. Construções sociais da infância e da juventude. **Cadernos de Educação**, n. 28, 2007. DOI: <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i28.1801>. Acesso em: 22 maio 2024.

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM O JOVEM REASSENTADO A

Depoente: Entrevistado A – Jovem reassentado no RUC Jatobá.

Procedimento: Texto via WhatsApp-de-2024-01-06-à_s_-12.21.34.

Entrevistadora: Ronicleici Santos da Conceição.

Data: Janeiro de 2024.

Depoimento do Entrevistado A

Pergunta 1: Como você enxerga as juventudes no contexto das hidrelétricas Belo Monte? Resposta da pergunta 1:

Bom, vejo uma juventude com muita dificuldade em buscar os seus objetivos na vida, com muita dificuldade em lidar com as novas mudanças que a cidade teve, durante o momento de pré e andamento da construção do empreendimento. Uma juventude desamparada de políticas públicas, contexto que já existia bem antes da instalação da hidrelétrica de Belo Monte. Com a chegada da barragem, esse cenário agravou ainda mais, os impactos no dia a dia da juventude intensificaram alguns agravantes, como: a violência, criminalidade e desemprego passaram a estar mais presente na vida da juventude Altamirense.

Pergunta 2: Você considera que a UHE Belo Monte mudou seu modo de ser e estar no espaço de Altamira?

Resposta da pergunta 2:

Belo Monte com as suas ações mexeu com o meu psicológico, considero como o maior impacto que eles geraram em mim. Em 2015 tive que sair não só da minha casa, mas como da região onde vivi por muitos anos, e criei bons laços humanos, culturais e ambientais. A realocação foi um momento em que eu não entendi bem, por falta de informações da empresa Norte Energia S/A. E ao chegar no reassentamento Jatobá foi um outro baque, passo a estar em uma localidade totalmente diferente, ainda não estava concluído, cheguei em um lugar que a única política pública que existia era a moradia, e que já apresentava más condições de estruturação em tão pouco tempo. Eu e assim como vários moradores não conseguimos entender o que é morar no RUC.

Pela cidade ocorreu mudanças e movimentações não antes vistas, tornando a cidade insegura em vários sentidos, como: violência e o desemprego. O que faz com que eu coloque sempre em questão a minha permanência na cidade até hoje, assim como

muitas pessoas também pensam assim, tenho amigos que não moram aqui, saíram da cidade justamente por conta das inseguranças que surgiram durante a chegada de Belo Monte.

Pergunta 3: Quais são os desafios de ser reassentado e como você tem vivido a sua juventude na cidade?

Resposta da pergunta 3:

Lutar contra as ausências de políticas públicas é o maior desafio. Nos últimos anos a empresa Norte Energia construiu espaços no âmbito da saúde, educação, esporte e lazer, mas há um certo limite em todos eles, fazendo com que nós saia do RUC, e daí vem outro impacto que é a longevidade criada por conta do distanciamento do RUC com centro da cidade.

E tenho vivido com muita dificuldade na cidade, o que mais me afeta é a longevidade, em todos os dias quando vou ao trabalho, e a insegurança que me faz ter limitações de horários.

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM O JOVEM REASSENTADO B

Depoente: Entrevistado B – Jovem reassentado no RUC Jatobá.

Procedimento: Áudio-do-WhatsApp-de-2024-01-06-à_s_-

11.21.34_0d549029.mp3 Entrevistadora: Ronicleici Santos da Conceição.

Data: Janeiro de 2024.

Perguntas

1. Como você enxerga as juventudes no contexto das hidrelétricas Belo Monte?
2. Você considera que a UHE Belo Monte mudou seu modo de ser e estar no espaço de Altamira?
3. Quais são os desafios de ser reassentado e como você tem vivido a sua juventude na cidade?
4. Como foi que surgiu a quadra de basquete na rua?

Depoimento do Entrevistado B.

Eu vou tentar escrever aqui, mas vou te dizer por cima que tu é mais estudado que eu, então tu vai conseguir formular melhor um texto do que eu.

Mano, como tu sabe, eu não morava em um bairro de reassentamento, né? Mas, caso ela queira colocar a casa lá, que nós ganhamos o do reassentamento, né? Foi lá no mutirão, no mutirão, não no Invasão dos padres o nome do, do bairro lá era invasão dos padres.

Aí nós tinha duas casas lá. Aí reassentamos. E eu morava na Aparecida, né? Junto com a nossa família. Aí quando nós ganhou a casa, nós foi morar pro Jatobá.

Amizade não afetou tanto, né, que as minhas amizade era só da escola e, mesmo morando aqui, eu continuei estudando. E essas amizades que nós fez, a que eu fiz, no caso da quadra, foi amizade que eu já consegui ir no bairro, já por causa que, como eu não morava na invasão dos padres, né? Nos bairros que foram realocados.

Morava-se lá na Aparecida, então a minha amizade era Lucas, o Tiago, o pessoal lá. Só que não afetou tanto, né, que nós todos fomos estudar lá no Dairce. Então, questão de amizade, pela minha parte, não afetou não, e pelo que o pessoal contava, né, dessas amizades que eu tive aí depois, né, que eu fui com a reação. Pelo que eu percebi, todos eles já se conheciam do bairro, então acredito também que as amizade deles não tenham sido afetada também, né? Já que até hoje eles são amigos.

A, mano a quadra lá, a importância dela era tipo uma descontração no final da tarde ali, entendeu, um jogozinho de rua com um pessoal. Aí depois da época o pessoal viu nós

jogando, aí o pessoal da rua de baixo ou de ruas mais afastado foi encostando também. Começaram a jogar com a gente. Crianças menores também começaram a jogar com a gente, aí foram aprendendo. Hoje em dia nós não utiliza mais tanto ela, né? O pessoal não joga mais, até porque todo mundo já tá mais de idade, mas de vez em quando ainda vejo crianças ali, na faixa de 10/12 anos, jogando, pô. Então, isso quer dizer que, mesmo nós fazendo e não jogando mais, hoje em dia ela teve uma importância para essas outras crianças que ficaram, que elas utilizam.

Aí com o tempo nós conseguiu aquele aro de uma quadra velha da cidade, foi até aquela quadra do mutirão ali, que tem atrás da UBS do mutirão. E nós fez aquele tabladozinho, né? De madeira? Nós mesmo, e ficamos lá no poste e depois pintamos o aquário. Isso aí foi mais ou menos em 2018 para 2019.

Inicialmente lá, quem criou a quadrazinha lá foi eu, né? Aí foi o dono daquela casa que o porte fica em frente. O apelido dele é Careca. Foi o Gabriel. Que é vizinho. Todos nós somos da mesma rua, essa mesma parte da rua, e todo mundo mora junto, perto do outro.

Aí os criadores foram

eu, Careca, Gabriel, João Adriano e André, nós que iniciamos, né? De primeira, não era daquela forma. Nós só marcava o chão, o asfalto com pedaço de pedra, um giz, né? Para deixar marcado. E nós botava, tinha um arozinho pequenininho, só que não era um aro igual é o que hoje em dia, né? Era só um arozinho amarrado no poste, que nós jogava e a bola entrava, só isso.